

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
NÍVEL MESTRADO PROFISSIONAL**

JOSIANE ROBERTA KREBS

**O PROTAGONISMO DA GESTÃO EDUCACIONAL NA EFETIVAÇÃO DA
INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

PORTO ALEGRE

2017

Josiane Roberta Krebs

O PROTAGONISMO DA GESTÃO EDUCACIONAL NA EFETIVAÇÃO DA
INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional - Mestrado Profissional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Marques da Rocha

Porto Alegre
2017

K92p

Krebs, Josiane Roberta

O protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia / Josiane Roberta Krebs ; orientadora, Maria Aparecida Marques da Rocha - Florianópolis, SC, 2016.

184 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional.

Inclui referências

1. Gestão educacional. 2. Acessibilidade e inclusão. 3. Surdos. 4. Processos. 5. Institutos Federais. I. Rocha, Maria Aparecida Marques da. II. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional. III. Título.

Josiane Roberta Krebs

O PROTAGONISMO DA GESTÃO EDUCACIONAL NA EFETIVAÇÃO DA
INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em
Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação
em Gestão Educacional - Mestrado Profissional da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 03/01/2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Aparecida Marques da Rocha – UNISINOS

Profa. Dra. Adriana Justin Cerveira Kampff – UNISINOS

Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Ao concluir essa etapa de tamanha importância para a minha vida pessoal, acadêmica e profissional não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram na concretização desse ideal.

Entre essas pessoas, duas delas merecem um agradecimento muito especial, pois a oportunidade de tê-las em minha vida possibilitou a realização desse estudo que trouxe contribuições tão significativas para mim, para os Institutos Federais e para a comunidade surda, essas pessoas são os meus irmãos, o Jean e a Stefany. Com eles eu aprendo a cada dia como a vida não tem fronteiras e como a limitação não está em quem é diferente, mas sim, na pessoa que percebe a diferença no outro e tem dificuldade de compreendê-la e aceitá-la.

Além dos meus irmãos, agradeço imensamente aos meus pais que sempre fizeram de tudo por mim e me apoiam incondicionalmente. A eles e ao meu companheiro, agradeço pela compreensão, pela paciência e principalmente por sempre me motivarem a continuar, mesmo nos momentos mais difíceis, me mostrando que todo o esforço vale a pena.

Agradeço também a minha orientadora, professora Maria Aparecida, que com muita paciência me guiou pelos melhores caminhos e com quem aprendi muito em cada momento de orientação. Em nome dela, agradeço a todos os professores do Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Unisinos, que com muito carinho e cuidado compartilharam saberes e valores fundamentais e deram sentido aos nossos estudos.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul e aos meus colegas de trabalho por me incentivarem a buscar essa formação, contribuírem no andamento dos estudos e, principalmente, por proporcionarem vivências tão significativas na área da educação e da inclusão.

Se quisermos um mundo melhor, teremos de inventá-lo, já sabendo que conforme vamos nos deslocando para ele, ele vai mudando de lugar. À medida que nos movemos para o horizonte, novos horizontes vão surgindo, num processo infinito. Mas, ao invés de isso nos desanimar, é justamente isso que tem de nos botar, sem arrogância, a caminho. (VEIGA-NETO, 2007, p.26).

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes, para que com os resultados da análise pudessem ser propostas melhorias no intuito de viabilizar a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos, estendendo a possibilidade para todos os Institutos Federais (IFs). A metodologia adotada foi o estudo de caso, considerando casos múltiplos, e o levantamento de dados foi dividido em duas etapas. Na primeira, foi realizada a análise documental, considerando a legislação e os documentos normativos institucionais do IFRS e do IFSC relacionados à acessibilidade e à inclusão. Na segunda, foram entrevistados estudantes surdos, tradutores/intérpretes de Libras, professores e gestores, totalizando quatorze participantes, os dados obtidos foram sistematizados possibilitando a análise de conteúdo e o mapeamento dos processos de gestão. Os principais resultados indicam o compromisso dos IFs em viabilizar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos, sendo identificados no mapeamento dos processos ações voltadas à divulgação institucional, ao ingresso e à permanência dos estudantes surdos, no entanto, ainda são ações isoladas e pontuais. Com relação às necessidades dos estudantes surdos foi percebida a importância do reconhecimento e da aceitação de suas diferenças culturais e linguísticas que se resumem principalmente nas formas de comunicação e na utilização da Libras. O estudo conclui que para viabilizar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos os processos de gestão devem estar relacionados as etapas de institucionalização de diretrizes voltadas à acessibilidade e à inclusão, do ingresso, da permanência, do êxito e da inclusão do egresso surdo no mundo do trabalho e na sociedade, sendo todas essas etapas perpassadas pelos princípios do acesso, do respeito, da formação e do compromisso social dos IFs. A partir das conclusões foram propostos novos processos de gestão que se configuram como proposta de intervenção resultante deste estudo.

Palavras-chave: Acessibilidade e inclusão. Surdos. Gestão educacional. Processos. Institutos Federais.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze how management processes related to the accessibility and inclusion of deaf students are structured in the Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul - IFRS) and the Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina - IFSC), considering the factors of access, permanence and success of these students, so that with the results of the analysis could be proposed improvements in order to enable the effective accessibility and inclusion of deaf students, extending the possibility for all Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs). The methodology adopted was the study of case, considering multiple cases, and the data collection was divided into two stages. In the first stage, the documentary analysis was carried out, considering IFRS and IFSC institutional legislation and normative documents related to accessibility and inclusion. In the second stage, deaf students, translators / interpreters of Libras, teachers and managers, selected in a joint way between the two institutions were interviewed, in a total of fourteen participants. The data obtained were systematized, allowing content analysis and mapping of management processes. The main results indicate the commitment of the IFs to make possible the accessibility and inclusion of deaf students, being identified in the process mapping actions aimed at institutional disclosure, admission and permanence of deaf students, however, they are still isolated and punctual actions. Regarding the needs of deaf students was realized the importance of recognizing and accepting their cultural and linguistic differences, which are mainly summarized in the forms of communication and in the use of Libras. The study concludes that in order to make possible the accessibility and inclusion of deaf students, the management processes should be related to the stages of institutionalization of guidelines for accessibility and inclusion, access, permanence, success and inclusion of the deaf egress in the world Work and society, all of which are based on the principles of access, respect, formation and social commitment of IFs.

Key-words: Accessibility and inclusion. Deaf. Educational management. Processes. Federal institutes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Representatividade de estudantes surdos na Educação Básica e na Educação Profissional.....	36
Quadro 02 - Relação da população surda nos municípios de abrangência do IFRS e número de estudantes surdos nos respectivos <i>campi</i>	37
Quadro 03 - Relação da população surda nos municípios de abrangência do IFSC e número de estudantes surdos nos respectivos <i>campi</i>	41
Quadro 04 - Organização da análise de conteúdo.....	51
Quadro 05 - Questões a serem respondidas para a análise de conteúdo.....	51
Quadro 06 - Levantamento da legislação referente à educação de surdos.....	79
Quadro 07 - Relação das ações de pesquisa e extensão do IFRS e do IFSC registradas em 2015 e 2016.....	85
Quadro 08 - Documentos do IFRS e do IFSC relacionados à acessibilidade e à inclusão.....	94
Quadro 09 - Etapas previstas na gestão por processos.....	105
Quadro 10 - Participantes da pesquisa.....	109
Quadro 11 - Dados referentes às entrevistas realizadas com os estudantes surdos.....	125
Quadro 12 - Dados referentes às entrevistas realizadas com os tradutores/intérpretes de Libras.....	128
Quadro 13 - Dados referentes às entrevistas realizadas com os professores que tiveram experiência com estudantes surdos em sala de aula.....	131
Quadro 14 - Mapeamento dos atuais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos.....	135
Quadro 15 - Categorias de análise e identificação da frequência dos itens mais encontrados.....	139
Quadro 16 - Pesquisas acadêmicas relacionadas ao acesso, permanência e êxito dos estudantes surdos no Ensino Superior (2006 – 2016).....	179
Quadro 17 - Relação dos documentos utilizados na análise documental.....	181

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Relação de estudantes surdos matriculados na Educação Básica no Brasil.....	35
Figura 02 -	Proporção de estudantes surdos no IFRS.....	38
Figura 03 -	Relação entre o número de estudantes surdos do IFRS e o número de surdos nos municípios de abrangência do IFRS.....	39
Figura 04 -	Relação de estudantes surdos que se inscreveram no Processo Seletivo e que efetivamente realizaram a matrícula no IFRS.....	40
Figura 05 -	Relação dos estudantes surdos inscritos para o Processo Seletivo 2016/1 e que estão regularmente matriculados no IFRS.....	40
Figura 06 -	Proporção de estudantes surdos no <i>Campus</i> Palhoça Bilíngue (IFSC).....	42
Figura 07 -	Proporção de estudantes surdos no IFSC.....	43
Figura 08 -	Relação entre o número de estudantes surdos do IFSC e o número de surdos nos municípios de abrangência do IFSC.....	43
Figura 09 -	Etapas de operacionalização da pesquisa.....	59
Figura 10 -	Cursos ofertados no eixo educação bilíngue do <i>Campus</i> Palhoça (IFSC).....	84
Figura 11 -	Linha cronológica da legislação referente à educação de surdos.....	92
Figura 12 -	Áreas de conhecimento em Gestão por Processos.....	106
Figura 13 -	<i>Banner</i> para acesso ao Processo Seletivo de ingresso no IF.....	111
Figura 14 -	Informação sobre o ingresso apenas no menu.....	112
Figura 15 -	Página de acesso ao Portal de Ingresso das Instituições.....	113
Figura 16 -	Vídeo em Libras sobre o edital do Processo Seletivo – <i>Campus</i> Palhoça Bilíngue....	115
Figura 17 -	Página de inscrição para o processo seletivo.....	116
Figura 18 -	Página de inscrição para o processo seletivo.....	117
Figura 19 -	Identificação da necessidade de condição especial para realização da prova.....	118
Figura 20 -	Sugestão de disponibilização do formulário de solicitação de condição especial para realização da prova.....	119
Figura 21 -	Identificação da modalidade de seleção.....	120
Figura 22 -	Prova em Libras disponibilizada no <i>site</i>	124
Figura 23 -	Representação das etapas relacionadas à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos.....	147
Figura 24 -	Macroprocessos relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos IFs.....	148
Figura 25 -	Processos necessários para publicar documento as diretrizes que tenha a finalidade de promover a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos nos IFs.	150
Figura 26 -	Processos necessários para fazer com que os surdos conheçam e queiram estudar nos IFs.....	152
Figura 27 -	Processos necessários para possibilitar o ingresso dos estudantes surdos nos IFs	155
Figura 28 -	Processos necessários para possibilitar a permanência dos estudantes surdos nos IFs.....	159
Figura 29 -	Processos necessários para possibilitar a conclusão com êxito dos estudantes surdos nos cursos do IFs.....	160
Figura 30 -	Macroprocessos relacionados ao compromisso social dos IFs de contribuir para a acessibilidade e para a inclusão dos surdos na sociedade e no mundo do trabalho...	162
Figura 31 -	Processos necessários para atender ao compromisso social dos IFs de contribuir para a acessibilidade e para a inclusão dos surdos na sociedade e no mundo do trabalho.....	163

LISTA DE SIGLAS

APADA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CERFEAD - Centro de Referência em Formação e EaD
CID - Código Internacional de Doença
CNH - Carteira Nacional de Habilitação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Comas - Conselho Municipal de Assistência Social
CF - Constituição Federal
Consup - Conselho Superior
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EaD - Educação a Distância
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIC - Formação Inicial e Continuada
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituições de Ensino Superior
IF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IGC - Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
GTs - Grupos de Trabalho
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação
Napne - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
PCTAE - Plano dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação
PNE's - Pessoas com Necessidades Especiais
Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Prolibras – Proficiência em Libras
Prouni – Programa Universidade para Todos
SigProj - Sistema de Informação e Gestão de Projetos
Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
SMS – Mensagem de texto no celular
TICS - Tecnologias Digitais
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A ORIGEM DO ESTUDO.....	19
1.1 A acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos como tema de pesquisa	19
1.2 A relação dos Institutos Federais com a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos: problematização e objetivos da pesquisa.....	27
1.3 Apresentação de pesquisas relacionadas	30
2 RETRATO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS ESTUDANTES SURDOS NO RIO GRANDE DO SUL E EM SANTA CATARINA.....	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
3.1 Plano de amostragem.....	52
3.2 Operacionalização da pesquisa	56
4 O SURDO E SUA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL	60
4.1 Educação de surdos: a surdez como diferença cultural.....	60
4.2 Possibilidade de acesso e percurso acadêmico de estudantes surdos.....	65
4.3 Alternativas pedagógicas e o uso das tecnologias digitais (TICS)	67
5 CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO NACIONAL E INSTITUCIONAL	70
5.1 Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	70
5.1.1 Formas de ingresso nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	72
5.2 O direito à educação: educação inclusiva e igualdade social	74
5.2.1 Histórico da legislação referente às pessoas surdas: breves discussões	76
5.2.2 Análise dos documentos normativos do IFRS e do IFSC relacionados à acessibilidade e à inclusão.....	93
5.3 Considerações referentes à análise documental.....	101
6 GESTÃO POR PROCESSOS E AS POSSIBILIDADES DE ACESSO E INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS.....	103
6.1 Identificação dos atuais processos de gestão e considerações dos atores da pesquisa	108
6.1.1 A acessibilidade e a inclusão nos IFs a partir do olhar dos estudantes surdos	109
6.1.2 A acessibilidade e a inclusão nos IFs a partir do olhar dos tradutores/intérpretes de Libras e dos professores	128
6.1.3 A acessibilidade e a inclusão nos IFs a partir do olhar dos gestores: mapeamento dos atuais processos de gestão	134
6.2 Discussões e análise dos dados	138
7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165

REFERÊNCIAS.....	172
APÊNDICE I – ESTADO DA ARTE	179
ANEXO I - Relação dos documentos utilizados na análise documental	181
ANEXO II - Resolução de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética	182

INTRODUÇÃO

A acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos vem sendo amplamente discutidas tanto nas escolas de educação básica como também nas instituições de ensino superior, sendo um dos grandes desafios impostos à gestão educacional.

Essa temática acompanha a minha trajetória pessoal e profissional, sendo que há muito tempo me preocupo em como poder garantir que os surdos possam ter acesso à educação e que consigam por meio dela se desenvolver como cidadãos, sendo possível efetivamente estarem incluídos na sociedade. E, foi no meio acadêmico, através da pesquisa, que encontrei um caminho para buscar algumas respostas para estas inquietações.

Cabe ressaltar que tenho irmãos surdos e faço parte da comunidade surda e, assim, desde minha infância, acompanho os desafios que envolvem o acesso dos surdos aos seus direitos básicos relacionados à saúde, à segurança e, principalmente, à educação.

Em 2010, tive a oportunidade de ingressar, por meio de concurso público, em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e foi então que me aproximei da gestão educacional e passei a vivenciar os desafios que a Instituição enfrenta para conseguir efetivar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a finalidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento regional, dando oportunidades de acesso a todas as pessoas. Conforme Pacheco et.al. (2015, p. 8) “o foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas a inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias”. No intuito de atender a esta missão institucional, vi a oportunidade de buscar meios de trazer estudantes surdos para a Instituição.

Ao me aproximar da temática, percebi que a preocupação e o anseio em ter estudantes surdos não eram exclusivos da Instituição em que eu estava trabalhando, mas sim, eram sentimentos que estavam demandando atenção dos gestores de outros IFs do Brasil.

No entanto, ao mesmo tempo em que os gestores apresentavam a intenção de incluir estes estudantes, enfatizavam as dificuldades de saber o que fazer para tornar

isso possível, diziam que não se sentiam preparados para recebê-los. Prova disso é que o número de estudantes surdos em IFs é pequeno, sem contar que muitos desses estudantes que conseguem ingressar nestas instituições acabam não concluindo os cursos, aumentando as estatísticas da evasão.

Assim, comecei a me preocupar com o que o gestor educacional pode fazer para possibilitar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos IFs e percebi que uma forma de encontrar respostas para esta problemática seria analisando os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos.

Estudando os processos é possível identificar quais são as atividades que estão sendo realizadas para alcançar um determinado resultado, neste caso, o resultado almejado é, com equidade, possibilitar o acesso, a permanência e o êxito¹ dos estudantes surdos nos IFs. Cabe conceituar que “processo significa posicionar atividades de trabalho individuais – rotineiras ou criativas – no contexto mais amplo das demais atividades com as quais ele se associa para gerar resultados” (HAMMER, 2013, p. 11).

Como o ingresso de estudantes surdos nos IFs é uma realidade recente, são poucos os gestores que conseguem planejar estes processos e pensar em estratégias que possam atingir esse resultado, assim, vão sendo realizadas ações isoladas sem ter um acompanhamento da efetividade das mesmas. Além disso, são escassos estudos que tenham como foco o papel da gestão educacional na acessibilidade e na inclusão de estudantes surdos, sendo ainda mais raros estudos que considerem a gestão por processos como forma de atingir estes resultados.

Com a elaboração do estado da arte pode-se verificar que existem pesquisadores preocupados com o acesso, a permanência e o êxito de estudantes surdos na Educação Básica e no Ensino Superior, no entanto, estes estudos estão direcionados para as políticas públicas, para as características culturais e linguísticas dos estudantes surdos e para a identificação das necessidades educacionais destes sujeitos e não para as possibilidades de efetivação através da gestão educacional.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes

¹ O termo “êxito” é utilizado nessa pesquisa como sinônimo de conclusão do curso, não entrando no mérito da definição de sucesso.

surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes, para que se possa propor melhorias que viabilizem a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, é importante responder a algumas questões norteadoras, investigando como as diretrizes relacionadas à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos estão relacionadas nos documentos das instituições em estudo, como as características do surdo interferem no seu acesso, permanência e êxito nos IFs e como os surdos interpretam as informações veiculadas pelas ferramentas de comunicação institucional. Além disso, é imprescindível mapear quais são os atuais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos e como esses processos atendem as necessidades destes estudantes.

Para tanto, essa dissertação está estruturada em sete capítulos, que abordam desde a apresentação da origem do estudo, até a proposta de intervenção resultante da pesquisa.

Nesse sentido, no capítulo um descrevo sobre como a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos se tornaram o meu tema de pesquisa e apresento qual é a relação dos IFs e da gestão educacional com essa temática. Aproveito para relatar as minhas vivências pessoais e profissionais que embasam o meu posicionamento frente à necessidade de buscar caminhos que permitam que os surdos tenham as mesmas oportunidades, sendo que parto dos desafios que eles enfrentam para conseguir ingressar nos IFs. Descrevo também sobre a intenção e o desejo que os IFs têm de proporcionar a acessibilidade e incluir os estudantes surdos, mas que, ao mesmo tempo, não sabem o que fazer no cotidiano da instituição para que isso se torne possível. A partir desta contextualização, são apresentados a questão problema e os objetivos da pesquisa e, para concluir esse capítulo e auxiliar na fundamentação da relevância desse estudo, apresento o levantamento das pesquisas relacionadas à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos, realizadas nos últimos dez anos, e que comprovam que a relação da gestão educacional como protagonista na efetivação da acessibilidade e da inclusão dos estudantes surdos, através da gestão por processos, é um tema inédito.

Após situar a origem do estudo, no capítulo dois, apresento o diagnóstico da situação dos surdos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, situação esta, que se replica no restante do país, e que demonstra a difícil situação educacional dos estudantes surdos no Brasil. Assim, relaciono esse desafio com a responsabilidade dos IFs em fazer a diferença e, nesse sentido, a importância que a gestão educacional tem nesse cenário, e como a gestão por processos pode auxiliar na busca pela resolução desse problema.

No capítulo três, descrevo sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa, apresento as instituições objeto desse estudo, os protagonistas envolvidos e as formas de coleta e análise dos dados. Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira etapa se constituiu como análise documental, onde foram identificados os documentos normativos nacionais - leis, decretos e pareceres – e os documentos institucionais que abordam sobre a acessibilidade e a inclusão, tendo por objetivo identificar as diretrizes nacionais e institucionais relacionadas a temática. Na segunda etapa, foram entrevistadas quatorze pessoas - sete do IFRS e sete do IFSC – envolvendo estudantes surdos, tradutores/intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), professores e gestores.

A partir do capítulo quatro são apresentados os resultados da pesquisa, em constante diálogo com os autores e teorias que dão o respaldo científico para o estudo. Assim, para iniciar a análise dos dados é de fundamental importância que tenhamos clareza de quem são os estudantes surdos, que conheçamos a sua história e que possamos compreender que os surdos têm uma cultura diferente dos ouvintes, que têm uma construção própria de identidade e que têm o reconhecimento legal da utilização da Libras como sua língua materna e de direito, temas esses explorados no capítulo quatro, que ainda apresenta, considerando que a cultura surda é voltada para os aspectos visuais, a possibilidade da utilização das tecnologias digitais como metodologia para apresentação de informações, para comunicação e para o desenvolvimento conjunto de conhecimentos.

Após conhecer o estudante surdo e compreender que as suas necessidades de comunicação e de aprendizagem são diferentes, no capítulo cinco, apresento, de forma crítica, os documentos normativos que reconhecem essas diferenças e que buscam garantir a inclusão desses estudantes. Partindo da descrição e análise dessas macropolíticas relacionadas à acessibilidade e à inclusão, nesse capítulo, ainda são

explorados a finalidade dos Institutos Federais, bem como, os documentos e políticas internas que buscam concretizar o ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes surdos nestas instituições. Cabe ressaltar que esse capítulo se constitui como a análise documental proposta na pesquisa e que seus resultados introduzem o mapeamento dos processos de gestão relacionados à temática.

Na sequência, o capítulo seis tem por objetivo propor a gestão por processos como ferramenta de gestão, divulgando de forma sistemática os principais relatos da pesquisa e apresentando o mapeamento dos atuais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos, bem como, identificando as categorias de análise da pesquisa para que, a partir de um diálogo com os autores, pudesse ser proposta a reestruturação dos processos de gestão.

Concluindo, no capítulo sete, apresento a proposta de intervenção resultante dessa pesquisa e que é de fundamental importância para um mestrado profissional. Nessa proposta foram identificadas cinco etapas fundamentais para efetivação da acessibilidade e da inclusão dos estudantes surdos e foram apontados alguns processos necessários em cada uma das etapas, considerando que esses processos de gestão surgiram das atividades que já vinham sendo desenvolvidas pelo IFSC e pelo IFRS, e foram identificadas novas ações que tiveram suas origens nas sugestões dos entrevistados e na análise dos dados dessa pesquisa. Essa proposta de intervenção está embasada nos princípios norteadores básicos que surgiram no decorrer do estudo e que permeiam todas as etapas e processos sugeridos, que são: o acesso, o respeito, a formação e o compromisso social dos IFs.

Com a identificação das etapas e com o mapeamento dos processos, esse estudo se constitui como um instrumento capaz de auxiliar os gestores educacionais dos IFs na tomada de decisão e na busca de alternativas para viabilizar a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos e cumprir com o seu papel institucional através do ensino, da pesquisa e da extensão, não apenas garantindo a formação, mas possibilitando que o surdo conquiste seu espaço no mundo do trabalho e na sociedade.

1 A ORIGEM DO ESTUDO

O ato de pesquisar está relacionado com o desejo da descoberta, com a busca por respostas e cada pesquisador tem suas motivações de estudo embasadas no contexto em que estão inseridos, em suas experiências de vida e na relação que estabelecem com a sociedade.

Assim, este capítulo introdutório tem por intuito apresentar a origem do estudo, descrevendo a relação pessoal, acadêmica e profissional da pesquisadora com a temática de acessibilidade e inclusão de estudantes surdos, e relatando porque é importante que estes estudantes tenham acesso à educação através do ingresso, permanência e êxito nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Para tanto, o capítulo está estruturado em três subseções, sendo que na primeira estão os motivos pessoais e profissionais que tornaram a temática meu tema de pesquisa, na segunda subseção é apresentado o IF, sua missão e compromisso com a inclusão social e, são definidos a questão de pesquisa e os objetivos – geral e específico. Já na terceira subseção, podem ser verificados os resultados do levantamento das pesquisas relacionadas com a temática, que auxiliaram na identificação da eminente necessidade de estudos na área e na estruturação da pesquisa.

1.1 A acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos como tema de pesquisa

Ao iniciar a apresentação deste estudo, considero de fundamental importância contextualizar o que me fez optar pela temática da acessibilidade e da inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e qual é o significado deste estudo em um Mestrado Profissional em Gestão Educacional.

Para contextualizar o local de onde falo é importante partir do meu ambiente familiar, pois foi nele que me constituí como profissional e é dele que emergem muitas das minhas inquietações acadêmicas.

Sou a filha mais velha de uma família de três irmãos, fui a primeira neta, a primeira sobrinha, a primeira afilhada e isso tudo fez com que eu tivesse muita atenção e regalias de todas as pessoas que estavam ao meu redor. Na época, minha família

não tinha muitas condições financeiras, mas me deram toda a base que eu precisava e principalmente muito amor, carinho e segurança.

Quando eu tinha cinco anos nasceu meu primeiro irmão e com a chegada dele minha vida começou a mudar, pois quando ele tinha oito meses meus pais começaram a desconfiar que tivesse algo estranho porque ele não respondia aos estímulos sonoros e foi aí, após ir a dois médicos, quase cinco meses depois, que descobrimos que ele era surdo. A notícia foi impactante para toda família, pois não conhecíamos nenhum surdo e não tínhamos informações sobre o assunto. A primeira reação de todos foi o luto, com indagações de “por que isso tinha que acontecer?” e “o que vamos fazer?”.

Desse período não tenho muitas lembranças, pois ainda era uma criança, mas considero uma fase fundamental da minha vida, pois com a situação fui amadurecendo e passei de menina mimada para alguém que queria dar todo apoio para aquele novo ser que estava em casa e que não sabíamos nem mesmo como iríamos nos comunicar. Não tinha escola que atendia surdos em Erechim, que é a cidade onde meus pais moram até hoje, e durante quase cinco anos minha mãe levou o meu irmão para ser atendido na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em Getúlio Vargas, que fica a 30 km de Erechim.

Assim, passamos por diversas fases, do luto pela falta da audição até a aceitação da surdez. Fomos buscando informações e conhecendo pessoas, e junto com outras famílias constituímos a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Erechim (APADA). Ressalto que não gostamos de usar o termo “deficientes”, mas foi o nome adotado naquela época.

Por meio dessas ações e em parceria com os movimentos sociais da comunidade surda foi possível a implantação da primeira turma de crianças surdas em Erechim, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Agostinho, escola que até hoje atende os estudantes surdos. Até o 5º ano os surdos frequentam classe especial e a partir do 6º ano são inclusos em classe regular, com a presença do tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Nesta época, foi muito marcante a forma de alfabetização, pois tinham palavras coladas por toda casa, para que ele pudesse relacionar o objeto com a palavra em português e assim aprendia a escrever, decorando.

Mais tarde, estudando como se dá a aprendizagem das crianças surdas, percebi o quanto aquelas estratégias utilizadas em casa eram importantes. Uma das autoras que estuda sobre a temática é a professora Lucia Helena Reily, que destaca a necessidade de pesquisadores e educadores da área da surdez estarem atentos aos processos de aprendizagem desses alunos e a validade em se considerar o aspecto visual nesse processo, sendo que no caso dos surdos a apreensão do mundo se dará prioritariamente pelo canal visual e não pelo auditivo.

Em 1998, quando eu tinha dez anos e meu irmão cinco anos, tivemos mais uma surpresa, minha mãe estava grávida, e logo após o nascimento da minha irmã, quando ela tinha apenas dois meses, já foi diagnosticado que ela também era surda. Nesse momento a notícia foi menos traumática, mas, mesmo assim, ainda estávamos em uma fase que não se sabia muito sobre a surdez e que achávamos que eles tinham que aprender a falar, assim, eles usavam aparelho auditivo e iam regularmente à fonoaudióloga, sendo que eles detestavam ambas as intervenções.

Minha irmã passou a frequentar a escola desde os oito meses e a primeira língua que ela aprendeu foi a Libras e, de maneira concomitante, a escrita do português, sendo esta característica fundamental da educação bilíngue. Conforme Sá (2002, p. 57) no bilinguismo, “a criança tem acesso às duas línguas, língua de sinais, como língua materna e a língua portuguesa, como segunda língua”.

Durante muito tempo meus irmãos foram para São Paulo, em um Instituto de Pesquisa que não me recordo o nome, e lá faziam experiências com novos aparelhos auditivos e entraram no grupo para realizar o implante coclear², que era a grande novidade dos anos 2000.

Assim, vivenciamos todas as fases possíveis relacionadas à surdez. Minha irmã foi selecionada para fazer o implante coclear, mas optamos por não o fazer, pois não garantia resultados e, ao nosso ver, estaríamos tirando a identidade dela, pois passamos a conhecer pessoas com implante que não eram nem surdas e nem ouvintes, sem contar nas barreiras para qualidade de vida, onde ela teria restrições para algumas atividades.

Além disso, em São Paulo, neste Instituto, queriam que os surdos falassem e não deixavam usar Libras. Neste momento já tínhamos aceitado a cultura e identidade

² O implante coclear é um dispositivo eletrônico de alta tecnologia, também conhecido como ouvido biônico, que estimula eletricamente as fibras nervosas remanescentes, permitindo a transmissão do sinal elétrico para o nervo auditivo, a fim de ser decodificado pelo córtex cerebral. (MORET *et. al.* 2007).

surda, assim deixamos de ir para São Paulo e abandonamos a busca por tentativas que eles pudessem ouvir ou serem parecidos com os ouvintes e passamos a buscar alternativas para que eles pudessem se comunicar, aprender e participar ativamente da sociedade, aprofundando então o conhecimento em Libras e buscando espaços na comunidade.

Esse foi um momento decisivo na trajetória de vida dos meus irmãos e de toda a família, pois passamos a assumir uma posição epistemológica da surdez como diferença cultural e deixamos de lado a visão clínica que tínhamos até então.

Lopes (2011) apresenta que a surdez é definida em campos discursivos distintos, podendo ser clínicos, linguísticos, religiosos, educacionais, jurídicos, filosóficos. Durante anos, a surdez ocupou o centro das atenções de diferentes campos do saber. Grande parte dos estudos eram fundamentados em discursos clínicos que buscavam descrever e classificar a surdez e os seus “portadores”. A maioria destes estudos produziu saberes que orientaram grupos a olharem os sujeitos surdos como capazes de serem tratados, corrigidos e normalizados, através de terapias, treinamentos orofaciais, uso de aparelhos auditivos, implantes cocleares e outras tecnologias que buscam a condição de normalidade. E essa foi a posição que minha família assumiu durante muitos anos.

Mas, conforme proposto por Lopes (2011) a surdez pode ser vista de outro lugar que não o da deficiência, mas o da diferença cultural. Para Lopes (2011, p. 15) “a surdez é um primeiro traço da identidade, e não somente uma materialidade sobre a qual apenas discursos médicos se inscrevem”. A autora ainda propõe olhar a surdez não pela falta da audição, mas por aquilo que ela marca como diferente. E é este o lugar que assumimos no momento que deixamos de buscar alternativas de “correção” e é este o lugar em que me posiciono para falar do estudante surdo.

Durante todo esse período minha mãe fez vários cursos de Libras e eu fui alfabetizada em Libras junto com os meus irmãos, sendo esta a forma predominante de comunicação em minha casa.

Antes de começar a descrever sobre a minha trajetória acadêmica, mais especificamente, vou relatar mais um pouco sobre algumas vivências com os meus irmãos e com a comunidade surda, vivências estas que me tornaram uma militante pelas questões da inclusão e da educação de surdos.

Na área da acessibilidade e inclusão de surdos nos deparamos com um grande desafio, a falta de tradutor/intérprete de Libras, ou a precariedade do serviço. Quando meu irmão foi para o ensino médio ele não tinha tradutor/intérprete de Libras, e assim, minha mãe passou a ir com ele para a escola, como voluntária. Ela tinha domínio da Libras, mas, não tinha formação acadêmica e foi aí que a incentivamos a buscar a graduação em uma licenciatura para poder auxiliar outros surdos, para que eles não passassem o que o meu irmão estava passando, e assim, através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ela ingressou na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no curso de Pedagogia, concluindo o mesmo em 2014 e atuando como tradutora/intérprete de Libras em uma escola estadual.

No momento em que minha mãe conquistou a tão sonhada vaga no ensino superior surgiu um novo impasse, ela ia fazer a graduação para poder atuar profissionalmente e deixava meu irmão sem tradutor/intérprete de Libras, ou continuava com ele, como voluntária, e perdia a oportunidade de poder trabalhar com outros surdos futuramente. Sabíamos que se ela optasse por não fazer o curso superior naquele momento, provavelmente em poucos anos estaríamos passando novamente pela mesma situação, com a minha irmã, então ela foi para a universidade e nós, junto com outras famílias e grupos sociais, organizamos uma audiência pública e conseguimos a contratação de um tradutor/intérprete de Libras para o ensino médio, na turma em que meu irmão estudava.

E assim foram muitas outras batalhas, quando falamos em acessibilidade e inclusão estamos sempre tendo que lutar para garantir que os direitos mínimos sejam atendidos. É assim nas escolas, foi assim para que eles pudessem fazer a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), onde tivemos que acionar o Ministério Público por não ter acessibilidade nas provas, e é assim em muitos concursos públicos.

Mesmo tendo estes enfrentamentos, posso dizer que meus irmãos não sofreram com o preconceito e que a cada dia eles mostram que são plenamente capazes, que só precisam de condições adequadas de acesso e permanência.

No ano de 2015 meu irmão, com vinte e um anos, concluiu a graduação em Marketing no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), no *Campus* Erechim, sendo o primeiro estudante surdo a concluir um curso superior no IFRS. Da mesma forma, a minha irmã, hoje com dezoito anos, é completamente independente e já teve mais experiências do que muitos ouvintes da

mesma idade. Ela é jogadora da seleção brasileira de futsal feminino para surdos e joga futebol profissionalmente em equipes de ouvintes, viajando sozinha para diversos lugares, sendo que já foi, por exemplo, para o Chile, Peru e para a Tailândia.

Considero importante contar esta história pessoal porque são com estes argumentos que eu defendo o quanto o surdo é capaz e que ele só precisa ser estimulado e ter condições de acessibilidade nos espaços em que estiver inserido.

Como relatei anteriormente, faço parte da comunidade surda, temos amigos surdos em diversas cidades do país, pois a comunidade surda é muito unida e expansiva, e nessa vivência surgem inúmeras inquietações e problemas de pesquisa que trago para o mundo acadêmico, pois este é o melhor espaço para discutir esses assuntos e gerar conhecimentos que possam realmente ser úteis para a sociedade.

Toda esta vivência familiar influenciou a minha trajetória acadêmica e profissional. Logo que concluí o ensino médio ingressei na graduação em Administração e fui nomeada em um concurso público da Prefeitura Municipal de Erechim, para atuar na área administrativa. Neste espaço comecei a me aproximar das políticas públicas relacionadas à inclusão, participando como conselheira no Conselho Municipal de Assistência Social (Comas).

Quando se passaram três anos, entrei em licença sem remuneração da Prefeitura para trabalhar com dois professores da graduação na organização de um evento regional. Quando estava participando deste projeto fui nomeada para trabalhar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), que é quando efetivamente começou todo o meu vínculo com a educação e com a gestão educacional propriamente dita.

Quando entrei em exercício no *Campus* Caxias do Sul, era um *campus* novo, em implantação, que ainda não tinha nem mesas e cadeiras, muito menos regulamentações. Essa fase foi fundamental, pois tive a oportunidade de participar da construção de muitas das Regulamentações e Instruções Normativas. Neste *campus* atuei como Chefe de Gabinete, vinculada à Direção Geral e participava de todas as reuniões da equipe diretiva, o que possibilitou a compreensão do todo e a visão sistêmica da Instituição.

Ainda no *Campus* Caxias do Sul, tive a oportunidade de me aproximar das ações inclusivas da Instituição, onde participei do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), presidindo o núcleo durante

um período. A participação no Napne permitiu que eu estivesse presente nas discussões na Reitoria, onde está localizada a Assessoria de Ações Inclusivas da Instituição, assim, pude colaborar na construção do Regulamento do Núcleo e na elaboração da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

Desde que assumi o cargo no concurso tinha a intenção de voltar para casa e em maio de 2013 fui removida para o *Campus* Erechim, onde atuei na Assessoria de Comunicação e como Coordenadora Substituta de Desenvolvimento Institucional. Mesmo tendo ficado pouco tempo em Erechim as atividades que desempenhei foram importantes.

Estar atuando na Assessoria de Comunicação permitiu o estabelecimento de vínculos com os estudantes e com a sociedade. No *Campus* Erechim, continuei no Napne, atuando como presidente por alguns meses. Nesse período tivemos nosso primeiro grande desafio, que foi a inclusão de dois estudantes surdos em cursos de nível superior, um deles meu irmão.

A partir deste momento é que comecei a vivenciar na prática as dificuldades que o gestor enfrenta para possibilitar a inclusão. Convivendo com os diversos grupos de gestão na Instituição começamos a pensar em estratégias para que estes estudantes não desistissem, agora não estava vendo apenas o ponto de vista do sujeito surdo, mas estava tendo que lidar também com os desafios e limitações institucionais.

Essa experiência fez com que eu percebesse a necessidade de realizar investigações nesta área, pois estávamos em uma situação que não sabíamos como lidar e não tínhamos a quem recorrer, pois as pesquisas e publicações relacionadas a essa temática são escassas e não encontramos documentos com o foco na gestão educacional. Além disso, o ingresso de estudantes surdos nas Universidades e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) é uma situação nova, com poucas experiências a serem compartilhadas.

Toda essa conjuntura contribuiu para a sensibilização da Instituição, que já vinha discutindo sobre as questões de inclusão como missão do IFRS, e, em 2013 tivemos uma grande oportunidade, que foi a possibilidade de fazer a prova do Processo Seletivo para o ingresso de estudantes surdos em Libras, através de vídeo. Essa foi uma grande conquista, pois sabíamos que seria um desafio também para a gestão, pois este é um processo altamente inovador, que atende a principal

reivindicação da comunidade surda, que é ter acesso a todas as informações, inclusive avaliações, em sua língua materna, a Libras. No entanto, mesmo sendo defensora da realização da prova em Libras, sei que ela por si só não garante o acesso dos estudantes surdos, pois como a metodologia é uma novidade também para os surdos ela carece de outras ações concomitantes para possibilitar a familiarização dos estudantes com a prova e, como todo processo inovador, deve ser acompanhado de estudos para verificar se os objetivos estão sendo alcançados e se são necessárias adequações na metodologia utilizada.

Para a elaboração da prova em Libras constituímos uma equipe coordenada por mim, onde participaram uma tradutora/intérprete de Libras e duas professoras de Libras, que são surdas. Como não sabíamos ao certo como fazer, tentamos várias metodologias, e assim, traduzimos e filmamos noventa questões para a prova, sempre mantendo o foco na compreensão que os surdos teriam das questões e tendo o cuidado para não apresentar o conteúdo da prova simplesmente em português sinalizado.

Após a coordenação do projeto de elaboração da Prova em Libras, em fevereiro de 2014, recebi o convite para trabalhar na Pró-reitoria de Extensão, em Bento Gonçalves, onde estou até hoje como Diretora de Extensão. Atualmente estão vinculados à Pró-reitoria de Extensão a Assessoria de Ações Inclusivas, a Assessoria de Assuntos Internacionais e o Setor de Programas Especiais do IFRS.

Outros IFs começaram a procurar o IFRS para saber como estávamos realizando a prova em Libras e para conhecer quais eram nossas estratégias para possibilitar a inclusão dos estudantes surdos e foi aí que começamos a perceber que, mesmo realizando algumas ações relacionadas à inclusão dos estudantes surdos, não temos estes processos de gestão estruturados e não sabemos se estamos utilizando a melhor metodologia e se estas ações efetivamente estão sendo eficazes para atender as necessidades dos estudantes surdos.

Além disso, temos experiências isoladas em cada *campus*, sendo que cada vez que um estudante surdo ingressa em outro *campus* surgem as mesmas dificuldades e desafios e as discussões começam do zero, o que comprova a necessidade de registramos estas ações e estabelecermos processos de gestão e fluxos de trabalho, minimizando os problemas e as dificuldades no momento do ingresso do estudante surdo, pois, até que a gestão de cada *campi* encontre estratégias para possibilitar a

acessibilidade e a inclusão, este estudante já perdeu conteúdos importantes e muitas vezes acaba desistindo do curso.

Nesse sentido, posso dizer que o meu objeto investigativo tem seus pilares básicos em minha trajetória pessoal e profissional, pois a pesquisa tem como tema a análise dos processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes. Essa análise irá possibilitar a proposição de melhorias nos processos de gestão que viabilizem a efetiva acessibilidade e inclusão destes estudantes.

No intuito de termos resultados de maior relevância e que possam ser úteis a todos os IFs será realizado um estudo multicaso, participando da pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Os critérios utilizados para a escolha das instituições foram: ter estudantes surdos matriculados em cursos regulares e já desenvolver alguma ação específica voltada para a acessibilidade e a inclusão destes estudantes. Esses critérios são importantes para que possam ser somadas as ações propondo melhorias nos processos de gestão e auxiliando outros IFs para que os mesmos possam estar preparados para receberem os estudantes surdos.

1.2 A relação dos Institutos Federais com a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos: problematização e objetivos da pesquisa

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são Autarquias Federais, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), criados pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Conforme definido na lei de criação são instituições de educação superior, básica e profissional, com característica *multicampi*, tendo 38 Institutos Federais no Brasil, cada um com *campi* em diferentes cidades dentro de seu limite territorial.

Os IFs têm como finalidade a verticalização do ensino tendo cursos de formação inicial e continuada (FIC), cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao ensino médio, cursos voltados à educação de jovens e adultos, cursos de graduação e cursos de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*.

Para ingressar nos IFs, com exceção dos cursos FIC, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e dos cursos de pós-graduação, os estudantes precisam realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou a prova do Processo Seletivo na própria Instituição.

Ainda conforme a Lei Nº 11.892/2008 compete aos IFs melhorar a qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação, se aproximando da comunidade e desenvolvendo ações que priorizem a superação das condições de desigualdade e exclusão, em consonância com o desenvolvimento social, econômico, político e dos arranjos produtivos locais.

Orientando-se para o cumprimento da missão para a qual foram criados, os IFs devem primar pela educação inclusiva, que reconheça e aceite a diversidade, respeitando a cultura e as necessidades dos sujeitos envolvidos.

Como está previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, todas as pessoas tem direito à igualdade de oportunidades, e dentre estas pessoas está o surdo.

No entanto, ao se deparar com a pessoa surda, muitas vezes a Instituição não sabe como agir. Participando de alguns eventos voltados à educação inclusiva nos IFs percebi o mesmo discurso dos gestores e dos servidores, técnico-administrativos e docentes, onde estes dizem: “não estamos preparados para recebê-los”.

Mas o “não estar preparado” não é mais uma justificativa, pois mesmo com poucas condições de acesso os estudantes surdos estão chegando nos IFs. Além disso, estas Instituições estão tendo que cumprir com o seu papel social e legal de promover a inclusão e, desta forma, estão tendo que pensar em estratégias de como atrair estes estudantes e garantir que eles tenham acesso as mesmas condições de formação.

Ressalto que esse estudo - seguindo com as definições enfatizadas por Lopes (2011, p. 22) quando ela propõe “olhar a surdez não pela falta, mas como aquilo que ela marca como diferente” -, ao fazer referência à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos IFs, tem como princípio a equidade, considerando a necessidade de dar condições diferentes às pessoas diferentes, para que elas possam chegar ao mesmo lugar, ressaltando que equidade é um fator para alcançar

a justiça social, significando “tratar o igual igualmente e o desigual desigualmente, na medida da sua desigualdade”. (CUNHA, 1998, p.113).

Assim, surgem grandes desafios:

- O que os estudantes surdos precisam para terem acessibilidade e para que sejam incluídos nos IFs?
- O que os IFs devem fazer para possibilitar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos?
- Qual é o papel da gestão educacional e do gestor neste contexto?
- Quais são os processos de gestão envolvidos para garantir uma educação inclusiva para as pessoas surdas?

Tendo como base a contextualização dos IFs e estes desafios da inclusão dos estudantes surdos, apresento nesse estudo a seguinte questão: como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes?

Para tanto, no intuito de buscar respostas à esta questão, partindo da constatação da necessidade de apresentar aos gestores educacionais caminhos para tornar os IFs acessíveis aos estudantes surdos, tomei como objetivo geral, analisar como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes, para propor melhorias que viabilizem a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A compreensão mais detalhada de como alcançar tal objetivo foi expressa por meio dos seguintes objetivos específicos:

- a) investigar as políticas e normativas institucionais relacionadas à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos;

- b) identificar as principais necessidades dos estudantes surdos, considerando suas características culturais e linguísticas, nas etapas de acesso e permanência no IFRS e no IFSC;
- c) verificar se as ferramentas de comunicação institucional³ (edital do processo seletivo, manual do candidato, informações disponibilizadas no sítio eletrônico e sistema de inscrição para o processo seletivo) e a prova do processo seletivo, estão acessíveis aos estudantes surdos;
- d) mapear os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos; e
- e) analisar os atuais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos e as necessidades destes sujeitos.

1.3 Apresentação de pesquisas relacionadas

No intuito de desenvolver conhecimentos necessários e relevantes, antes de definir a questão chave desse estudo e delinear suas diretrizes, foi importante realizar o levantamento das produções acadêmicas relacionadas à temática. Este levantamento teve a intenção de verificar o que outros pesquisadores estão investigando sobre o tema e trouxe contribuições significativas que deram origem a pesquisa aqui apresentada.

A busca de informações foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do *Ibct* e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo consideradas as produções científicas dos últimos dez anos.

Tendo em vista que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados em 2008, sendo relativamente novos, não foi possível encontrar nenhuma produção científica voltada à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos nestas Instituições. Assim, utilizei como parâmetro para a pesquisa o acesso, permanência e êxito de estudantes surdos no Ensino Superior.

³ Considerando que os IFs são Autarquias Federais todos os atos oficiais devem estar públicos para todas as pessoas, assim sendo, todas as informações e comunicações são publicadas no sítio eletrônico da Instituição, através de Editais, Regulamentos, Instruções Normativas, Portarias, Manuais e Resoluções. Assim sendo, entende-se como ferramentas de comunicação institucional o próprio sítio eletrônico das Instituições e os documentos oficiais nele disponibilizados.

A utilização do termo Ensino Superior se torna possível, porque conforme previsto na Lei de Criação dos Institutos Federais, estes, para efeito de incidência de regulação, avaliação e supervisão, se equiparam às Universidades Federais. (BRASIL, 2008)

Cabe ressaltar que para o ingresso nos IFs o estudante precisa realizar o Enem ou a prova do Processo Seletivo, tanto para o Ensino Superior, como para os cursos Técnicos de Nível Médio, se equiparando ao vestibular das Universidades Federais.

Foram utilizadas na busca as seguintes combinações:

- Ensino Superior e Surdo;
- Ensino Superior e Inclusão de Surdos;
- Acesso no Ensino Superior e Surdo;
- Permanência no Ensino Superior e Surdo;
- Gestão educacional e Surdo.

Assim, foi possível localizar dezoito produções científicas, distribuídas em teses, dissertações e artigos, conforme pode ser verificado no Quadro 16, no apêndice I. Destas publicações, 8 (oito) têm relação com a temática de acesso, permanência e êxito de estudantes surdos no Ensino Superior, relacionando outros fatores como a educação bilíngue e o enfoque em políticas públicas, todas trazendo como tema principal o sujeito surdo e ressaltando aspectos que contribuem na justificativa da minha investigação, como por exemplo, a dificuldade dos estudantes surdos ingressarem no Ensino Superior, a falta de tradutores/intérpretes de Libras, a necessidade de ações que busquem efetivar o que está previsto em Lei e nas Políticas Públicas e a importância de formação de professores e capacitação dos servidores das Instituições de Ensino Superior (IES).

Além das produções científicas que se aproximam da temática, encontrei 1 (uma) dissertação que dialoga de forma mais próxima com o que estou estudando. Esta dissertação intitulada “Políticas institucionais e ações inclusivas nas universidades: análise das condições de acesso para discentes surdos” foi publicada em 2012, pelo pesquisador Fabio Luiz Benicio Maia Nogueira, em um Programa de Pró-Graduação em Administração e teve como objetivo analisar o desenvolvimento de políticas de inclusão em Universidades com discentes surdos.

No entanto, mesmo esta última produção científica tendo uma maior aproximação com a minha temática de pesquisa, ainda sim, seus resultados apontam

para a necessidade de a gestão pensar em estratégias para a efetivação das políticas públicas voltadas à inclusão dos estudantes surdos, mas não apresenta quais seriam estas estratégias ou como elas poderiam ser definidas.

Assim, a realização do Estado da Arte relacionado à temática da acessibilidade e inclusão dos surdos no Ensino Superior foi muito importante para identificar quais são os principais questionamentos que vem despertando o interesse dos pesquisadores e comprovou a necessidade de estudos relacionados ao acesso, a permanência e ao êxito dos estudantes surdos no Ensino Superior, o que abrange também os IFs. Além disso, ratificou a relevância da investigação aqui apresentada, pois todos os estudos apontam as dificuldades, mas poucos discutem soluções para os problemas.

2 RETRATO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS ESTUDANTES SURDOS NO RIO GRANDE DO SUL E EM SANTA CATARINA

A Educação é assunto recorrente em todas as esferas da sociedade, provocando discussões nas áreas socioeconômicas, culturais e de desenvolvimento humano. É impossível falar em evolução humana e em desenvolvimento social sem educação, e principalmente, sem educação de qualidade. Nesse sentido, antes de adentrarmos na metodologia e nos resultados da pesquisa, este capítulo tem por intuito apresentar um diagnóstico da situação educacional dos estudantes surdos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, principalmente nas cidades onde existem unidades dos Institutos Federais em estudo e provocar uma reflexão sobre a importância da realização desta pesquisa, considerando principalmente o papel fundamental da gestão educacional na efetivação da acessibilidade e da inclusão dos estudantes surdos.

Ao falarmos em educação precisamos pensar na gestão educacional, que é um tema de grande relevância na atualidade, pois as instituições de ensino estão cada vez mais complexas e o próprio contexto social está exigindo dos gestores decisões rápidas e resultados eficazes que atendam as demandas da sociedade e as políticas públicas.

Estamos vivenciando mudanças significativas na organização dos espaços institucionais, em que sujeitos historicamente excluídos passam a reivindicar o acesso e saber instituído. Essa nova configuração das instituições de ensino exige discussões quanto às diferenças no processo de aprendizagem e as culturas que compõe a educação básica e o ensino superior, trazendo novos desafios para a gestão educacional.

Dentre as políticas públicas em educação ganha destaque a necessidade de democratização do acesso ao ensino superior e ao ensino técnico de nível médio. E assim, no intuito de interiorizar a educação de ensino superior e técnico e de ampliar o acesso dando possibilidades para que mais pessoas consigam ingressar em uma Instituição Federal de Ensino, conforme vimos no capítulo anterior, em 2008 foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Os IFs têm o compromisso social de formar cidadãos críticos e conscientes, sendo ressaltado na Lei Nº 11.892/2008 o comprometimento das Instituições com a

acessibilidade e a inclusão, lembrando que todas as pessoas têm direito de ter acesso à educação.

No universo da educação inclusiva estão as Pessoas com Necessidades Especiais (PNE's) e entre estas pessoas estão os estudantes surdos. Conforme destacado anteriormente, neste estudo discuto a educação de surdos considerando a surdez sobre a perspectiva da diferença linguística e cultural e não como uma patologia ou deficiência.

A inclusão dos estudantes surdos é um desafio para a gestão, pois ao mesmo tempo em que os IFs têm o compromisso social e legal de promover a inclusão, a gestão se depara com inúmeros desafios relacionadas ao como atrair a comunidade surda despertando o desejo em estudar em um Instituto Federal, ao como disponibilizar as informações de modo acessível, como realizar um processo de ingresso que efetivamente tenha acessibilidade para o candidato surdo, e, após o ingresso desses estudantes na instituição, como fazer com que eles tenham acesso ao conhecimento e tenham as mesmas condições que os demais estudantes de concluírem o curso.

Relacionado à permanência e ao êxito o gestor encontra outros desafios quanto à contratação de profissionais especializados, a preparação e capacitação dos docentes e dos técnico-administrativos, a produção de materiais acessíveis e a adaptação curricular.

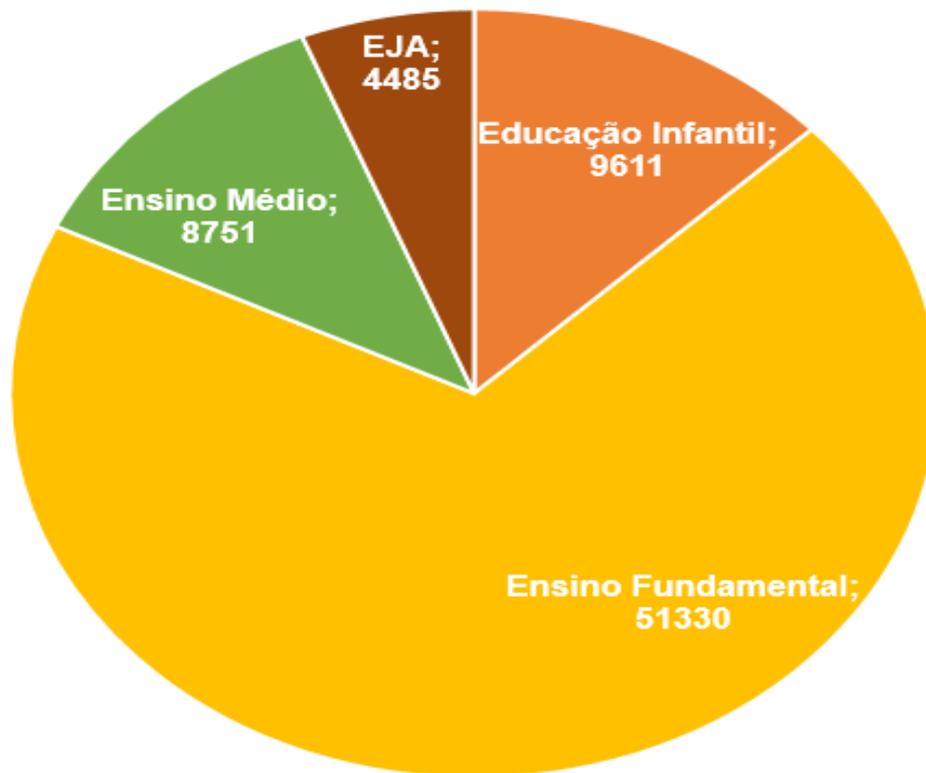
Pensando nestes desafios e em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito de acesso, permanência e êxito dos estudantes surdos nos IFs é que justifico a relevância desta investigação, pois cabe aos gestores destas instituições estabelecerem processos de gestão que possibilitem a acessibilidade e a inclusão destes estudantes.

Mesmo com o amparo legal poucos são os estudantes que chegam ao ensino médio e uma parcela praticamente insignificante ingressa no ensino técnico profissionalizante e no ensino superior. Conforme dados no IBGE (2010), no Brasil, 4,6 milhões de pessoas possuem deficiência auditiva⁴ e 1,1 milhão são surdas,

⁴ A utilização do termo “deficiência auditiva” tem dois significados. Pode ser utilizado para identificar pessoas que têm uma perda auditiva, que pode ou não comprometer a comunicação e, pode ser utilizado também, como sinônimo de “surdez”. No decorrer do texto, em alguns momentos, serão utilizados os termos “deficiente auditivo” e “deficiência auditiva” por serem os termos usuais em documentos oficiais e na legislação. No entanto, ressalto que, o termo utilizado para fazer referência aos sujeitos desta pesquisa será “surdo”, considerando a surdez como diferença cultural e linguística.

totalizando aproximadamente 5,7 milhões de pessoas. Desta população, o total de estudantes na Educação Básica é de 74.547 (dados do Censo Escolar, INEP, 2012) e, são apenas 5.660 estudantes matriculados em cursos superiores (Censo da Educação Superior, INEP, 2014). A distribuição destas matrículas na Educação Básica pode ser consultada no gráfico apresentado na Figura 01.

Figura 01 - Relação de estudantes surdos matriculados na Educação Básica no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora através de dados do Censo Escolar da Educação Básica (2012).

Observando o gráfico podemos perceber que grande parte da população surda está retida no Ensino Fundamental, sendo que destes estudantes uma pequena parcela passa para o Ensino Médio e para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), estando aptos posteriormente para ingressar no Ensino Superior.

O Quadro 01 apresenta o percentual de estudantes surdos na Educação Básica e na Educação Profissional no Brasil (2012), sendo possível perceber que 68,86% destes estudantes estão no Ensino Fundamental. O que quero chamar a atenção é, que destes estudantes, apenas 36% passam do Ensino Fundamental para o Ensino Médio ou para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que representa um problema,

considerando que 44% destes estudantes deixam de frequentar a escola. A partir dessa análise e considerando que em 2014 eram apenas 5.560 estudantes surdos no Ensino Superior, podemos constatar que desses estudantes que estão no Ensino Médio e na EJA poucos continuam os estudos e buscam uma vaga no Ensino Superior.

Quadro 01 – Representatividade de estudantes surdos na Educação Básica e Educação Profissional

Modalidade de Ensino	Nº de estudantes surdos no Brasil	(%)	Relação entre as Modalidades de Ensino (%)
Educação Infantil	4.485	6,02	-
Ensino Fundamental	51.330	68,86	-
Ensino Médio	8.751	11,74	17
EJA	9.611	12,88	19
Educação Profissional	370	0,5	2,03

Fonte: Elaborado pela autora através de dados Censo Escolar da Educação Básica (2012).

Outro dado relevante, conforme o Censo da Educação Superior (2014), é que só em Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil, no ano de 2014, foram disponibilizadas 343.281 vagas entre o ensino presencial e a educação à distância, sendo que apenas 5.660 estudantes surdos ingressaram no Ensino Superior, o que representa 1,65% das vagas destinadas nas Instituições Federais, sem contar que estes 5.660 estudantes surdos estão matriculados em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, o que reduz ainda mais o percentual apresentado.

Trazendo estes dados para o Rio Grande do Sul, ainda conforme dados do IBGE (2010), 282.149 pessoas apresentam deficiência auditiva. Esses dados são classificados em: pessoas que não conseguem ouvir de modo algum (surdas), pessoas que apresentam grande dificuldade de audição e pessoas que apresentam alguma dificuldade de audição.

Das 282.149 pessoas que apresentam deficiência auditiva no Rio Grande do Sul, 8.426 são surdas, 54.477 apresentam grande dificuldade de audição e 219.246 apresentam alguma dificuldade de audição. Cabe ressaltar que os dados são de 2010, sendo que provavelmente estes números em 2016 sejam ainda mais expressivos.

Foram utilizadas as informações de 2010 por serem os dados disponíveis no *site* do IBGE.

Mesmo não tendo a distribuição destas pessoas por faixa etária, nem a informação de quantas delas estão estudando, considerei importante apresentar o quantitativo de pessoas surdas ou com grande dificuldade de audição que residem nas cidades do Rio Grande do Sul onde existem *campi* do IFRS, considerando que estas pessoas são estudantes em potencial para a Instituição. Essa relação é importante, pois nos mostra que o número de estudantes surdos no IFRS é muito baixo, característica que se reproduz em outros IFs e comprova a necessidade desse estudo.

No Quadro 02 estão representados todos os municípios onde estão instalados *campus* do IFRS, bem como sua população e o número de pessoas surdas, considerando as que não conseguem ouvir de modo algum e as que apresentam grande dificuldade de audição. Além destas informações, é retratado o número de estudantes por *Campus* do IFRS e deste quantitativo de estudantes, quantos são surdos.

Quadro 02 – Relação da população surda nos municípios de abrangência do IFRS e número de estudantes surdos nos respectivos *campi*

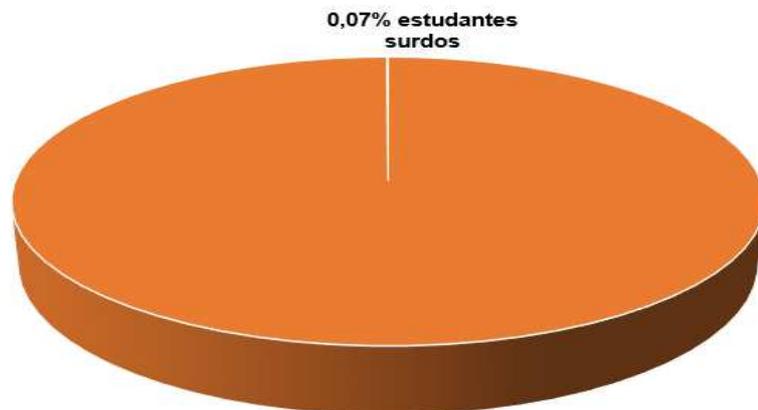
Município/ Campus do IFRS	População	Nº de surdos			Nº de estudantes	Nº de estudantes surdos
		Não consegue ouvir de modo algum	Grande dificuldade de audição	Total		
Alvorada	195.673	344	2.090	2.434	114	-
Bento Gonçalves	107.278	148	876	1.024	1.679	-
Canoas	323.827	684	3.797	4.481	865	1
Caxias do Sul	435.564	708	5.027	5.735	946	-
Erechim	96.087	136	1.108	1.244	1.021	2
Farroupilha	63.635	93	574	667	811	-
Feliz	12.359	18	112	130	441	-
Ibirubá	19.310	20	197	217	693	1
Osório	40.906	80	682	762	631	1
Porto Alegre	1.409.351	3.116	14.820	17.936	3.609	3
Restinga					714	-
Rio Grande	197.228	189	2.488	2.677	2.250	2

Rolante	19.485	45	237	282	35	-
Sertão	6.294	18	108	126	1.807	1
Vacaria	61.342	216	832	1.048	81	-
Veranópolis	22.810	43	173	216	50	-
Viamão	239.384	413	2.850	3.263	252	-
TOTAL	3.250.533	5.858	33.121	42.242 (1,3%)	15.885	11 (0,07%)

Fonte: Elaborado pela autora através de dados do IBGE (2010), Relatório de Autoavaliação Institucional do IFRS (2015) e dados do Processo Seletivo de Ingresso no IFRS 2016/1.

A importância desta pesquisa pode ser comprovada no gráfico apresentado na Figura 02, onde está a porcentagem de estudantes surdos no IFRS, que não chega a 1% da comunidade acadêmica da Instituição. De 15.885 estudantes, distribuídos em 17 *Campi*, apenas 11 estudantes são surdos.

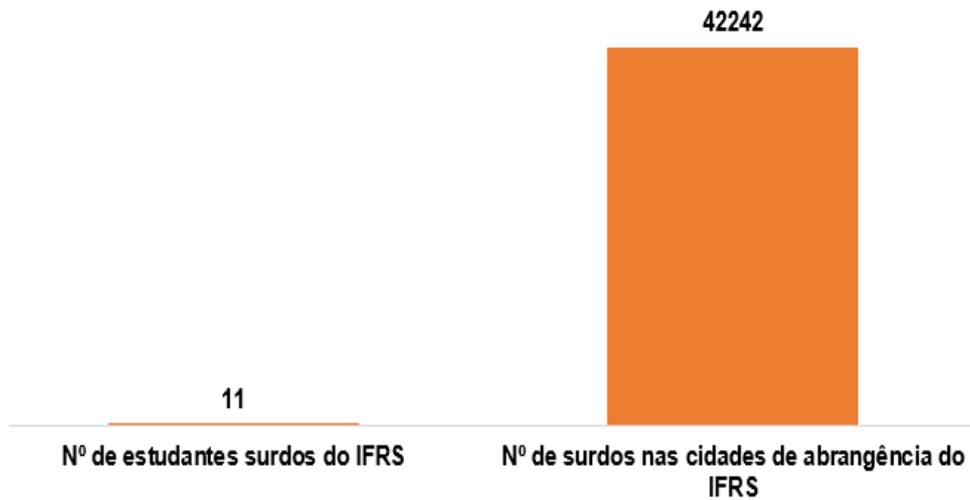
Figura 02 – Proporção de estudantes surdos no IFRS



Fonte: Elaborado pela autora através de dados do Relatório de Autoavaliação Institucional do IFRS (2015) e dados do Processo Seletivo de Ingresso no IFRS 2016/1.

Esses resultados se tornam ainda mais impactantes quando observamos o total de pessoas surdas nos municípios de abrangência do IFRS, que totalizam 42.242 pessoas surdas, sendo que destas, apenas 11 pessoas são estudantes do IFRS, conforme pode ser verificado na Figura 03.

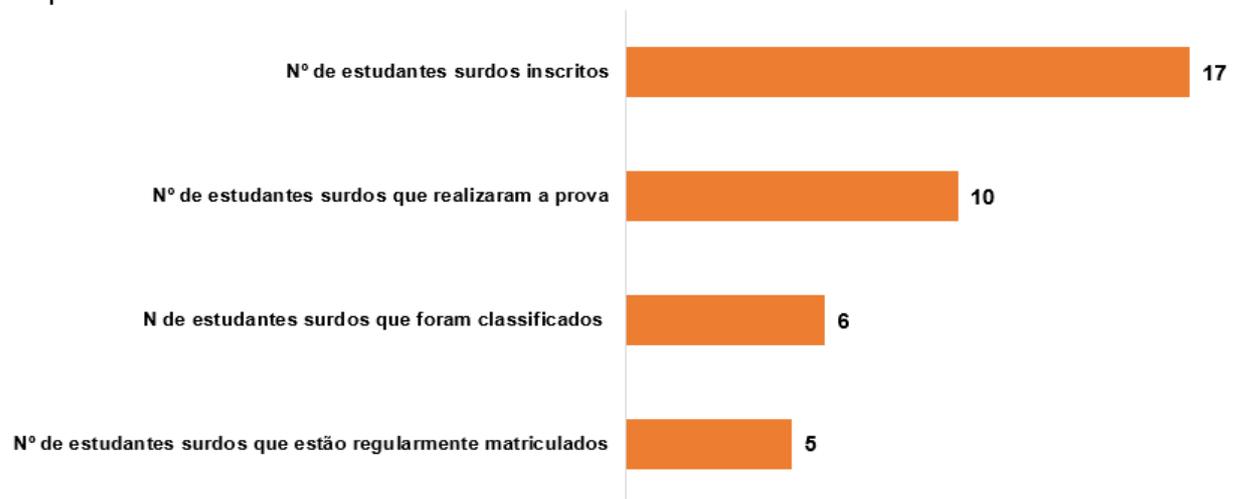
Figura 03 – Relação entre o número de estudantes surdos do IFRS e o número de surdos nos municípios de abrangência do IFRS



Fonte: Elaborado pela autora através de dados do IBGE (2010), Relatório de Autoavaliação Institucional do IFRS (2015) e dados do Processo Seletivo de Ingresso no IFRS 2016/1.

Outra informação que merece ser destacada, ainda utilizando o exemplo do IFRS, é que no Processo Seletivo 2016/1, dezessete surdos se inscreveram para realizar a prova, dez efetivamente realizaram a prova e seis estudantes surdos ingressaram no IFRS em 2016. Cabe ressaltar ainda que, destes estudantes, um cancelou a matrícula no primeiro semestre, conforme pode ser conferido na Figura 04.

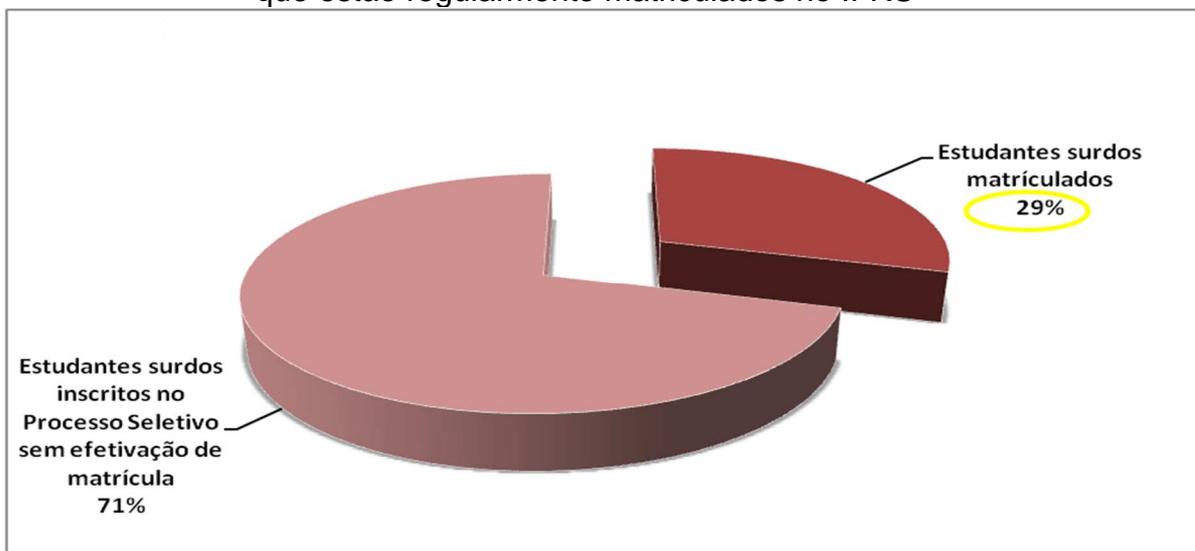
Figura 04 – Relação de estudantes surdos que se inscreveram no Processo Seletivo e que efetivamente realizaram a matrícula no IFRS



Fonte: Elaborado pela autora através de dados do Processo Seletivo de Ingresso no IFRS 2016/1.

Essas informações apresentam outro fator importante a ser analisado neste estudo, pois, conforme podemos observar na Figura 05, do total de estudantes surdos inscritos no Processo Seletivo 2016/1, apenas 29,41% estão regularmente matriculados na instituição, o que comprova a necessidade de analisar os processos relacionados não apenas ao acesso, mas também à permanência e ao êxito destes estudantes.

Figura 05 – Relação dos estudantes surdos inscritos para o Processo Seletivo 2016/1 e que estão regularmente matriculados no IFRS



Fonte: Dados do Processo Seletivo de Ingresso no IFRS 2016/1.

Assim como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina também apresenta números pouco expressivos com relação ao ingresso de estudantes surdos no Instituto Federal, com exceção do *Campus* Palhoça Bilíngue, que tem como foco de atuação a educação bilíngue para estudantes surdos e a formação de profissionais para atuarem na área da surdez.

Conforme dados do IBGE (2010), no estado de Santa Catarina, 305.833 pessoas apresentam deficiência auditiva. Destas pessoas, 10.403 são surdas, 72.524 apresentam grande dificuldade de audição e 233.309 apresentam alguma dificuldade de audição. Deste universo de pessoas surdas, usando a mesma metodologia de análise dos dados do Rio Grande do Sul, apresento na Quadro 03 os municípios de Santa Catarina com *campi* do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e quais são as relações de população de surdos destas cidades, número de estudantes por *campi*

e, destes estudantes, quantos são surdos, sendo possível perceber a discrepância entre quantidade de pessoas surdas nas cidades e, destas, quantas ingressam no IFSC. Para constituição da análise foram utilizados os dados do IFSC relacionados ao levantamento de pessoas com necessidades específicas no ano de 2015, sendo utilizadas as informações de estudantes surdos e deficientes auditivos.

Quadro 03 – Relação da população surda nos municípios de abrangência do IFSC e número de estudantes surdos nos respectivos *campi*

Município/ <i>Campus</i> do IFSC	População	Nº de surdos			Nº de estudantes	Nº de estudantes surdos/DA*
		Não consegue ouvir de modo algum	Grande dificuldade de audição	Total		
Araranguá	61.310	156	793	949	1.871	3
Caçador	70.762	89	738	827	564	-
Canoinhas	52.765	39	522	561	1.640	1
Chapecó	183.530	374	1.606	1980	1.521	3
Criciúma	192.308	337	2.020	2357	1.087	-
Florianópolis	421.240	452	3.521	3973	7.241	5
Florianópolis- Continente					1.822	-
CERFEAD					1.285	-
Garopaba	18.138	9	180	189	575	1
Gaspar	57.981	100	335	435	1.072	-
Itajaí	183.373	359	1.704	2063	735	1
Jaraguá do Sul	143.123	246	834	1080	1.029	3
Geraldo Werninghaus					1.362	1
Joinville	515.288	1.036	4.053	5089	2.608	-
Lages	156.727	185	2.238	2423	2.059	1
Palhoça-Bílingue	137.334	336	1.213	1549	773	59
São Carlos	10.291	21	61	82	1.814	-
São José	209.804	409	1.821	2230	1.763	-
São Lourenço do Oeste	21.792	27	235	262	217	-
São Miguel do Oeste	36.306	79	563	642	1.077	-
Tubarão	97.235	83	935	1018	409	-
Urupema	2.482	-	9	9	234	1
Xanxerê	44.128	66	376	442	810	-

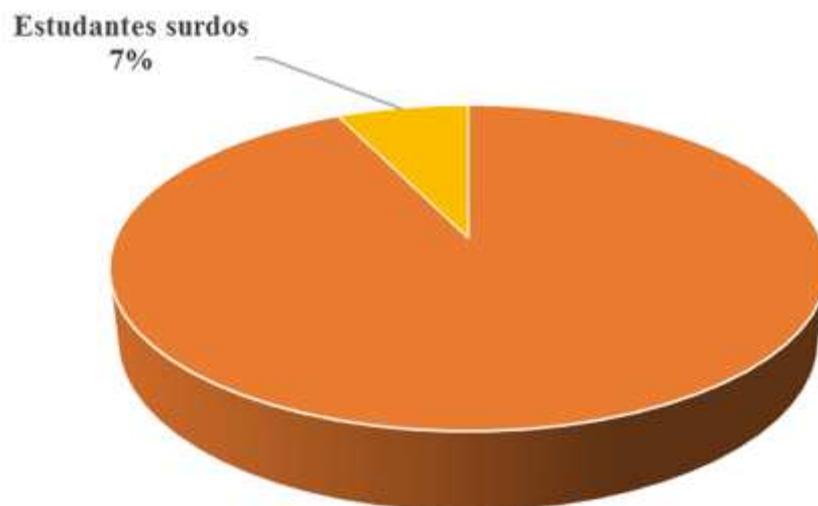
TOTAL	2.615.917	4.403	23.757	28.160 (0,9%)	33.568	79 (0,24%)
--------------	------------------	--------------	---------------	--------------------------	---------------	-----------------------

Fonte: Elaborado pela autora através de dados do IBGE (2010), Anuário Estatístico PROEN/IFSC (2015) e dados referentes ao levantamento de pessoas com necessidades específicas realizado pelo IFSC em 2015.

*Deficiente auditivo.

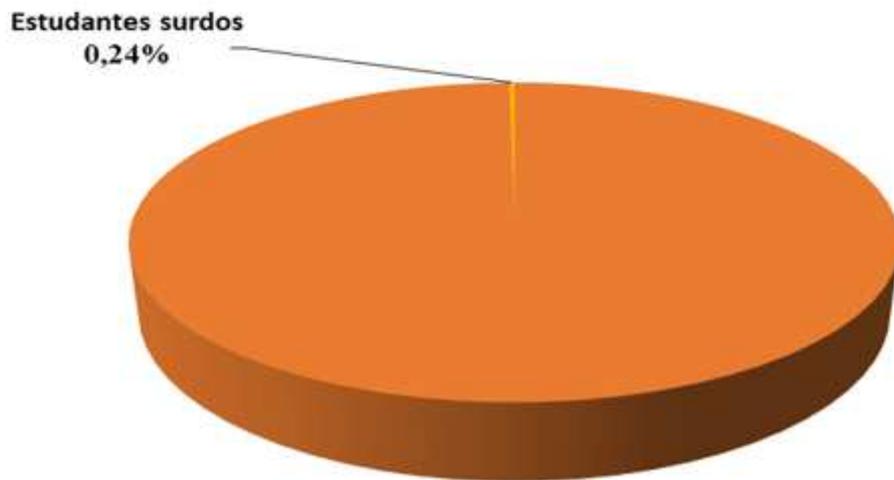
A primeira informação que destaco é a quantidade de estudantes surdos no *Campus* Palhoça Bilíngue, onde de 773 estudantes, 59 são surdos, representando 7,63% dos estudantes da unidade. Olhando para os números, ainda parecem pouco expressivos, pois mesmo em um *campus* pensado para atender as necessidades dos estudantes surdos, esses estudantes não chegam a representar 10% do total de estudantes. No entanto, cabe ressaltar que se compararmos esta proporção de estudantes do *Campus* Palhoça Bilíngue com os demais *campi* do IFSC esse número se torna extremamente relevante, pois se considerarmos todos os *campi*, do total de estudantes, apenas 0,24% são surdos. Essa diferença de representatividade pode ser visualizada nas Figuras 06 e 07.

Figura 06 – Proporção de estudantes surdos no *Campus* Palhoça Bilíngue (IFSC)



Fonte: Elaborado pela autora através do Anuário Estatístico PROEN/IFSC (2015) e dados referentes ao levantamento de pessoas com necessidades específicas realizado pelo IFSC em 2015.

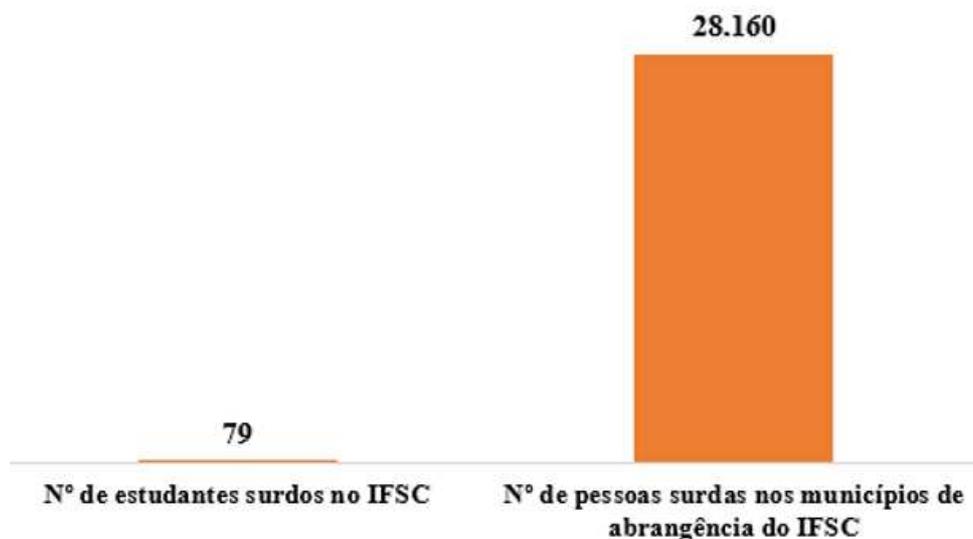
Figura 07– Proporção de estudantes surdos no IFSC



Fonte: Elaborado pela autora através do Anuário Estatístico PROEN/IFSC (2015) e dados referentes ao levantamento de pessoas com necessidades específicas realizado pelo IFSC em 2015.

Esses resultados se tornam ainda mais significativos quando observamos o total de pessoas surdas nos municípios de abrangência do IFSC, que totalizam 28.160 pessoas surdas, sendo que destas, apenas 79 pessoas são estudantes do IFSC, conforme pode ser verificado na Figura 08.

Figura 08 – Relação entre o número de estudantes surdos do IFSC e o número de surdos nos municípios de abrangência do IFSC



Fonte: Elaborado pela autora através de dados do IBGE (2010), Anuário Estatístico PROEN/IFSC (2015) e dados referentes ao levantamento de pessoas com necessidades específicas realizado pelo IFSC em 2015.

Além dos dados referentes ao número de estudantes surdos do IFSC, em levantamento realizado nos Editais de solicitação de condição especial para realização das provas do Processo Seletivo, percebe-se que, no Processo Seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2016, apenas 4 estudantes surdos se inscreveram para realização da prova. Cabe destacar que, neste levantamento não estão contidos os dados do *Campus* Palhoça Bilíngue, pois o ingresso nos cursos ofertados no referido *Campus*, no processo seletivo supramencionado, foi realizado através de critérios socioeconômicos e por meio de sorteio público.

Em grande parte, esta dificuldade que os surdos têm em ingressar nos IFs e conseguirem concluir os cursos, é decorrente da limitação da comunicação entre os surdos e os ouvintes, limitação esta que acontece desde a divulgação, pois muitos surdos nem sabem da existência dos IFs. Mesmo tendo a Libras como língua oficial e de direito, esta não é utilizada para divulgação das instituições. Cabe ressaltar, conforme descrito por Gesser (2009), que mesmo tendo sido reconhecida com *status* linguístico desde a década de 60, a Libras, ainda hoje, continua tendo que afirmar e reafirmar sua legitimidade.

Skliar (1998) também aborda esta temática, afirmando que a tentativa de domesticar o surdo, enquadrando-o nos moldes “ouvintistas” mostra a fragilidade em aceitar o diferente. Conforme o autor a língua portuguesa tem sim um papel fundamental na escolarização e na vida cotidiana do surdo, no entanto, é através da Libras que é garantida ao surdo a construção de conhecimento de mundo, e, sobretudo a constituição e o fortalecimento da identidade cultural surda.

O decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 reconheceu a Libras como língua oficial brasileira, regulamentando a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no entanto, este por si só, não garante a inclusão do surdo e o reconhecimento da Libras como sua língua oficial e de direito. Apenas o registro legal não basta para garantir mudanças e eliminar o preconceito. Passar pelos documentos oficiais é importante e afirmativo, mas não é o suficiente, um dos caminhos para constituir e legitimar o que a lei já assegura passa pela educação, pela formação dos indivíduos e pelas decisões de políticas linguísticas e educacionais. (CAVALCANTI, 1999).

Quando nos referimos às Instituições Federais de Ensino precisamos lembrar que estas estão inseridas em um sistema educacional que faz parte de um sistema social e político, envolvendo interesses e necessidades diversas, sendo diretamente impactadas pelas decisões e pelos acontecimentos externos.

Para minimizar estes impactos e conseguir alcançar com eficácia os resultados almejados, é fundamental que a instituição conheça seus processos e tenha uma visão sistêmica do todo. Nesse sentido, destaco a gestão por processos⁵ que permite melhor especificação e análise do trabalho realizado de modo a identificar oportunidades de aperfeiçoamento. Assim, nos próximos capítulos apresento a metodologia que utilizei para realização da pesquisa e os resultados que poderão contribuir para a resolução dos problemas apresentados até aqui e que buscam atender ao compromisso assumido com a comunidade surda e com as Instituições participantes da pesquisa, em colaborar na construção de Instituições mais acessíveis aos estudantes surdos e que a passagem destes estudantes pelos IFs possam contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

⁵ Gestão por processos é uma abordagem disciplinada para identificar, desenhar, executar, medir, monitorar e controlar processos, automatizados ou não, para alcançar consistência e resultados alinhados com os objetivos estratégicos da organização, envolvendo ainda, com ajuda de tecnologia, formas de agregar valor, melhorias, inovações e o gerenciamento dos processos ponta a ponta, levando a uma melhoria do desempenho organizacional. (Guia BPM CBOOK, 2009)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007), a pesquisa é uma atividade para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio do emprego de processos científicos.

O interesse e a curiosidade das pessoas as levam a investigar a realidade. Para transformar essa investigação em algo científico, passível de se buscar resultados úteis para a vida em sociedade, é fundamental estabelecer o método de pesquisa. Conforme Nagel (1969, p. 19), “[..] o método científico é a lógica geral, tácita ou explicitamente empregada para apreciar os méritos de uma pesquisa”.

Segundo Gil (2002), em uma pesquisa, nada é ao acaso, tudo deve ser previsto e planejado, desde a escolha do tema, a elaboração dos objetivos, a determinação da metodologia, a coleta de dados, até a análise e interpretação destes dados.

Gil (2002, p. 17) define a pesquisa como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Na sequência, o autor descreve que a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Seguindo as definições e partindo para o que compreendo como pesquisa na educação, trago a concepção de pesquisa para Demo (2000, p. 33), quando ele diz que “na condição de princípio científico, pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento, como estratégia de questionamento crítico e criativo, teórico e prático”. Assim, considero ser o principal objetivo da pesquisa, buscar respostas para os problemas, no intuito de desenvolver conhecimentos que tenham impacto na transformação social e na vida em sociedade.

Para colaborar com esta afirmativa, apresento o entendimento de Ferreira et. al. (2011, p. 129) quando dizem que “os debates na área educacional são frequentes, em especial quando percebemos a complexidade e a dinâmica que caracterizam as relações sociais” e isso explica a relevância do conhecimento de metodologias capazes de sistematizar os caminhos traçados em uma investigação científica, para que sejam conferidas validade e confiabilidade para efetivação do estudo.

A acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) ainda é um tema novo, sendo que o ingresso destes estudantes é um assunto que provoca anseios e incertezas nos gestores educacionais, pois não estão definidos quais são os caminhos a serem trilhados, o que faz com que as instituições não se sintam preparadas para receberem e atenderem estes estudantes. Logo, essa constatação ratifica a relevância de uma pesquisa nesta área, pois através da pesquisa científica é que poderão ser estabelecidas diretrizes que sejam úteis a todos os IFs.

Assim sendo, optei por realizar uma pesquisa aplicada de caráter qualitativo, tendo em vista a necessidade de compreender situações concretas e subjetivas através de um estudo de caso, considerando casos múltiplos, tendo como objeto de estudo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

A escolha pela realização de um estudo de casos múltiplos se deu no intuito de conhecer a realidade não apenas da instituição em que trabalho, mas poder investigar como estão organizados os processos de gestão de outro Instituto Federal. O ingresso dos estudantes surdos nestas instituições está acontecendo aos poucos, sendo que cada uma das instituições está buscando estratégias para atender as suas necessidades, assim, se torna relevante sistematizar estas informações para enriquecer os processos a serem propostos com a realização desta pesquisa e possibilitar que a proposta tenha validade para outros IFs. Cabe ressaltar que, na apresentação e análise dos dados, não é identificado de qual Instituto está sendo feita referência, no intuito de preservar o sigilo da identidade dos participantes, considerando que são poucos estudantes surdos em cada uma das instituições, bem como é de fácil identificação os gestores que são responsáveis pelos processos de acessibilidade e inclusão de pessoas com necessidades específicas, dentre elas, as pessoas surdas.

Segundo Yin (2005, p. 68) “as evidências resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como algo mais robusto”. O autor complementa que a utilização de casos múltiplos deve seguir uma lógica de replicação, podendo assim atender ao anseio desta pesquisadora de propor processos de gestão que efetivamente sejam úteis.

A escolha das instituições não foi ao acaso, as mesmas foram selecionadas por já estarem realizando algumas ações voltadas à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos, conforme descrito no item 3.1.

Uma vez escolhido o estudo de caso como metodologia principal, cabe aqui conhecer o conceito e suas possibilidades. O estudo de caso é uma metodologia de pesquisa, com origem na pesquisa médica e na psicologia, “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real” (YIN, 2005, p. 32).

Segundo Ventura (2007) esta metodologia apresenta três modelos, conforme objetivos propostos na pesquisa:

- Intrínseco: no qual seu objetivo não é construir teorias, ou elaborar construções abstratas, mas sim compreender aspectos intrínsecos do caso;
- Instrumental: serve para refinar uma teoria, apoio ou pano de fundo para pesquisas posteriores e apoiar pesquisadores na apuração de hipóteses; e
- Coletivo: estender o estudo para vários casos de modo a entender a aplicação de teorias.

O modelo de estudo de caso escolhido para esta pesquisa é o modelo coletivo, pois os resultados da pesquisa poderão ser estendidos para todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Como qualquer metodologia de pesquisa é preciso atentar para alguns cuidados. Um ponto favorável do estudo de caso é que ele não visa generalizações, mas se bem desenvolvido, pode revelar realidades universais, pois os fenômenos não ocorrem de forma isolada e nenhum caso é um fato isolado.

Conforme Yin (2005), para poder generalizar é importante ter uma teoria prévia. Para o autor “o estudo de caso, da mesma forma que as experiências, são generalizáveis a proposições teóricas”. (YIN, 2005, p. 54)

Como decorrência da perspectiva até aqui descrita, esta é uma pesquisa qualitativa, delineada nos documentos balizadores da inclusão de pessoas com necessidades específicas, entre elas os surdos, na análise das normativas, políticas e ações dos Institutos Federais em estudo. Acima de tudo, conta com a contribuição dos atores sociais que participam dos processos de inclusão, envolvendo gestores, professores, tradutores/intérpretes de Libras e, principalmente, os estudantes surdos.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Conforme definido por Minayo (2001):

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.14).

Além disso, a pesquisa qualitativa possibilita a busca de significados e conforme Olabuénaga (1996, p. 51) “é uma delimitação conceitual aberta em múltiplos sentidos”. Ainda segundo o autor, entre os elementos mais importantes nesse tipo de pesquisa destacam-se a ênfase no estudo dos fenômenos sociais no próprio ambiente natural no qual ocorrem, a primazia dos aspectos subjetivos da conduta humana, a exploração de significados e o privilégio à observação e a entrevista aberta como ferramenta de exploração.

Antes de adentrar aos instrumentos de coleta de dados, é importante ressaltar que a pesquisa está estruturada em duas etapas: a pesquisa documental onde foram estudados documentos do IFRS e do IFSC que estão relacionados à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos, e a etapa de entrevistas.

Yin (2005), apresenta em seus estudos, as fontes de evidência que são mais comumente utilizadas ao realizar os estudos de caso, sendo que dentre estas estão a análise de documentos e a entrevista. As fontes documentais são relevantes a todos os estudos de caso, sendo que corroboram e valorizam as evidências oriundas de outras fontes.

O documento é o produto de uma sociedade e por meio dele se manifesta um jogo de forças. O documento não é uma produção isenta, mas traduz a “formalização/legalização do resultado de um embate político e social, que refletirá a hegemonia de uma certa interpretação elaborada por uma determinada classe social, em um dado tempo e espaço” (FARIAS E BEZERRA, 2011, p.52).

Ainda, segundo estes autores, a documentação é a forma por excelência de registro quando se trata de políticas de Estado e de governo. Considerando que as instituições objeto desse estudo são instituições públicas, criadas por Lei, com finalidades específicas, dentre elas o compromisso com a inclusão, não poderia deixar de apresentar a análise destes documentos.

Conforme dito por Farias e Bezerra (2011) o documento é apenas o ponto de partida de um percurso que necessita ser construído teoricamente, que não está dado na natureza inerte do papel nem revelado antemão na letra da lei, do decreto ou da mensagem, pois que não é concreto no sentido imediato, senão se constitui, pela descoberta das relações, no processo reflexivo.

Além da análise documental, foi utilizada como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. Segundo Ribeiro (2008) a entrevista é a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que isso pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistados.

Ainda, conforme Ribeiro (2008), essas entrevistas de comunicação natural, sobre a vida cotidiana, fornecem informações relevantes de acordo com os objetivos da pesquisa, o tempo e os recursos disponíveis para sua realização. Assim, para não perder informações relevantes as entrevistas foram gravadas e transcritas, cabendo ressaltar que as entrevistas com participantes surdos foram filmadas e traduzidas da Libras para o Português.

Após a coleta de dados, as informações foram sistematizadas possibilitando a análise de conteúdo e posterior mapeamento dos processos. Segundo Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

A análise de conteúdo, mais usual nos estudos no campo da Educação, é definida por Bardin (1977) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem por objetivo compreender - por meio de uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa - o conteúdo manifesto das comunicações, podendo ser uma análise dos significados.

A análise de conteúdo, conforme explica Bardim (1977), pode ser organizada em:

Quadro 04 - Organização da análise de conteúdo

Fases	Definição
Pré-análise	Organização do estudo, escolha dos documentos a serem submetidos para análise, formulação de hipóteses e elaboração de indicadores.
Exploração do material	Escolha das unidades de codificação e dos critérios para formulação de categorias.
Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do conteúdo de Bardin (1977, p. 95 a 104).

Franco (2012) apresenta uma importante definição de análise de conteúdo que está diretamente relacionada à metodologia utilizada nesta pesquisa. Segundo a autora “o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido.” (FRANCO, 2012, p. 21).

Segundo Moraes (1994) uma pesquisa que utiliza a análise de conteúdo necessita fundamentar-se numa explicitação clara de seus objetivos e precisa responder a seis questões:

Quadro 05 – Questões a serem respondidas para a análise de conteúdo

Questões a serem respondidas na análise de conteúdo			
1	Quem fala?	4	De que modo?
2	Para dizer o que?	5	Com que finalidade?
3	A quem?	6	Com que resultados?

Fonte: Moraes (1994).

Ainda, de acordo com Moraes (1994) a elaboração destas questões possibilita a definição de categorias de análise. Segundo Franco (2012, p.63) “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogia, a partir de critérios definidos”.

Cabe ressaltar, conforme esclarecem Sá-Silva et al. (2009), que na redação final do relatório o pesquisador deve interpretar o material coletado, sintetizar as informações, determinar as tendências e, na medida do possível, fazer a inferência. Nesse sentido, esses procedimentos são apresentados ao longo dos próximos capítulos, através da interpretação dos dados, do diálogo com os principais autores que embasam esta pesquisa e da representação visual dos processos por meio do

mapeamento e da proposta de melhoria que se constitui na materialização deste estudo.

3.1 Plano de amostragem

Esta subseção tem por intuito apresentar o plano de amostragem utilizado nesta pesquisa, caracterizando as instituições participantes e justificando a escolha destas. Conforme relatado anteriormente, é um estudo de caso, considerando casos múltiplos, tendo como objeto de estudo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Para a escolha das instituições foram utilizados como critérios:

- a) ter estudantes surdos matriculados em cursos regulares; e
- b) ter alguma ação específica voltada para a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos.

Nas próximas subseções desse capítulo é apresentado, de maneira resumida, cada um dos Institutos Federais participantes da pesquisa, para que possamos entender de onde se está falando. As informações referentes a esta contextualização foram obtidas no sítio eletrônico do IFRS e do IFSC e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada uma das Instituições.

3.1.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

O IFRS, com Reitoria sediada em Bento Gonçalves, foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Trata-se de uma instituição *multicampi* que atua nos níveis de ensino básico e superior, com cursos técnicos de nível médio na forma integrada, concomitante e subsequente, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. O IFRS possui dezessete unidades, a saber: Alvorada, Bento Gonçalves,

Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (localizada em Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Caracterizado como Instituição que atua em vários municípios com diferentes realidades produtivas e demandas socioeconômicas específicas, o IFRS vem se constituindo em um Instituto de referência em educação, ciência e tecnologia que protagoniza, juntamente com outras instituições e atores sociais, o desenvolvimento local e regional. (PDI, 2014).

No que tange à sua missão, cabe ao IFRS:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável. (PDI, 2014, p. 18).

De forma coerente com a sua missão e em consonância com os princípios constitucionais da administração pública brasileira, o IFRS tem por princípios balizadores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, bem como, a ética, o desenvolvimento humano, a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a qualidade e a excelência, a autonomia, a transparência, o respeito e o compromisso social.

O IFRS atualmente conta com 116 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrangendo todas as grandes áreas do conhecimento. No âmbito da extensão atua em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, tendo realizado 453 ações em 2015, distribuídas nas áreas temáticas Trabalho, Tecnologia e Produção, Saúde, Meio Ambiente, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Cultura e Comunicação.

A Instituição conta no seu quadro de servidores com 847 docentes e 838 técnicos administrativos em educação, estando entre os dez maiores Institutos Federais do Brasil em número de estudantes e servidores. Dos docentes, 89% são mestres ou doutores.

Além disso, vem se destacando nos processos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tendo sido bem classificado no *ranking* nacional do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), divulgado em dezembro de 2014, com o índice correspondente a 4. No ano de 2015,

a Instituição conquistou o Conceito Institucional 4, coroando seu compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade.

O IFRS representa ter comprometimento com as políticas de inclusão, tendo oficializado em 2015 a criação do Centro Tecnológico de Acessibilidade, que tem por objetivo desenvolver metodologias e soluções acessíveis para pessoas com necessidades específicas, atuando também na produção de tecnologias assistivas.

Em 2016, estão regularmente matriculados no IFRS dez estudantes surdos em cursos técnicos e superiores e um estudante em curso de pós-graduação *lato sensu*. Com relação às ações institucionais voltadas à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos e que resultaram na escolha da Instituição como objeto desta pesquisa destaca-se a realização das provas do processo seletivo para o ingresso de estudantes surdos nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos superiores em Libras, por meio da utilização de vídeos, o que tem atraído estudantes surdos para a Instituição, além da aprovação, no Conselho Superior (Consup) em 2014, da Política de Ações Afirmativas do IFRS. Antes destas iniciativas o IFRS tinha dois estudantes surdos e atualmente são onze estudantes.

A Política de Ações Afirmativas é orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades especiais, e para a defesa dos direitos humanos, propondo medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto. (Resolução Nº 22/2014 do Conselho Superior do IFRS)

Um dos grandes destaques da Política de Ações afirmativas do IFRS é garantir do total das vagas oferecidas em cada curso e turno, reserva de no mínimo, 5% (cinco por cento) para Pessoa com Deficiência que se enquadre na classificação apresentada no Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04 e na Lei nº 12.764/12.

Outro fator relevante para a pesquisa é que a instituição já tem um estudante surdo que concluiu um curso de graduação, o que permite a análise dos fatores relacionados à permanência e ao êxito.

3.1.2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)

O IFSC, assim como o IFRS, foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e, da mesma forma, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e trata-se de uma instituição *multicampi*, com vinte e duas unidades: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus (em Jaraguá do Sul), Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Lages, São José, Palhoça-Bilíngue, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê, sendo que a reitoria está instalada em Florianópolis.

O IFSC tem como missão “promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural”. (PDI, 2015, p. 21).

Ainda conforme o PDI, em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. O ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas com direito à acessibilidade.

Desde a sua constituição, a Instituição desenvolve ações de inclusão. Assim, ao longo de sua história, ocorreram diferentes ações para diversos públicos, destinadas ao seu acesso, permanência e êxito na educação profissional técnica e tecnológica.

No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais através da criação do primeiro *campus* bilíngue Libras/Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do Campus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, através de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.

Conforme dados do PDI (2015), o Campus Palhoça é a primeira unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade bilíngue – Libras/Português – e traz para o cenário brasileiro uma política de ensino, pesquisa e extensão que busca viabilizar uma efetiva interação entre surdos e ouvintes no campo educacional e profissional.

Em seu projeto político pedagógico, articula o ensino, a pesquisa e a extensão a partir dos itinerários formativos de multimídia e educação bilíngue, ofertando cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino. O diferencial do *Campus* pode ser observado em seu sítio eletrônico institucional, onde todas as informações estão disponibilizadas também em Libras.

No ano de 2015, o IFSC apresentou o registro de setenta e nove estudantes surdos matriculados em cursos de nível técnico e superior, sendo que destes, cinquenta e nove estudantes estão matriculados no *campus* Palhoça Bilíngue.

3.2 Operacionalização da pesquisa

Para materializar a coleta e a análise de dados a pesquisa foi dividida em duas etapas, conforme pode ser visualizado na Figura 09. Na etapa I foi realizada a pesquisa documental, onde foram investigados os documentos normativas do IFRS e do IFSC relacionadas à acessibilidade e à inclusão, em especial dos estudantes surdos, e foi analisada, de forma crítica, a legislação relacionada à temática, tendo como objetivo verificar a viabilidade de aplicação destas Leis e das políticas institucionais, considerando que muitas vezes elas podem ser contraditórias. Esta etapa foi importante para atender ao primeiro objetivo específico, que é investigar as políticas e normativas institucionais do IFRS e do IFSC relacionadas à acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos, tendo como questão norteadora: como as diretrizes relacionadas à temática estão retratadas nos documentos institucionais?

Ainda com relação à análise documental, foram considerados os seguintes documentos institucionais: Estatuto, Regimento Geral, Regimento da Reitoria, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Política de Assistência Estudantil, Organização didática e Regulamento didático pedagógico, Política de Ações Afirmativas, Portarias de designação de Grupos de Trabalho (GTs), Plano de Inclusão e uma Nota Técnica da Pró-reitoria de Ensino referente ao ensino de Libras, educação

de surdos e atuação do tradutor/intérprete de Libras. Nesses documentos foram observadas as diretrizes relacionadas à acessibilidade e à inclusão e a partir desse levantamento foi elaborado um quadro com o resumo das informações de maior relevância e que impactam nos resultados da pesquisa. Esses dados estão disponibilizados no Capítulo 5.

Na etapa II foram realizadas as entrevistas com os gestores, com os tradutores/intérpretes de Libras, com os professores e com os estudantes surdos de cada uma das Instituições, totalizando 14 (quatorze) pessoas entrevistadas.

Para atender ao segundo e ao terceiro objetivos específicos - que têm como questões norteadoras “como as características do surdo interferem no seu acesso, permanência e êxito no IFRS e no IFSC? ” e “como os surdos interpretam as informações veiculadas pelas ferramentas de comunicação institucional e os conteúdos das provas do processo seletivo de ingresso? ” -, foram entrevistados três estudantes surdos de cada uma das Instituições, com idades entre 18 (dezoito) e 26 (vinte e seis) anos, regularmente matriculados em cursos Técnicos, de Graduação e de Pós-Graduação.

É importante ressaltar que todas as entrevistas foram gravadas e, em especial, as entrevistas com os estudantes surdos foram filmadas e traduzidas da Libras para o Português. Além disso, nas entrevistas com os estudantes surdos foi utilizado um *notebook* para mostrar aos estudantes os documentos, o sítio eletrônico das instituições, bem como o sistema de inscrição nos processos seletivos para ingresso de estudantes e a prova em Libras para que os mesmos pudessem verificar a acessibilidade destas fontes. Essa fase de demonstração e simulações foi fundamental, considerando que para os surdos o visual é de extrema relevância, e possibilitou a apresentação de alternativas de melhoria.

Os dados obtidos nas entrevistas com os estudantes surdos foram apresentados em dois blocos, considerando as singularidades de cada grupo de informações. O primeiro bloco teve origem na simulação de inscrição no Processo Seletivo de cada uma das instituições, onde os estudantes surdos entrevistados exploraram o *site* institucional, bem como, o portal de ingresso e os documentos relativos aos procedimentos de inscrição e matrícula. A partir da simulação foi possível verificar como os surdos interpretam as informações veiculadas pelas ferramentas de comunicação, e foram identificadas as dificuldades enfrentadas pelos candidatos

surdos e, principalmente, foi dado voz a eles, que apresentaram as suas sugestões para melhorar os processos de ingresso.

No segundo bloco, estão descritos os principais discursos dos estudantes surdos que participaram da pesquisa, sendo que foram sistematizados os relatos mais relevantes e de maior frequência ao longo das entrevistas para cada uma das perguntas. Essa sistematização possibilitou a identificação das características e necessidades dos estudantes surdos.

Além de entrevistar os estudantes surdos, considerando o objetivo da pesquisa em analisar os processos de gestão, foram entrevistados gestores do IFRS e do IFSC. Essas entrevistas atenderam ao objetivo específico de “mapear os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos” e “analisar os atuais processos de gestão relacionados à temática”. Para tanto, foram entrevistados 2 (dois) gestores do IFRS e 2 (dois) gestores do IFSC que estão diretamente envolvidos nos processos de acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos. Além disso, tendo em vista a necessidade de identificar os processos de permanência e êxito destes estudantes, foram ainda entrevistados 1 (um) tradutor/intérprete de Libras e 1 (um) professor que tenha estudantes surdos inclusos em sala de aula, de cada uma das Instituições.

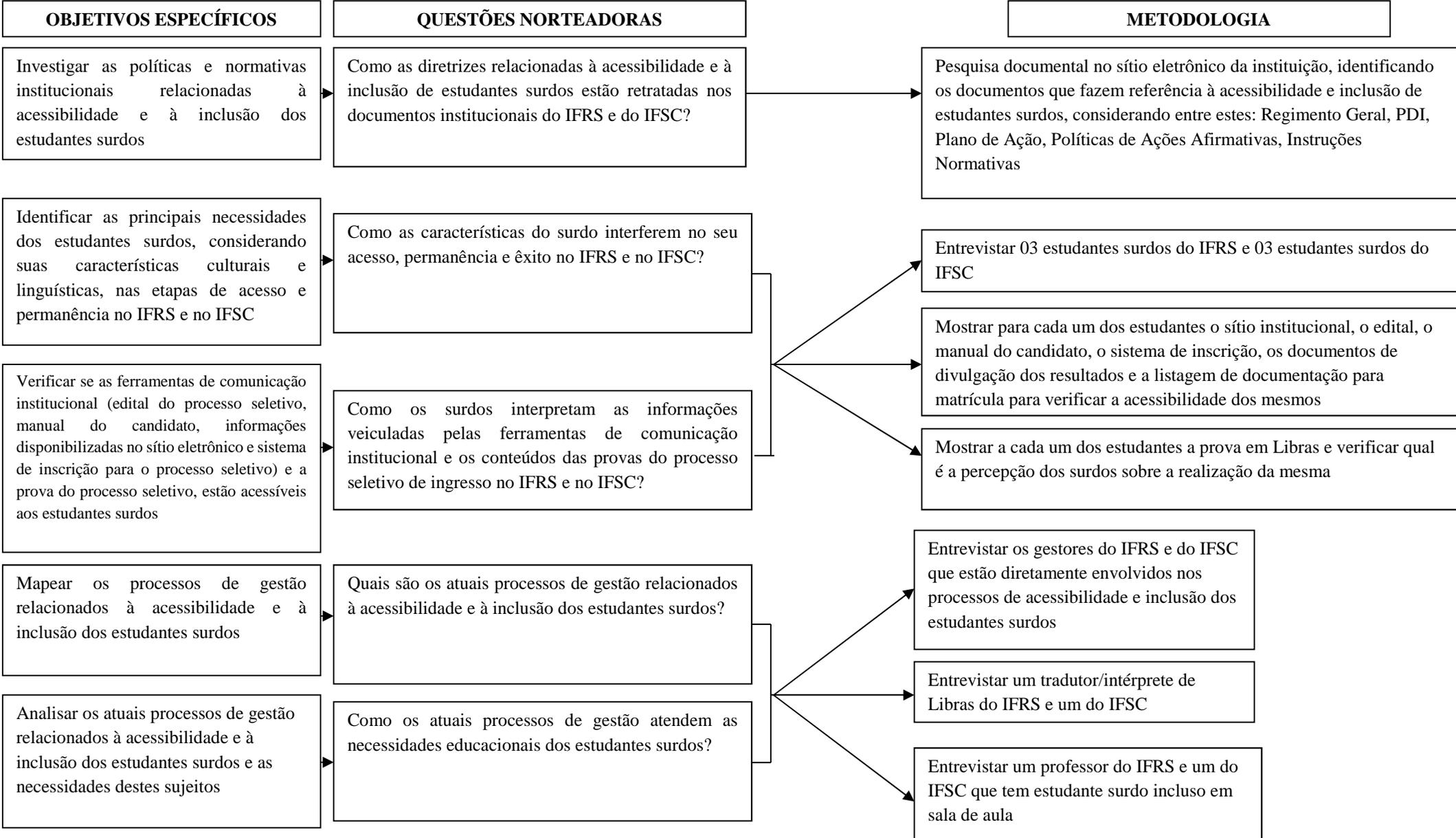
A partir da transcrição e análise das entrevistas com os gestores foi possível mapear os atuais processos de gestão do IFRS e do IFSC e esses dados foram descritos e sistematizados por meio da elaboração de um quadro. A escolha da metodologia de apresentação dos dados referentes aos processos de gestão foi motivada levando em consideração que atualmente os processos funcionam como ações isoladas, o que dificulta o mapeamento destes como atividades sequenciais.

A apresentação dos discursos de maior frequência e relevância identificados nas entrevistas com os tradutores/intérpretes de Libras e com os professores também foram compilados e disponibilizados no Capítulo 6, juntamente com a apresentação dos demais dados das entrevistas.

Para realizar a análise dos conteúdos os dados foram relacionados entre si, sendo que as informações não foram comparadas, mas sim, serviram para compor uma proposta única de processos de gestão, onde as ações das instituições são complementares. As etapas da pesquisa podem ser verificadas na Figura 09.

OBJETIVO GERAL

Analisar como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes, para propor melhorias que viabilizem a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.



4 O SURDO E SUA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

Para compreender os fatores que estão relacionados com a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e para apresentar os resultados da análise dos dados da pesquisa, é importante conhecer quem é o estudante surdo, qual é sua trajetória histórica e quais são suas características culturais e linguísticas que o constituem como “diferente” e que demandam condições diferenciadas para o acesso, permanência e êxito nos IFs.

Assim, nesse capítulo, tem-se a intenção de apresentar os estudantes surdos e de dialogar com autores que estudam possibilidades de acesso, que discutam sobre a trajetória acadêmica destes estudantes e que apresentem alternativas pedagógicas e as possibilidades do uso das Tecnologias Digitais (TICS) para a comunicação e o desenvolvimento de conhecimentos.

4.1 Educação de surdos: a surdez como diferença cultural

Antes de adentrarmos no campo educacional para compreendermos as condições de acessibilidade necessárias para o ingresso e inclusão do estudante surdo nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é importante conhecer sua trajetória histórica.

Os primeiros educadores de surdos surgem a partir do século XVI, na Espanha. O monge Pedro Ponce de Leon “dedicou-se a ensinar quatro mulheres surdas a falar grego, latim e italiano, passando até noções de física e astronomia, utilizando metodologia manual das letras do alfabeto da escrita e oralização.” (GOLDFELD, 2002, p. 28; SACKS, 1998). Em 1750, o abade Charles Michel de L’Epeé aprendeu a língua de sinais com surdos que moravam nas ruas de Paris, criando os “sinais metódicos”, que era a língua de sinais com a gramática francesa. (GOLDFELD, 2002, p.28-29).

No Brasil, em 1855, o professor surdo Francês Hernest Huet foi trazido pelo Imperador D. Pedro II, e deu início ao trabalho de educação de duas crianças surdas e, em 26 de setembro de 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro.

Porém, em 1880, com a realização do Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, na Itália, os surdos retrocedem na construção de sua identidade

como surdo possuidor de direitos e de uma língua própria. O Congresso votou pela eliminação e proibição da Língua de Sinais nas escolas e optou pelo oralismo⁶. Neste congresso a maioria dos participantes eram professores ouvintes e os surdos foram proibidos de votar. Segundo Sá (1999), o Congresso de Milão impôs a superioridade da língua oral com respeito à língua de sinais, decretando que esta não tinha fundamentação científica, e que a língua oral deveria se constituir como único meio e objeto de ensino.

Durante um século diversas pesquisas foram realizadas com o intuito de mostrar que através da Língua de Sinais os surdos poderiam ter melhores desempenhos acadêmicos, pessoais e interpessoais.

Segundo Lacerda (1998), ao perceber que o oralismo não era uma metodologia consistente e eficaz de ensino para os surdos, fez-se a tentativa da Comunicação Total, que consistia na pronúncia das palavras juntamente com a articulação dos sinais. A oralização passou a ser trabalhada concomitantemente ao uso de sinais, à leitura orofacial, à amplificação e ao alfabeto digital. Todas as formas de comunicação eram aceitáveis com o objetivo de a criança surda expressar suas ideias e desta forma acessar a língua majoritária: a língua falada.

A comunicação total não respondeu as necessidades dos professores, intérpretes e surdos, pois o surdo não conseguia acessar a língua oral na sua complexidade (por não ouvir) e nem a língua de sinais (por misturar ambas). Diante de pesquisas, muitas instituições de ensino e associações de surdos adotaram a proposta do bilinguismo, que significa dizer que “a criança tem acesso às duas línguas, língua de sinais e a língua falada”. (SÁ, 2002, p. 57).

Segundo Capovilla e Capovilla (2002) o bilinguismo surgiu a partir do momento em que se constatou a descontinuidade entre língua falada e os sinais, ganhando espaço então a proposta de concentrar a educação dos surdos na língua de sinais. Entendia-se que a língua de sinais era fundamental ao desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança surda como primeira língua, assim como o português, língua majoritária do país, deveria ser trabalhada como segunda língua.

Esse reconhecimento é fundamental para dar autonomia ao sujeito surdo, pois conforme apresentando por Skliar (1999) o bilinguismo não se restringe à dimensão

⁶ Oralismo é um dos métodos utilizados para ensinar os surdos e tem como característica principal que o surdo deve aprender a falar a língua portuguesa para ser integrado na comunidade ouvinte.

pedagógica, mas deve ser visto também em sua dimensão política, como construção histórica, cultural e social, e no âmbito das relações de poder e conhecimento.

O surdo, sem o domínio de uma língua fica isolado das informações, sendo que, como lembra Dorziat (1999), as crianças surdas geralmente ingressam na escola com pouco conhecimento de mundo devido a restrições linguísticas que há na própria família, no caso de pais ouvintes, fato esse que pode ser contornado com a utilização da língua de sinais.

Em 2002 a Língua Brasileira de Sinais – Libras, através da Lei 10.436, foi reconhecida como língua oficial no Brasil e em 2005, o Decreto 5.626 regulamentou a Lei de Libras, indicando que a mesma deve ser ofertada como disciplina obrigatória na formação de professores (nível médio e superior) e salientou a necessidade de formação de profissionais habilitados para atuarem com surdos garantindo a educação bilíngue.

Mesmo com o reconhecimento da Libras como língua oficial do surdo, ainda há resistência quanto a sua utilização e poucas pessoas a conhecem, segundo Quadros:

[...] ainda hoje estão sendo desenvolvidos o oralismo e o bimodalismo nas escolas brasileiras; porém, há algo que está aflorando nas comunidades de surdos e isto tem afetado os educadores de surdos. As comunidades surdas estão despertando e percebendo que foram muito prejudicadas com as propostas de ensino desenvolvidas até então e estão percebendo a importância e valor de sua língua, isto é, a Libras. (QUADROS 1997, p.26).

Esse despertar da comunidade surda, apresentado na citação, evidencia a importância do reconhecimento da diferença linguística entre o surdo e o ouvinte, cabendo ressaltar a necessidade de entender a surdez como uma diferença cultural, e não como uma deficiência. Conforme Padden & Humphries (1988, p.44) “a deficiência é uma marca que historicamente não tem pertencido aos surdos”, pois, quando os surdos discutem sua surdez, usam termos profundamente relacionados com a sua língua, seu passado, e sua comunidade.

Os estudos sobre a surdez nos mostram a importância da cultura para o sujeito construir sua própria identidade e se estabelecer como indivíduo na sociedade e a questão de sua escolarização que devem estar incluídos num contexto crítico relacionado à situação linguística, social, comunitária e cultural. Pois os surdos “têm

características culturais que marcam seu jeito de ver, sentir e se relacionar com o mundo, e a cultura do povo é visual”. (QUADROS, 2002, p.10).

Conforme Skliar (1998, p.11), “a cultura surda é toda voltada ao visual”. As crianças surdas têm certo grau de dificuldade em relação à compreensão das metáforas e as várias significações que uma palavra pode expressar. Assim, o trabalho com a língua de sinais é fundamental para entenderem e compreenderem textos escritos em português.

A constituição da identidade é outra peculiaridade do povo surdo, uma vez que a mesma “[...] se constrói dentro de uma cultura visual, essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural.” (SKLIAR, 1998, p. 57).

O surdo tem como primeira língua (língua materna) a Libras, e a leitura para ele só teria significado pleno na sua língua. Mesmo sabendo o português, ao ler vai ter de associar a palavra ao sinal em Libras. De acordo com Santana (2007), a língua de sinais, além da importância para a aprendizagem da escrita e da leitura, permite uma mediação com o pensamento.

Para ler ou para escrever, é necessário ter uma língua para fazer a mediação. Lembro aqui que a escrita, no pressuposto vygotskyano, é um simbolismo de segunda ordem. Construímos seu significado por meio de uma explicação dada por alguém, de um dicionário ou mesmo pelo contexto. Na surdez, esse significado poderia ser transmitido pela língua de sinais. O surdo lê uma palavra escrita em português e atribui-lhe sentido pela língua de sinais. Há momentos em que ele não consegue compreender as palavras escritas, mas, como o leitor ouvinte, o surdo pode ler algumas palavras, deixar de ler outras, e com base nas que reconhece atribuir um sentido ao texto. (SANTANA, 2007, p.195).

Como aponta Certau (1995, p.233), “a cultura é flexível, ela é produtiva, dinâmica, aberta, plural e está em constante transformação, pois é construída conforme as situações”, por isso não significa dizer que temos uma cultura ouvinte e outra cultura surda e que cada um deve viver isoladamente dentro do seu grupo, mas as peculiaridades de cada cultura devem ser respeitadas.

Conforme Maher (1996, p.29) “a identidade é uma construção feita em múltiplas direções, direções essas muitas vezes contraditórias”. Para essa construção não são consideradas as limitações, mas sim as diferenças, como argumenta Skliar (1997, p.33) “a construção das identidades não depende da maior ou menor limitação biológica, e sim de complexas relações linguísticas, históricas, sociais e culturais”.

Nesse contexto, a cultura não é estática e está em constante transformação, transformações estas que vão construindo a história do sujeito surdo, pois segundo Strobel (2008, p.19) “a cultura não vem pronta, daí porque ela sempre se modifica e se atualiza e não surge sozinha, mas nas produções coletivas que decorrem do desenvolvimento cultural experimentado por gerações passadas”.

Nesta perspectiva, de diferença cultural, estão situados os estudos surdos em educação. Conforme Lopes (2011) a expressão “Estudos Surdos” apresenta uma orientação culturalista, marcando uma posição política e epistemológica. Conforme definido por Skliar (2001):

Os Estudos Surdos em Educação podem ser pensados como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não apropriação – com o conhecimento e com os discursos sobre surdez e o mundo dos surdos. (SKLIAR, 1998, p. 29).

O próprio Decreto Nº 5.626/2005 define a pessoa surda como aquela, que por ter uma perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras.

Com relação à identidade, Lopes (2011) apresenta de forma simples a diferença entre a concepção de surdo e de deficiente auditivo. Segundo a autora a identidade “deficiente auditivo” requer um aparato clínico e está marcada pela falta de audição, ao contrário da identidade do “surdo” que é sempre uma identidade reativa.

Relacionado a esta definição, os Estudos Surdos são marcados pelos pensamentos foucaultianos, pois propõe a reflexão sobre os mecanismos de poder exercidos pela comunidade dominante. Veiga-Neto (2006) apresenta que existem relações de dominação sempre que uma das partes quer trazer a outra para o seu domínio, o que acontece muito na educação dos surdos, quando a sociedade exige que eles aprendam a oralizar e impõe que realizem as avaliações em português e não em Libras.

Segundo Foucault (1997, p. 155) a escola “torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino”. Conforme o autor, o exame pode ser compreendido como uma atividade que articula saberes e práticas de correção e normalização.

De forma contrária à normalização, Lopes (2011) defende o reconhecimento da diferença cultural do surdo, e, com ele, o reconhecimento do caráter bilíngue da educação para surdos, aceitando e viabilizando a utilização da Libras.

Essa aceitação interfere no currículo surdo, que não pode ser entendido apenas no âmbito das práticas cotidianas, de metodologias, de ter ou não ter domínio de um vocabulário em língua de sinais. Segundo Lopes (2011, p. 86) “um currículo surdo exige que nós pensemos na nossa capacidade de olhar para os surdos colocando-os em outras tramas, que não aquelas atreladas às pedagogias corretivas”.

Assim, relacionado ao currículo surdo, surge a necessidade de dialogar sobre alternativas pedagógicas e sobre as possibilidades de utilização de tecnologias digitais (TICS) no intuito de possibilitar que os estudantes surdos tenham acesso às informações em sua língua materna, a Libras.

4.2 Possibilidade de acesso e percurso acadêmico de estudantes surdos

O acesso à Educação Pública de Nível Técnico e Superior é o objetivo de muitos jovens brasileiros e o que as famílias almejam para os seus filhos. Em um processo de democratização e universalização do ensino público, onde as políticas públicas buscam aumentar o nível de escolaridade da população brasileira, relacionando o aumento da escolarização a maiores oportunidades no mundo do trabalho e conseqüentemente proporcionando melhores condições de vida, entram em discussão as possibilidades de acesso do sujeito surdo nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

O acesso dos estudantes surdos no Ensino Superior, o que se estende também aos IFs, é um tema relativamente novo considerando que até 1980, conforme relata Valdés (2006) poucas pessoas tinham acesso à educação superior no Brasil, e se relacionarmos esta informação ao acesso do sujeito surdo as pesquisas são ainda mais escassas, sendo que nesta época o surdo tinha dificuldades de acesso até mesmo na educação básica.

Considerando essa carência no ensino básico, a possibilidade de acesso ao Ensino Superior se torna ainda mais complexa. Lang (2002), em sua pesquisa, constatou que mesmo em países com maior tradição na inclusão de surdos em instituições de ensino superior, como por exemplo, os Estados Unidos, onde em 1999

eles eram mais de 25 mil, há maior compreensão sobre as barreiras e dificuldades do que sobre as soluções. Segundo Martins (2006) o que existe de positivo são diretrizes gerais, como o respeito à diferença linguística e a oferta de subsídios metodológicos específicos, como materiais especiais, novas tecnologias de ensino e serviços de apoio diferenciados.

O caminho para oportunizar o acesso do sujeito surdo ao ensino público superior deve ser a definição de políticas públicas que garantam a acessibilidade e definição de diretrizes que de fato reconheçam a diferença cultural e linguística e que busquem alternativas metodológicas específicas, considerando, por exemplo, que para o surdo a compreensão de mundo se dá através do visual.

No Brasil, a legislação que trata da inclusão de surdos em instituições de ensino regulares estabelece que deve ser possibilitado, sempre que necessário, um intérprete de Língua Brasileira de Sinais, e recomenda flexibilidade na correção da escrita nas provas, de modo a valorizar o conteúdo semântico. (BRASIL, 2005).

A partir dessa definição da legislação é importante pensar no processo de ingresso dos estudantes surdos com cautela, como ressalta (Lorenzetti, 2002/2003), é necessário pensar com cuidado as metodologias a serem executadas no contexto da inclusão para que os insucessos pedagógicos não sejam falsamente justificados por um desinteresse ou desatenção por parte do estudante surdo.

Deve ser considerado na elaboração das provas, principalmente, que a palavra escrita para o surdo é tratada e compreendida como um ideograma que precisa ser memorizado visualmente. (CAPOVILLA, CAPOVILLA, 2002). Assim, conhecendo essa estratégia, é possível compreender o que implica para o surdo a leitura de um texto que contenha vocabulário especializado e distinto do uso cotidiano.

Segundo Sampaio e Santos (2002, p.32), “a escolarização em nível universitário pressupõe uma considerável quantidade de trabalho intelectual, exigido principalmente em atividades de leitura, compreensão e expressão de conteúdos complexos”. A leitura e a escrita são, portanto, dois grandes desafios para os estudantes surdos, muitos dos quais trazem na bagagem deficiências de compreensão e falta de hábito e gosto pela leitura.

Dessa forma, a presença do tradutor/intérprete de Libras é fundamental no processo seletivo e em todos os espaços em que tenham surdos. No entanto, Sander (2002) diz que a presença de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para

acadêmicos surdos, no ensino superior, é uma experiência recente, e assim sendo, além de ter o tradutor/intérprete, deve se pensar também em outras alternativas metodológicas que permitam o acesso do sujeito surdo a conteúdos e informações em Libras.

4.3 Alternativas pedagógicas e o uso das tecnologias digitais (TICS)

Ao investigarmos sobre a temática de acessibilidade e inclusão de estudantes surdos, as tecnologias digitais (TICS) surgem como importante alternativa para superar as dificuldades de comunicação tendo em vista a importância dos recursos visuais para estes estudantes.

Quando falamos em diferença e diversidade precisamos estar dispostos a buscar métodos alternativos e desenvolver estratégias que possibilitem a igualdade de condições e garantam o direito a todos de acesso à informação, comunicação e educação. Nesse sentido, Quadros (2008, p.15), comenta que “devemos propor a construção de alternativas pedagógicas que se constituam em abordagens apropriadas a este espaço educacional, uma vez que o mesmo tende a diferença cultural”.

Segundo Farias (2004), uma ferramenta que pode ser utilizada na intervenção com o surdo é o vídeo, apresentando as informações em Libras. A tradução do texto escrito na língua oficial do país para um vídeo com a tradução na Língua de Sinais, representa a possibilidade para muitos surdos de acessar informações, alcançar êxito em avaliações e ingressar em cursos técnicos ou superiores.

Assim como os vídeos, o computador é outra ferramenta importante para o surdo, bem como para pessoas com outras deficiências, pois ao compor um texto o aluno expressa suas lembranças, escrevendo nomes e números que estão em sua memória. Esse recurso, além de aguçar a memória auxilia na composição da escrita, na formação e memorização das palavras.

Conforme Perlin e Miranda (2003, p.218) “a experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação”. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico.

Com isso as autoras, ressaltam a importância da aprendizagem relacionando a Língua de Sinais, a escrita e a figura, ampliando o conhecimento de mundo e a interação social. O uso do computador proporciona a liberdade de expressão do estudante, deixando-o mais a vontade para se comunicar.

Segundo Valle (2005) o mundo da informática, da robótica e da microeletrônica abre novos espaços para a sociedade e impõe muitos desafios às suas instituições. Assim, conforme defendem Cavalcanti e Silva (2007) o grafocentrismo na contemporaneidade permite que a leitura e a escrita comandem não só o espaço escolar, mas também sejam tecnologias supervalorizadas, permitindo a possibilidade de mobilidade social e desenvolvimento pessoal, levando a melhores condições de vida.

Assim, é estratégico usar as tecnologias digitais como alternativas na educação de surdos e principalmente em processos de avaliação, permitindo com isso, através da disponibilização dos conteúdos em Libras, a igualdade de condições.

As imagens vêm ganhando lugar de destaque nessa sociedade e as interfaces gráficas estão predominando cada vez mais por meio das câmeras fotográficas, vídeos, televisão, telas de computadores, celulares, *smartphones* e *tablets*. Destaca-se que “nas últimas décadas esta forma de letramento começa a se diversificar dando espaço para outras formas de linguagem: as imagéticas, sensoriais em geral, sonoro e digital que estão presentes nas tecnologias da informação e comunicação”. (SILVA. et al., p. 215, 2013).

As ferramentas disponibilizadas pelas TICS e pela internet viabilizam a leitura, a produção e a difusão de textos em que múltiplas semioses operam na produção de significados. Rojo (2009) salienta que essas novas tecnologias permitiram uma intensa hibridização: linguagem escrita, sonora, imagética que aparecem juntas em todos os dispositivos e interfaces de maneira hipertextual e hipermediática, o que possibilita experienciar novas e diferentes práticas de letramento.

Assim como Rojo (2009, 2010), Daley (2010) salienta a necessidade de se refletir sobre as tecnologias emergentes e seus modos de criar e produzir no meio acadêmico, cabendo aos professores perceberem essas mudanças de paradigmas que acontecem no meio escolar e viabilizam novas possibilidades de produzir o conhecimento.

Reily (2003), alerta para a necessidade de pesquisadores e educadores da área da surdez estarem atentos aos processos de aprendizagem desses estudantes e na validade em se considerar o aspecto visual nesse processo, sendo que no caso dos surdos a apreensão do mundo se dará prioritariamente pelo canal visual e não pelo auditivo. A autora sugere um melhor entendimento “do poder constitutivo da imagem, tanto no sentido de ler imagens quanto no de produzi-las”. (REILY, 2003, p. 169).

Assim, enfatizando a percepção das imagens como linguagem, é importante estimular a relação entre educação de surdos e tecnologias digitais. Para o aluno surdo os conteúdos passados em língua oral tornam-se de difícil compreensão, mesmo com auxílio de um tradutor/intérprete de Libras. Pois este, ao fazer a tradução, muitas vezes não consegue traduzir a essência dos termos ou ideias escritas na língua portuguesa para a língua dos sujeitos surdos. Segundo Silva *et. al.* (2013, p.233, *in* VALLE, 2013) a utilização de imagens e da língua oficial do surdo, através das novas tecnologias, vão contribuir para o surdo, principalmente dentro do contexto escolar.

5 CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO NACIONAL E INSTITUCIONAL

Considerando o objetivo da pesquisa – analisar os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) –, este capítulo tem por intuito apresentar o embasamento legal, os documentos institucionais e as ideias e conclusões de autores que estudam sobre as temáticas supramencionadas. Para tanto, inicialmente se faz necessária a contextualização institucional, sendo apresentada a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – da qual os IFs fazem parte – e as formas de ingresso nestas instituições. Dando sequência, no item 5.2 é problematizado sobre o direito à educação, aprofundando sobre a educação inclusiva e a igualdade social, dando ênfase ao histórico da legislação referente às pessoas surdas.

Nesse sentido, apresento de forma crítica, os documentos que buscam garantir a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos, envolvendo as questões legais - leis, decretos, resoluções e instruções normativas - e os documentos e as políticas internas dos Institutos Federais, que buscam concretizar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes surdos nestas instituições. Cabe ressaltar, que este capítulo se constitui como a análise documental proposta na pesquisa e que os seus resultados introduzem o mapeamento dos processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos IFs.

5.1 Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Para analisarmos os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), se faz necessário que tenhamos a compreensão da Instituição, do momento histórico em que a mesma foi criada e de suas finalidades.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são Autarquias Federais, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), criados pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esta foi constituída em 1909 quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou dezenove escolas de Aprendizes e Artífices através

do Decreto nº 7.566. Atualmente fazem parte da Rede, além dos IFs, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica.

Para compreendermos o papel dos IFs e o seu compromisso com a acessibilidade e a inclusão, se faz necessário conhecermos os objetivos e finalidades da Rede Federal de Educação Profissional. Assim, cabe esclarecer que esta Rede tem por intuito qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizando pesquisa e desenvolvendo novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

A percepção ideológica desses objetivos e finalidades foi sendo modificada ao longo da história. A saber, as políticas educacionais podem ser compreendidas em três momentos: de 1890 a 1931, marcado pelo ideário iluminista de educação; de 1931 a 1961, caracterizado pelo protagonismo da União frente às políticas; e de 1961 a 2001, correspondente ao período de ações para unificar e regulamentar a educação com base na lógica produtivista. (SAVIANI, 2005).

Aliás, conforme Figueiredo (2015), a rede de escolas federais se retraiu ou se expandiu ao gosto dos governantes de cada período. A década de 1990, para o Brasil, foi marcada pelo início e ápice da implementação da política neoliberal. O Decreto 2208/97 acabou com a possibilidade de desenvolvimento da educação profissional de forma integrada e articulada com o Ensino Médio, restando apenas a educação profissional de forma desarticulada com a formação propedêutica, dificultando a formação integral e cidadã dos estudantes.

O autor ainda retrata que o rompimento com as diretrizes impostas por essa política ocorreu a partir das mudanças que começaram a ser implementadas em 2003, onde a educação tomou um novo rumo, firmando uma vertente política que mudou as orientações para as políticas em educação profissional. A publicação do Decreto 5154/04, reorganizou as instituições federais de educação profissional, que passaram a ter novas referências legais e apontar em outras direções, acima de tudo, no que se refere à compreensão política e pedagógica da educação profissional. Essa nova orientação política retomou o papel estratégico da educação profissional para o país como elemento necessário à inclusão social.

A consolidação dessa política se fortaleceu com a criação dos IFs. A partir da lei de criação, os IFs assumiram o papel de colaboradores na estruturação de políticas

públicas, constituindo polos de inclusão social e de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Figueiredo e Lousada (2013), nessa perspectiva, relembram que está entre as finalidades dos Institutos Federais (IFs), a oferta de educação profissional e tecnológica voltada à formação e qualificação de cidadãos, de certo modo, focada na atuação profissional dos egressos, nos diversos setores da economia, enfatizando-se o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Logo, ao nos referirmos à qualificação de cidadãos, não podemos deixar de lado a vertente social dos IFs, lembrando sempre que para além da atuação na formação de profissionais qualificados, deve fomentar o desenvolvimento humano, através da inclusão social. (FIGUEIREDO, 2015). Esta afirmação colabora com o meu entendimento sobre o papel dos IFs, pois, ao falarmos de inclusão social precisamos pensar no desenvolvimento humano e social de todas as pessoas, incluindo as pessoas surdas. E para que estas pessoas possam se desenvolver é fundamental o acesso à educação.

5.1.1 Formas de ingresso nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Durante a realização deste estudo, tomei bastante cuidado para não dirigir meu olhar apenas para o ingresso dos estudantes surdos, pois quando falamos em direito de acesso à educação não podemos esquecer a amplitude deste termo, pois ter acesso não é apenas estar em sala de aula, mas é ter condições de desenvolvimento e é poder estar apto, ao final do curso, para assumir uma posição no mundo do trabalho e na sociedade. No entanto, considerando que a procura por vagas nos Institutos Federais é maior do que a capacidade de oferta destas instituições, alguns mecanismos de seleção são adotados para possibilitar o preenchimento das vagas disponíveis, mecanismos estes que nem sempre consideram as características dos estudantes surdos. Logo, não temos como estudar os fatores relacionados à permanência e ao êxito destes estudantes sem que eles tenham a possibilidade de ingressar na instituição. Assim, grande parte deste estudo está direcionado aos fatores de acesso.

Nesse sentido, é importante compreender que, basicamente, existem duas formas de ingresso nas Instituições Federais de nível Técnico e Superior: através da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou através de provas de

seleção realizadas pela própria instituição denominadas de vestibular ou processo seletivo.

O Enem surgiu em 1998 para medir o desempenho dos estudantes do Ensino Médio. Hoje é uma das formas de ingresso nas instituições públicas, através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Este sistema é um processo de seleção que pretende dar as pessoas de todo o país a oportunidade de ingressarem no curso de graduação desejado, sem a necessidade de viajar para realizar as provas de vestibular. Por meio do sistema, que utiliza a nota obtida no Enem, se mantém a lógica da aprovação pela capacitação, sendo aprovados os candidatos melhor pontuados dentre os inscritos para cada instituição e curso.

O vestibular tradicional ou processo seletivo consiste em uma prova na qual os candidatos que obtêm maior pontuação ficam com a vaga. O tipo de prova depende da instituição que a aplicará. Algumas dividem o processo de seleção em fases, sendo a primeira eliminatória com perguntas de múltipla escolha e a segunda discursiva - para testar a compreensão, o conhecimento e os argumentos do estudante quanto ao tema apresentado. Além disso, muitas IES cobram a realização de uma redação em alguma das fases de seus processos.

Os critérios de seleção e a forma como é utilizada a avaliação também dependem de cada uma das instituições de ensino, sendo que essas normas estarão discriminadas no edital de seleção. Cabe destacar ainda que, no IFSC, além da seleção pela nota do Enem e por realização de prova, para alguns cursos técnicos o ingresso é realizado por sorteio público.

A apresentação deste item é importante para a pesquisa, pois a interpretação do conteúdo das provas, tanto do Enem como dos processos seletivos, se dá de forma diferente pelos candidatos surdos, pois eles têm o português como segunda língua, o que os prejudica na realização deste tipo de avaliação. Assim, para que se tenha equidade no acesso as provas deveriam ser disponibilizadas em Libras para os candidatos surdos, respeitando suas características culturais e linguísticas.

Essa informação pode ser comprovada com a realização da pesquisa, pois os estudantes surdos relataram sobre a complexidade das provas, justificando inclusive que muitos das questões não são traduzidas pelo intérprete de Libras, como por exemplo, questões da gramática do português.

Além disso, no Enem a dificuldade é ainda maior porque os tradutores/intérpretes de Libras estão atuando apenas como fiscais, repassando as principais informações, não podendo realizar a tradução/interpretação da prova. Somada a falta de acessibilidade, a prova do Enem é extremamente complexa para os estudantes surdos, pois ela aborda principalmente a interpretação das questões, interpretação esta que não é na língua dos surdos.

Como agravante, os estudantes surdos participantes da pesquisa relataram que muitos dos tradutores/intérpretes de Libras que estão atuando no Enem não sabem Libras e não conseguem nem mesmo repassar as informações principais da prova. Todos os estudantes surdos participantes dessa pesquisa já realizaram a prova do Enem em mais de uma edição e nenhum deles atingiu o mínimo de 450 pontos que é exigido, por exemplo, para ingressar em Instituições de Ensino privadas, pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) ou conseguir financiamento pelo Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (Fies) e, muito menos conseguem ingressar pela nota do Enem em Instituições Federais de Ensino.

5.2 O direito à educação: educação inclusiva e igualdade social

As políticas públicas para a democratização do acesso ao ensino superior e a inclusão ganharam força, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, a qual busca efetivar uma política pública de acesso universal à educação. Ao afirmar “igualdade de condições de acesso e de permanência na escola” (Brasil, 1988, Art. 206), surge a necessidade de mudanças significativas nas instituições de ensino. Por meio da legislação, se busca garantir o acesso, no entanto, a permanência exige flexibilizações no currículo, adequações físicas e suporte pedagógico. No caso dos estudantes surdos, muitas vezes, nem o acesso está garantido, pois os processos de divulgação e seleção acabam sendo excludentes.

Ao discutir a educação de surdos, Silva e Nembri (2008) avaliam as necessidades dos surdos no Brasil e concluem que a inclusão é um tema complexo, pois as políticas públicas não priorizam a implantação da educação bilíngue. E para o surdo, a educação bilíngue garante o acesso ao conhecimento formal, a permanência na escola e a possibilidade de avançar nos demais níveis de ensino.

Conforme o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, capítulo IV, artigo 14, as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. (BRASIL, 2005).

É direito do estudante o acesso à comunicação, à educação, à informação e à socialização, seja ele surdo ou não. Por isso, os IFs devem proporcionar capacitações para seus profissionais, a fim de estarem preparados para prestar atendimento adequado ao estudante surdo, bem como aos demais sujeitos que compõe o espaço educacional.

Conforme Art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, “o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação”.

A existência da legislação é fundamental no processo de inclusão, porém não garante, por si só, mudanças efetivas no sistema de ensino. Mendes (2002, p. 70) considera que:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para quem não deseja mudança, ele equivale ao que já existe. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão estão práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes. (MENDES, 2002, p.70).

Essa mudança no sistema de ensino vai muito além do discurso legalista, pois ao tratarmos sobre a inclusão não podemos deixar de refletir que a inclusão só é necessária porque existe a exclusão, uma é condição para existência da outra. Conforme Lunardi (2001, p. 4) “[...] inclusão/exclusão são faces da mesma moeda [...]”. Provin (2013, p. 100) complementa que “o processo de in/exclusão não se dá apenas pelo fato de os sujeitos não estarem no mesmo espaço que outros, mas por estarem no mesmo espaço e, por vezes, não serem considerado como alguém que faz parte dele”. A autora ainda relata que no Ensino Superior esse processo é nítido, pois as instituições de ensino buscam métodos para cumprirem a legislação e

atenderem aos critérios de avaliação institucional, buscando formas de acesso, mas não se preocupam com a permanência desses estudantes na instituição.

Logo, pensar em inclusão implica em aceitação da diversidade e da diferença e exige o desenvolvimento de uma pedagogia que as contemple. As instituições de ensino confrontam-se com uma grande heterogeneidade social e cultural. Esta realidade implica em outra concepção de organização da gestão educacional, que ultrapasse a via da uniformidade e que reconheça o direito à diferença. Conforme o Artigo 17 da Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Educação, em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender estudantes que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino. (Resolução CNE/CEB nº 2, 2001).

O que podemos perceber é que várias são as Leis, Decretos e Resoluções que buscam garantir os direitos das pessoas surdas. Assim sendo, torna-se importante conhecer, em uma linha histórica, as principais legislações relacionadas à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos. Além de conhecer a legislação, na próxima subseção apresento uma análise crítica da relação entre os discursos legais para que possamos refletir o como eles são operacionalizados na prática.

5.2.1 Histórico da legislação referente às pessoas surdas: breves discussões

As primeiras discussões amparadas pelo Poder Jurídico, relacionadas a não discriminação das pessoas com necessidades especiais, tiveram início em 1948, na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foi publicada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta declaração, além de se opor a discriminação, reconheceu o direito de todas as pessoas à instrução. (BRASIL, Parecer nº 01 da AGU, 2014a).

Foi exatamente nesse sentido que a legislação brasileira construiu um arcabouço jurídico com o intuito de assegurar a todos, sem discriminação, o direito à educação.

Em referência às pessoas surdas, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida em nosso país com a edição da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, ao dispor, em seu Art. 1º que “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. (BRASIL, 2002).

Essa mesma Lei apresentou em seu parágrafo único, o conceito de Libras, da seguinte forma:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Para regulamentar esta lei, foi editado o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, conceituando a pessoa surda como aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras.

Dentre outras garantias, o Decreto tornou obrigatória a presença do tradutor e intérprete de Libras não apenas nas salas de aula, mas em todo ambiente escolar, sendo previsto no Art.23 que além do tradutor/intérprete de Libras, as Instituições Federais devem proporcionar equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

O que destaque é que a profissão de tradutor e intérprete de Libras foi regulamentada somente em 2010 pela Lei 12.319, sendo uma profissão extremamente recente.

Com estes recortes, podemos afirmar que o sistema de ensino, nos diversos níveis, tem amparo legal, para criar estratégias no sentido de possibilitar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos. Pode-se perceber que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a legislação brasileira evoluiu, mesmo que de forma lenta, no sentido de promover a inclusão social da pessoa surda, destacando-se o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão, obrigatoriedade do tradutor/intérprete de Libras em todos os espaços escolares, bem como, o reconhecimento desta importante profissão.

Estes fatores são importantes para esta pesquisa, pois mesmo com todo o amparo legal, ainda temos muito surdos sem tradutores/intérpretes de Libras em sala

de aula, até mesmo nos IFs, sendo que esses estudantes muitas vezes precisam acionar o Ministério Público para resolver a situação, isso quando não acabam desistindo do curso. Este é um dos maiores desafios para os gestores dos IFs, pois ao mesmo tempo em que a legislação obriga a disponibilização dos tradutores/intérpretes de Libras, pela natureza legal dos IFs, outras Leis dificultam a contratação desses profissionais, o que deixa o gestor sem saída.

Conforme Parecer Nº 01/2014 da Advocacia Geral da União, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia não podem mais contratar tradutores e intérpretes de Libras conforme surge a demanda, através de licitação ou parcerias. Isso se dá porque na Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no seu anexo II, está previsto o cargo de tradutor e intérprete de Libras. No entanto, os gestores acabam não solicitando este código de vaga porque, caso não tenham estudantes ou servidores surdos, no entendimento de alguns, este servidor ficaria ocioso. Além disso, o gestor de cada unidade (*Campi*) tem um número limitado de códigos de vagas para Cargos Técnico-Administrativos em Educação, onde o gestor escolhe quais serão os cargos necessários, assim entre contratar um Assistente em Administração que pode atuar em diversos setores e contratar um tradutor e intérprete de Libras para atender a uma demanda específica, acabam evitando esta contratação.

Outro fator que deve ser considerado nessa situação e que implica na necessidade da análise dos processos é que se for nomeado o profissional apenas no momento em que o estudante surdo for aprovado em um processo seletivo, considerando os prazos legais para que o servidor público federal entre em efetivo exercício, as aulas terão início sem o acompanhamento do profissional. Esta situação se torna ainda mais alarmante se os códigos de vagas não estiverem na Instituição e se for necessária à realização de concurso público por não terem tradutores/intérpretes de Libras já aprovados em outros concursos da Instituição e na lista de espera.

Assim, mesmo tendo a previsão legal que garante o direito de acesso à educação, os estudantes não têm a acessibilidade garantida, nem mesmo em seus direitos básicos, cabendo a gestão educacional buscar alternativas para superar estas limitações e promover a igualdade social.

Um dos fatores que interferem na garantia de direitos é a própria relação contraditória que se estabelece nos documentos normativos. Para buscar compreender esta relação, apresento na Quadro 06 as Leis, os Decretos, as Resoluções e os Pareceres, a nível Federal, que fazem referência à educação inclusiva e à educação de surdos e a partir deste levantamento passo a analisar de que forma as políticas públicas de inclusão de surdos se materializam nos IFs.

Quadro 06 – Levantamento da legislação referente à educação de surdos

Ano	Objeto	Documento
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	-
1988	Igualdade de condições	Constituição Federal
1996	Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Lei nº 9.394
2001	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	Resolução nº 2 do CNE
2002	Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras)	Lei nº 10.436
2005	Previsão do cargo de Tradutor/Intérprete de Libras no Plano dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação (PCTAE)	Lei nº 11.091
2005	Regulamenta a Lei que dispõe sobre a Libras	Decreto nº 5.626
2010	Regulamentação da Profissão de Tradutor/Intérprete de Libras	Lei nº 12.319
2010	Dispõe sobre o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais	Portaria Normativa MEC nº 20
2011	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite	Decreto nº 7.612
2014	Plano Nacional de Educação 2014 - 2024	Lei nº 13.005
2014	Normatiza a contratação de Tradutor/Intérprete de Libras nos IFs	Parecer nº 01 da AGU
2015	Estatuto da Pessoa com Deficiência	Lei nº 13.146

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações disponibilizadas na internet.

Para iniciar a análise, é importante destacar a linha cronológica de criação destes documentos no Brasil, pois, conforme pode ser percebido no Quadro 06, as políticas relacionadas aos surdos são extremamente recentes, sendo que a educação de surdos passa a ser percebida de fato em 2002, com o reconhecimento da Libras como língua oficial brasileira. Esta informação se torna ainda mais relevante se percebermos que desde 1948, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, já se afirmava que todos os seres humanos são iguais perante a lei e que possuem os mesmos direitos, inclusive à instrução.

Mesmo com a existência dessa declaração, no Brasil, a educação para todos passa a ser percebida como direito com a publicação da Constituição Federal (CF) de 1988, sendo este um grande marco na história brasileira, que se estabelece 40 anos após o reconhecimento dos Direitos Humanos em outras partes do mundo. A CF de 1988 não faz referência diretamente à educação de surdos, mas traz importantes

contribuições quando estabelece a educação como um direito social e passa para o Estado o dever de garantir o acesso de todos, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quando falamos em “todos” nos referimos também as pessoas com deficiência⁷, e nesse quesito a Constituição é clara ao afirmar, no Capítulo III, Seção I, que cabe as instituições de ensino garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo também dever do Estado garantir atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O que quero ressaltar é que em nenhum momento a CF diz que as pessoas com deficiência devem se adaptar aos processos estabelecidos pelas instituições ou que o Estado deve tentar “corrigir” estas pessoas para que elas estejam aptas a acessar os mesmos serviços utilizando as mesmas metodologias, mas, bem pelo contrário, em vários artigos ressalta o dever do Estado em proporcionar acesso também aos diferentes, logo, a falta de acessibilidade e inclusão não é responsabilidade do estudante com necessidades especiais, mas é sim, dever da instituição de ensino, e como consequência da gestão educacional.

Mesmo com todas estas diretrizes definidas em 1988, o que mais chama a atenção é que até o final dos anos 90, pouco foi feito com relação ao como promover a inclusão, sendo que apenas em 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que instituiu a educação especial, afirmando que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender às suas necessidades, sendo que além do ensino regular deverão proporcionar educação especial para o trabalho, visando a efetiva integração destas pessoas na vida em sociedade. Em consonância com o previsto na LDBEN, os IFs possibilitam além da educação tradicional, a formação técnica e profissional, propiciando a inserção destes estudantes no mundo do trabalho.

Após a LDBEN, tivemos mais um período para discussão de como concretizar a educação especial, sendo que em 2001 foram publicadas as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, por meio da Resolução nº 02 do CNE. Mais uma vez, chamo a atenção para o texto da Resolução, que aponta como dever das instituições de ensino assegurar as condições necessárias para uma educação

⁷ Termo utilizado na redação da Constituição Federal de 1988.

de qualidade para todos. Ressalto novamente esta informação porque este é um dever da gestão educacional e, principalmente, porque é através da identificação e da análise dos processos que o gestor vai poder proporcionar condições de acessibilidade e inclusão, é por meio dos processos que estarão claras as ações, atividades e tarefas que terão que ser desempenhadas para atender a cada um dos estudantes com necessidades especiais. No entanto, essa possibilidade parece ainda não ser visualizada pelos gestores educacionais, pois desde 1988 é sabido que é dever do Estado e das instituições de ensino garantir o acesso de todos, isso é ressaltado em 1996 com a LDBEN e posteriormente em 2001, nas Diretrizes apresentadas e, mesmo assim, em 2016, as instituições, os gestores e os servidores (técnicos-administrativos e docentes) se dizem não estarem preparados para receberem estudantes com necessidades especiais. Assim, esta é mais uma justificativa da necessidade desta e de outras pesquisas relacionadas à temática, para que se possa tentar identificar o que pode ser feito para superar esta limitação institucional.

Foi nesta mesma Resolução que identifiquei as primeiras referências relacionadas à educação de surdos, sendo que mesmo não tendo sido reconhecida a Libras como língua oficial brasileira, nas diretrizes está descrito o compromisso que as instituições de ensino têm em atender aos estudantes com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, e proporcionar a flexibilização e adaptação curricular, considerando metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. Ainda, no artigo 8º da Resolução, está descrito que as escolas devem prever e prover serviços de apoio pedagógico especializado, sendo que para os surdos está prevista a atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis e apoios necessários à comunicação.

Outra importante contribuição deste documento, publicado ainda em 2001, é a recomendação para que as instituições e sistemas de ensino constituam parcerias para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais, visando ao

aperfeiçoamento desse processo educativo, fato este que se concretiza com a realização desta pesquisa.

Até então, o embasamento legal apresentado trata da garantia de direitos e da inclusão de pessoas com necessidades especiais, pois, como descrito anteriormente, apenas em 2002 é publicada a primeira lei que faz referência as pessoas surdas, onde a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como língua oficial brasileira e como primeira língua dos surdos, sendo o português escrito reconhecido como segunda língua. Esta mesma lei estabelece que o poder público tem o dever de garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação e, principalmente, garantir o atendimento e o tratamento adequado as pessoas surdas. No entanto, nos deparamos com mais uma contradição, pois 14 anos depois da publicação desta lei, os órgãos públicos, que deveriam auxiliar na propagação da Libras, continuam inacessíveis aos surdos.

Além disso, a Lei nº 10.436/2002, estabeleceu a inclusão do ensino da Libras como parte integrante do currículo dos cursos de formação de Licenciatura, Fonoaudiologia e de Magistério. Esta é uma informação que merece ser analisada, pois, muitos dos professores que estão em sala de aula atualmente, no momento de sua formação, não tiveram a disciplina de Libras, pois ela ainda não era reconhecida como língua oficial e muitos menos tiveram informações sobre as pessoas surdas, sobre sua cultura e sua formação de identidade, logo, a pessoa surda é um desconhecido para grande parte dos professores. E mesmo os estudantes que cursaram a graduação após 2002, muitos tiveram a disciplina de Libras apenas como uma disciplina obrigatória, pois inicialmente não tínhamos profissionais com formação para ministrar a disciplina, carência identificada até hoje.

Esta carência de profissionais tanto para ensinar Libras para os surdos, como também para atuar nos cursos de formação docente e na formação de tradutores e intérpretes de Libras foi um dos motivos para a publicação do Decreto nº 5.626, em 2005, no intuito de regulamentar a Lei que dispõe sobre a Libras. Neste documento, além de ser reafirmado o direito do surdo de ter acesso às informações e à comunicação em Libras, ainda foi estabelecido quem seriam os profissionais que atuariam na formação de professores de Libras e na formação de tradutores/intérpretes de Libras, sendo que, inicialmente, precisavam ser adotadas estratégias para formar estes primeiros profissionais que atuariam na área, sendo

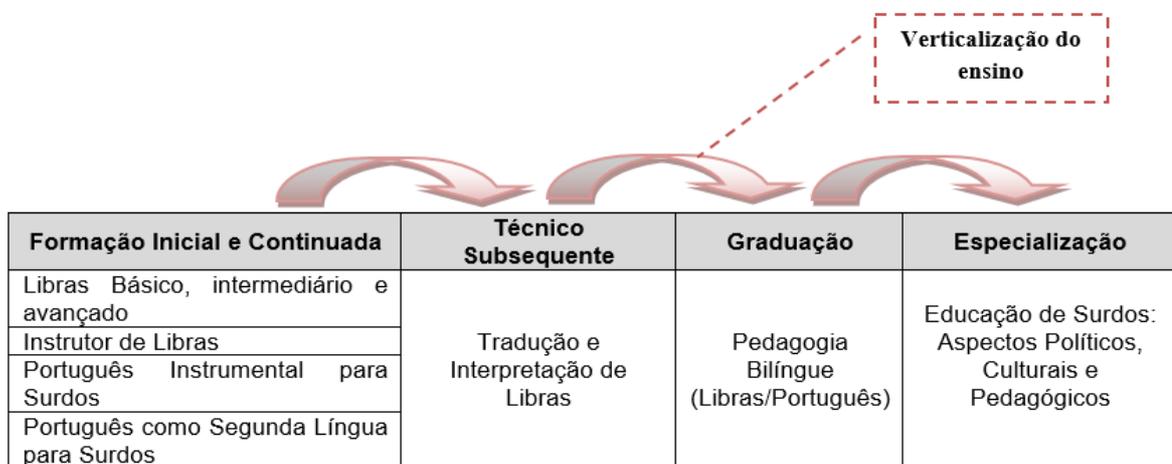
dada prioridade na participação nos cursos sempre para as pessoas surdas. Nesse sentido, a primeira ação foi criar o curso de Letras-Libras (licenciatura e bacharelado), que efetivamente começou a ser ofertado em 2006, pela Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade presencial, e foi ofertado na modalidade à distância em diversos polos espalhados no Brasil. No entanto, ainda hoje a oferta deste curso é muito reduzida, sendo ofertado em poucas cidades através de convênios específicos e não tendo oferta regular. Esse é o motivo que faz com que muitas cidades, principalmente as que estão situadas no interior dos estados, não tenham profissionais com a formação exigida e com os conhecimentos necessários. Ainda, cabe destacar que os primeiros profissionais obtiveram a titulação em Letras-Libras em 2010, ou seja, é uma profissão extremamente recente.

Para atender as demandas de formação até que tivessem pessoas com formação específica, o decreto estabeleceu o perfil dos profissionais que poderiam atuar nos 10 anos seguintes a publicação do Decreto, ficando estabelecido que o MEC, no período supramencionado, deveria promover anualmente exames de proficiência em Libras (Prolibras). No entanto, o exame não foi realizado em todos os anos subsequentes, e o mesmo poderia ser realizado até 2015, sendo que atualmente não temos a quantidade suficiente de profissionais graduados em Letras-Libras e, ao mesmo tempo, não temos mais respaldo legal para a realização do Prolibras. Esta constatação é de extrema relevância para esta pesquisa, pois não se trata apenas da dificuldade de conseguir tradutores e intérpretes de Libras para os estudantes que ingressam nos IFs, mas também, retrata a realidade enfrentada na Educação Básica, onde muitos estudantes surdos não têm a presença do tradutor/intérprete de Libras em sala de aula, ou até mesmo, têm profissionais atuando mesmo sem conhecimentos compatíveis aos exigidos para a educação de surdos, fato que prejudica o ingresso e a permanência destes estudantes nos IFs.

Neste contexto, tendo em vista a carência de profissionais para a educação de surdos, os IFs têm um papel muito importante, pois podem e devem trabalhar na formação destes profissionais. Isso já vem acontecendo tanto no IFSC, como no IFRS. No IFRS, no *Campus* Alvorada é ofertado o curso Técnico subsequente de Tradução e Interpretação de Libras, e em outros *campi* são ofertados cursos de Libras, como cursos de extensão. Já no IFSC, o *Campus* Palhoça Bilíngue, é referência na formação de profissionais para atuarem com pessoas surdas, sendo que estrutura a

oferta dos seus cursos a partir de dois eixos formativos, o de multimídia e o de educação bilíngue. Apesar de distintos, tais eixos articulam-se pela presença da perspectiva bilíngue. O eixo multimídia corresponde aos cursos da área da visualidade e o de educação bilíngue, aos cursos orientados ao desenvolvimento e propagação dos conhecimentos na área da educação de surdos, envolvendo a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa. Os cursos ofertados no eixo da educação bilíngue estão representados na Figura 10.

Figura 10 – Cursos ofertados no eixo educação bilíngue do *Campus Palhoça* (IFSC)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do sítio eletrônico do IFSC.

Observando os cursos ofertados no *Campus Palhoça* Bilíngue, no eixo educação bilíngue, podemos confirmar a verticalização do ensino, que é uma característica dos IFs. Essa verticalização possibilita a formação integral dos estudantes e permite a otimização dos professores e a qualificação da área, através do desenvolvimento conjunto de conhecimentos. Outro fator importante a ser ressaltado e que demonstra a necessidade de expansão da política de formação de profissionais para atuarem com as pessoas surdas, é que o curso técnico em Tradução e Interpretação da Libras é oferecido de forma gratuita apenas no IFSC e no IFRS, respectivamente nas cidades de Palhoça e Alvorada, não tendo cursos similares em nenhum outro Instituto Federal do Brasil.

Ainda, com relação à formação de profissionais, no Decreto nº 5.626, está previsto no Art. 12 que “as instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos

de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação”, e também, conforme o Art. 13, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, o que exige atualmente uma revisão do currículo desses cursos.

Além da formação regular, conforme previsto no Art. 10 do mesmo Decreto, as instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão, pensando na educação de surdos e na acessibilidade das pessoas surdas na vida em sociedade. Para tanto, realizei o levantamento⁸ de quantas ações de pesquisa e extensão relacionadas à temática foram ou estão sendo realizadas no IFRS e no IFSC no ano de 2015 e de 2016, conforme segue no Quadro 07.

Quadro 07 – Relação das ações de pesquisa e extensão do IFRS e do IFSC registradas em 2015 e 2016

PROJETOS DE PESQUISA			
2015			
IFRS		IFSC	
Título	Campus	Título	Campus
Libras Técnica: Criação de sinais para inclusão de alunos surdos na Engenharia Mecânica	Erechim	NUIPE: revisão bibliográfica, levantamento de problemas e contribuições no campo da Educação de Surdos	Palhoça
2016			
IFRS		IFSC	
Título	Campus	Título	Campus
Estudos Surdos	Alvorada	A construção da territorialidade da comunidade surda no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Palhoça
Plataforma lúdica para difusão de LIBRAS	Rio Grande	Metodologia para criação de um glossário em Língua Brasileira de Sinais – (LIBRAS) para o curso presencial de Pedagogia Bilíngue Libras/Português	Palhoça
PROGRAMAS/PROJETOS DE EXTENSÃO			
2015			
IFRS		IFSC	
Título	Campus	Título	Campus
Programa Permanente De Estudos Surdos – Propes	Alvorada	Curso de Libras I e II	Joinville
Mãozinhas da Inclusão!	Ibirubá	Arte no muro! Cultura e expressão surda	Palhoça
Educação de Surdos: Sinalizando para a construção de espaços inclusivos	Osório	Cineclube Surdo	Palhoça

⁸ Neste levantamento foram consideradas as ações devidamente cadastradas no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj), adotado pelo IFRS e pelo IFSC.

Oficina de Libras 2015	Osório	Edição de Vídeo Básico em Libras e Português	Palhoça
Curso de Libras - Básico	Restinga	I Seminário Catarinense de Surdos	Palhoça
LIBRAS básico	Rio Grande	O espaço da educação de surdos: Libras MOBILE	São Miguel do Oeste
2016			
IFRS		IFSC	
Título	Campus	Título	Campus
Jornalzinho Gaúsurdo	Alvorada	Oferta de Curso FIC de Libras Intermediário em parceria com a Cáritas Diocesana de Blumenau	Gaspar
Língua Brasileira de Sinais - Libras Nível Básico	Alvorada	Compartilhando experiências na educação de surdos	Palhoça
Oficina de Libras para servidores do IFRS	Alvorada	Hino Nacional Brasileiro em Línguas de Sinais	Palhoça
Programa Permanente De Estudos Surdos – Propes	Alvorada	Oficina de uso da língua portuguesa para estudantes do Ensino Fundamental Surdos	Palhoça
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Caxias do Sul	Servidores tradutores/intérpretes de Libras/Português do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INE	Palhoça
Curso Básico de Libras	Erechim		
Curso Intermediário de Libras do IFRS	Farroupilha		
Ensino de Libras para professores do IFRS	Ibirubá		
Oficina de Libras	Osório		
Curso Introdutório de Libras	Porto Alegre		
Ensino de Libras nível básico para ouvintes	Restinga		
Curso de Libras- básico	Restinga		
Aprendendo a comunicar-se na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS Básico e Intermediário	Rio Grande		

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj).

O que podemos perceber é que, mesmo os IFs tendo como pilares o ensino, a pesquisa e a extensão, poucas ações de pesquisa e extensão relacionadas aos surdos estão sendo desenvolvidas no IFRS e no IFSC, sem contar, que no IFSC, as ações estão concentradas no *Campus* Palhoça Bilingue, sendo que outros *campi* também têm estudantes surdos e servidores que atuam com educação de surdos.

Outro ponto importante que pode ser percebido com a realização das entrevistas é que os estudantes surdos não participam das ações e de eventos relacionados à pesquisa e à extensão, sendo que dos seis estudantes surdos entrevistados, nenhum deles participou de projetos de pesquisa ou extensão, nem como bolsistas e nem como voluntários, e ainda relataram não ter informações sobre a realização destas atividades. Isso denota uma fragilidade no cumprimento das

finalidades dos IFs, pois no Artigo 6º da Lei 11.892/2008, a pesquisa e a extensão são apresentadas como princípio educativo entendendo-os como trabalho de produção de conhecimentos e como atividade instigadora do educando no sentido de procurar respostas às questões postas pelo mundo que o cerca estabelecendo uma relação transformadora com a sociedade. (SILVA, 2009).

Cabe ressaltar que a Pesquisa e a Extensão têm papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, pois, por meio da pesquisa serão desenvolvidos novos conhecimentos e por meio da extensão este conhecimento chegará até as comunidades, que não apenas receberão de forma passiva estas informações, mas que também apresentarão suas demandas e em conjunto com as instituições de ensino desenvolverão novos conhecimentos e possibilitarão a validação dos conhecimentos que a comunidade já possui. Nesse sentido, os IFs têm um grande potencial para apresentarem alternativas voltadas à acessibilidade e à inclusão das pessoas surdas, pois quantos servidores - mestres e doutores –, com formação na área, poderiam estar desenvolvendo anualmente pesquisas e ações de extensão. Vou ainda mais longe, quanto conhecimento poderia estar sendo desenvolvido envolvendo os estudantes surdos dos IFs nestes projetos. Ou ainda, como os estudantes surdos poderiam ter muitas outras oportunidades se participassem como bolsistas ou voluntários em projetos de pesquisa ou extensão, não apenas em projetos voltados à acessibilidade e inclusão, mas em projetos relacionados a qualquer área, como qualquer outro estudante. Essa constatação ganha força com o argumento apresentado por Lopes (2010, p. 6), quando a autora relata que “sem dúvida o acesso e a acessibilidade são fundamentais, mas a mobilidade e a equidade também devem ser entendidas como indispensáveis para a inclusão universal”. Logo, os estudantes surdos devem ter as mesmas oportunidades de acesso às ações de ensino, pesquisa e extensão.

Com estes apontamentos, se torna ainda mais claro o papel da gestão educacional, pois cabe a ela buscar soluções para todos estes problemas. De forma mais objetiva, considero que o Decreto nº 5.626 é o marco principal para dar as diretrizes do que as Instituições de Ensino devem fazer, no entanto, a legislação se limita aos deveres e não apresenta o “como fazer”, e aqui, mais uma vez surge a intervenção da gestão educacional, que através de estudos e de tentativas e erros busca respostas ao “como fazer”.

No artigo 14 do decreto supramencionado, está um ponto fundamental para iniciar a gestão dos processos dos IFs, pois descreve que:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior. (BRASIL, 2005).

Na tentativa de tornar isso possível, as Instituições devem ofertar cursos de Libras, não apenas para quem vai atuar na educação de surdos, mas para toda a comunidade acadêmica, interna e externa à Instituição.

Ainda, o Decreto estabelece que devem ser adotados mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado do português como segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa, sendo que este é um ponto fundamental que deve ser considerado, tanto nos processos de seleção, como na permanência destes estudantes na Instituição.

Além de destacar a diferença da Língua Portuguesa para os surdos, o Decreto exige a presença do tradutor e intérprete/Libras em todas as Instituições de Ensino, inclusive nas instituições privadas, quando for necessário, isso já a partir de 2006, mas o que percebemos é que 10 anos depois, ainda estamos discutindo sobre a contratação destes profissionais e temos estudantes surdos tendo que acionar o Ministério Público para que consigam ter a garantia dos seus direitos.

Para suprir esta demanda de profissionais nas Instituições de Ensino Federais, ainda em 2005, o cargo de “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais” foi criado no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, isso antes mesmo da profissão ser oficialmente reconhecida, exigindo como requisitos para ocupação do cargo, ensino médio completo e proficiência em Libras. No entanto, aqui temos mais uma inconsistência da legislação, pois a realização do exame de proficiência em Libras foi limitada ao ano de 2015, sendo necessária a revisão do requisito e, mesmo assim, continuamos com um problema, pois temos poucos cursos técnicos de tradução e interpretação em Libras no país (como vimos anteriormente, nos IFs o curso é ofertado em 2 cidades) e o curso de bacharelado em Letras-Libras, que torna a pessoa apta a ser tradutor/intérprete de Libras é um curso de nível superior, e o código do cargo criado pela Lei nº 11.091/2005 é um nível D, ou seja,

um cargo de nível médio, não podendo ser exigido como requisito um curso de nível superior. Este é mais um dos fatores que impacta diretamente à gestão educacional, pois no momento de elaborar o edital para realização dos concursos públicos o gestor fica sem saber o que exigir como requisito para o cargo.

No decorrer do lento processo de elaboração das leis e desenvolvimento de alguns programas, em 2010 - 8 anos após o reconhecimento da Libras como língua oficial brasileira e 5 anos depois da publicação do Decreto que obriga a presença do tradutor e intérprete de Libras – foi publicada a Lei nº 12.319, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Neste regulamento, no artigo 4, consta que a formação do tradutor/intérprete de Libras deve ser realizada por meio de cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. No entanto, nos deparamos com mais um problema, pois, em nenhum lugar está estabelecida a carga horária mínima destes cursos, nem faz referência ao currículo dos cursos, o que significa dizer que uma pessoa com um curso de 40 horas poderá concorrer a mesma vaga que uma pessoa com um curso de 400 horas. Mas o mais alarmante é que a Libras é uma língua complexa e que a pessoa não vai estar apta para traduzir e interpretar com um curso de curta duração, e tudo isso interfere na educação dos estudantes surdos, pois muitos deles estão sendo atendidos por profissionais sem conhecimento suficiente para realizar a tradução e interpretação. Logo, não estão tendo acesso ao conhecimento de forma igualitária.

Esta mesma lei, estabeleceu que até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoveria, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa. Assim, ainda em 2010, o MEC publicou a Portaria nº 20 estabelecendo o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa – Prolibras, identificando como responsável por sua realização o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no entanto, o Prolibras teve todas as suas edições promovidas pela UFSC.

Em paralelo a realização do Prolibras, em 2011 foi publicado o Decreto nº 7.612 que instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver

sem Limite, que dentre os seus objetivos tinha a intenção de tornar realidade a educação bilíngue no Brasil, e para isso, em suas metas estabeleceu a criação de 27 cursos de Letras/Libras, licenciatura e bacharelado, 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue, e 690 vagas para que as instituições federais de educação contratassem professores e tradutores/intérpretes de Libras. Com relação a estas metas, segundo informações do Observatório do Programa Viver sem Limites, foram criados 26 cursos de Letras/Libras e 2 cursos de Pedagogia Bilíngue, sendo que dos cursos de Letras/Libras, a maioria deles é na modalidade à distância, a partir de convênios com a UFSC.

Com a apresentação destes documentos normativos, volto novamente aos problemas que os IFs enfrentam para a contratação de tradutores/intérpretes de Libras, problemas já ressaltados anteriormente, mas que insisto, porque não temos como pensar em acessibilidade e inclusão de surdos sem a presença deste profissional. Além disso, podemos perceber com a análise da legislação que existem várias lacunas entre o que as leis e os decretos estabelecem e, principalmente, uma grande carência de profissionais disponíveis no mercado de trabalho. Ainda, a partir do Parecer nº 01 da AGU, publicado em 2014, esta disponibilização dos profissionais se tornou mais lenta, pois este documento que teve por objetivo normatizar a contratação de Tradutor/Intérprete de Libras nos IFs, proibiu a contratação emergencial por meio de serviços terceirizados. No entanto, na situação atual, os IFs não têm códigos de vagas para nomear estes profissionais, neste caso o parecer orienta que se contratem técnicos administrativos temporários, só que estes códigos ainda não foram criados, assim, o gestor fica sem alternativas de contratação e acaba tendo que realizar a licitação para contratação de uma empresa para o fornecimento do serviço, tendo que justificar tal escolha, por não ter amparo legal, mas ao mesmo tempo, não ter meios de viabilizar a prestação do serviço da forma como a lei impõe.

Além de todos esses documentos apresentados até aqui, em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), determinou importantes diretrizes, metas e estratégias relacionadas à política educacional inclusiva, prevendo a inclusão de estudantes com deficiência em todas as modalidades de ensino, garantindo a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e fomentando parcerias entre

instituições públicas e privadas a fim de garantir a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, inclusive no mundo do trabalho.

Para finalizar a análise da legislação, apresento o Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicado em 2015, através da Lei nº 13.146, sendo este o documento normativo mais recente relacionado à inclusão. Esta lei ratifica muitas das informações dos documentos anteriores, sendo ressaltado no artigo 28, que cabe ao poder público “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” a oferta de educação bilíngue e a formação e disponibilização de professores de Libras e de tradutores/intérpretes da Libras. Com relação a disponibilização de tradutores/intérpretes da Libras, orienta que estes profissionais, para atuarem na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras, e acrescenta que quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. Nesse quesito os gestores têm um outro desafio, o fato do cargo de tradutor/intérprete de Libras ser um cargo de nível médio. Para contornar esta situação, uma alternativa que está sendo utilizada por algumas Universidades Federais é a utilização do código de vagas de nível E (nível superior), de Tradutor e Intérprete, que não é específico para Libras. No entanto, o número de códigos de vagas de nível E nas Instituições Federais de Ensino é muito reduzido, o que inviabiliza a contratação destes profissionais para todos os *campi*.

Ainda, com relação aos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, o artigo 30 estabelece que devem ser adotadas algumas medidas, entre elas:

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

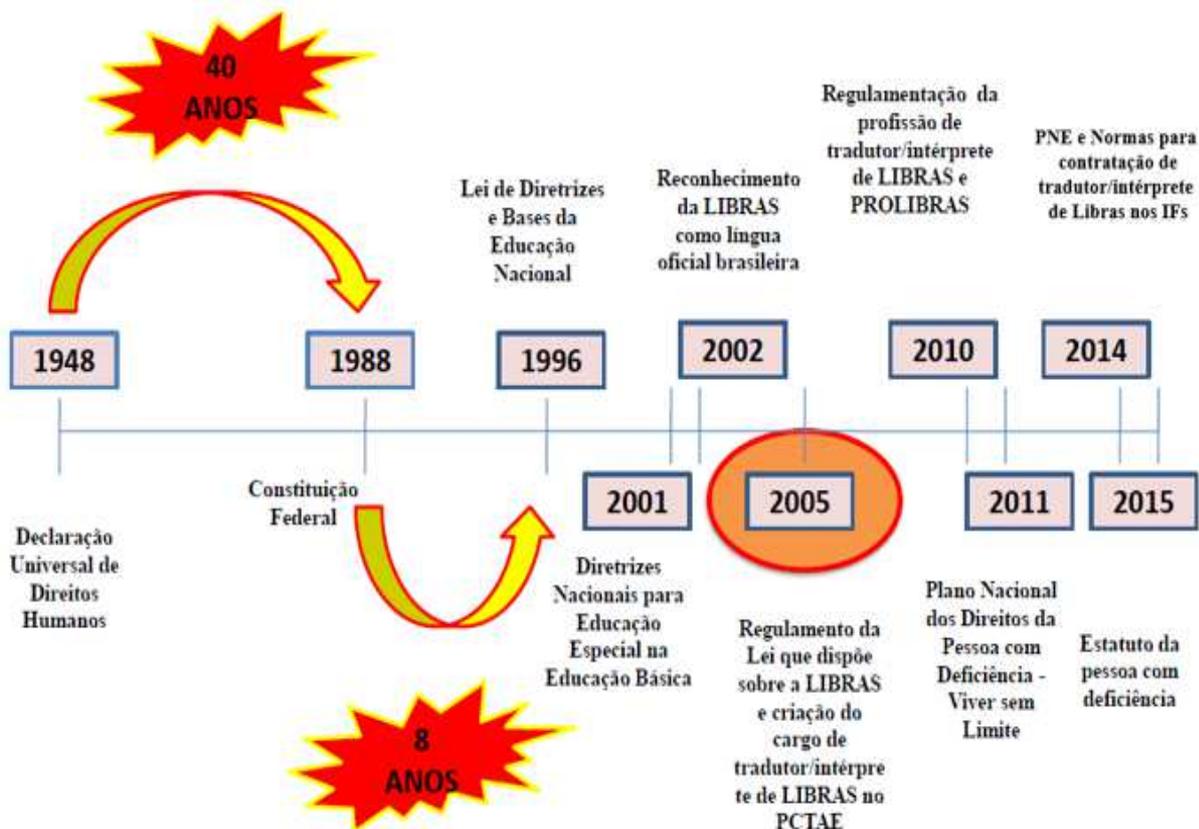
VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras. (BRASIL, Lei nº 13.146/2015)

Com relação a permanência dos estudantes, o artigo 109, parágrafo 1º, estabelece que “o material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas deve ser acessível, por meio de subtítulo com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras”. (BRASIL, Lei nº 13.146/2015).

As informações contidas nos artigos 30 e 109 da Lei aqui apresentada, servirão como respaldo no mapeamento dos processos, sendo importante ressaltar que todas essas temáticas surgiram na conversa com os participantes da pesquisa, durante as entrevistas, o que comprova que esses assuntos são pertinentes e necessários, mas que demandam estudos para que os gestores possam viabilizá-los na prática.

Antes de apresentar a análise dos documentos do IFRS e do IFSC relacionados à acessibilidade e à inclusão de pessoas com necessidades especiais, em especial dos estudantes surdos, chamo atenção na Figura 11 para a linha cronológica da legislação apresentada até aqui.

Figura 11 – Linha cronológica da legislação referente à educação de surdos



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa documental.

Na ilustração, podemos perceber o quanto as políticas públicas relacionadas à acessibilidade e à inclusão de pessoas com necessidades especiais evoluiu a partir de 2002, e que mesmo não sendo tão rápido quanto gostaríamos, nesse período várias ações foram realizadas no intuito de responder as demandas sociais. Entretanto, ainda enfrentamos muitas carências na operacionalização destas políticas públicas.

Uma das formas de buscar concretizar estas diretrizes é a partir da implementação das políticas nas Instituições de Ensino. Assim, na próxima subseção apresento a análise dos documentos normativos do IFRS e do IFSC, relacionados à acessibilidade e à inclusão.

5.2.2 Análise dos documentos normativos do IFRS e do IFSC relacionados à acessibilidade e à inclusão

Conforme podemos perceber na subseção anterior as políticas educacionais brasileiras buscam assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito em qualquer instituição de ensino. Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades.

Na educação profissional e tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001, e, a partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes).

Como podemos perceber várias Leis, Decretos e documentos normativos similares destacam o dever das instituições de ensino de promover a acessibilidade e a inclusão de todas as pessoas. Assim, nesta subseção, apresento o levantamento e a análise dos documentos internos do IFRS e do IFSC relacionados à inclusão e à acessibilidade dos estudantes com necessidades educacionais específicas, em especial dos estudantes surdos. Esta análise é importante para que no próximo capítulo possamos verificar de que forma essas diretrizes estão sendo materializadas na prática das Instituições.

Para realizar o levantamento, analisei todos os documentos institucionais publicados no *site* de cada uma das Instituições e em cada um destes documentos identifiquei os que faziam referência em seu texto sobre: inclusão, acessibilidade, pessoa com necessidade educacional específica, pessoa com necessidade especial, pessoa com deficiência e surdos. Os documentos identificados foram: Estatuto, Regimento Geral, Regimento da Reitoria, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Política de Assistência Estudantil, Organização didática e Regulamento didático pedagógico, Política de Ações Afirmativas, Portarias de designação de Grupos de Trabalho (GTs), Plano de Inclusão e uma Nota Técnica da Pró-reitoria de Ensino referente ao ensino de Libras, educação de surdos e atuação do tradutor/intérprete de Libras.

Com essas informações, apresento no Quadro 08 a relação dos documentos e seus respectivos conteúdos, de forma resumida, possibilitando assim a análise dos dados e a identificação das diretrizes de cada uma das Instituições.

Quadro 08 – Documentos do IFRS e do IFSC relacionados à acessibilidade e à inclusão

DOCUMENTO	CONTEÚDO IFRS	CONTEÚDO IFSC
Estatuto	Apresenta como princípio norteador da Instituição a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.	-
Regimento Geral	Cria a Assessoria de Ações Inclusivas, vinculada a Pró-reitoria de Extensão, que congrega as atividades, ações e programas voltados para a inclusão, tendo entre as suas competências: oferecer o apoio necessário à gestão do Instituto, promovendo a inclusão de estudantes e servidores e propor capacitação aos servidores, voltada ao atendimento de pessoas com necessidades especiais.	Define que compete ao Diretor de Assuntos Estudantis planejar, implementar, acompanhar e avaliar a política de inclusão e os programas dela decorrentes, sendo assessorado pelo Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne), que está vinculado à Pró-reitoria de Ensino.
Regimento da Reitoria	Normatiza o funcionamento do departamento de articulação pedagógica, que entre as suas finalidades está estimular a implantação de políticas de ações afirmativas, em articulação com a Assessoria de Ações Inclusivas.	-
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	A Instituição compromete-se com a educação inclusiva, buscando remover as barreiras atitudinais, comunicacionais, metodológicas,	A Instituição apresenta em sua missão institucional o compromisso em promover a inclusão e formar cidadãos, sendo que para isso

	<p>instrumentais e programáticas. Apresenta entre os seus objetivos estratégicos promover, fomentar e subsidiar as ações de inclusão, de forma articulada com os Napnes e verificar anualmente a manutenção da acessibilidade virtual no Portal do IFRS. Para isso foram implantados os Napnes em todos os <i>campi</i> do IFRS, estabelecendo que estes devem fomentar o processo de inclusão e de ações afirmativas. O PDI ainda faz referência à Política de Ingresso Discente, definindo que a perspectiva do ingresso deverá prever um olhar diferenciado para aqueles que não são objeto de preocupação atinente ao paradigma da seleção, sendo o ingresso compreendido como política de inclusão social.</p>	<p>trabalha com um currículo inclusivo que explicita e acolhe as diferenças e se preocupa com a organização do tempo e espaço escolar buscando garantir o ingresso, a permanência e o acesso ao conhecimento. No PDI está descrito que o IFSC, desde a sua constituição, desenvolve ações de inclusão, sendo que uma das principais foi a criação do primeiro <i>campus</i> bilíngue Libras/Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade, e que tem como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes. Cada <i>campus</i> conta com o Napne que colabora com as adaptações necessárias para o atendimento de cada estudante com necessidades especiais, buscando garantir as formas de acesso adequadas e estratégias de permanência e êxito. Entre os objetivos estratégicos relacionados à acessibilidade e à inclusão estão: atender as pessoas com necessidades específicas e aprimorar o processo de ingresso. Para isso está prevista a sensibilização dos gestores e a capacitação dos servidores.</p>
<p>Política de Assistência Estudantil</p>	<p>Apresenta entre os seus princípios a busca pela equidade de condições de acesso, permanência e diplomação qualificada dos discentes com vista à inclusão, preservando o respeito à diversidade.</p>	<p>-</p>
<p>Organização didática e Regulamento didático pedagógico</p>	<p>Estabelece que deverão ser asseguradas estratégias diferenciadas de avaliação de aprendizagem aos estudantes caracterizados como pessoas com necessidades educacionais específicas, considerando particularidades e mantendo sua finalidade. Além disso, estabelece que esses estudantes não perderão o direito à renovação da matrícula, mesmo transcorrido o prazo máximo fixado para integralização da matriz curricular, tendo em vista a necessidade de adaptação curricular, e que poderá ser concedida certificação parcial.</p>	<p>Estabelece que o Napne deve assessorar nas adaptações necessárias para atender cada um dos estudantes com necessidades educacionais específicas.</p>

<p>Política de Ações Afirmativas</p>	<p>Instituída pela Resolução nº 22/2014, este documento orienta as ações de inclusão para a promoção do respeito à diversidade e à defesa dos direitos humanos. O ponto principal desta política é o estabelecimento de cotas para pessoas com deficiência, definindo a reserva de 5% das vagas de cada curso técnico e de graduação para este público. Além disso, em 2015, a Resolução nº 30, acrescentou a reserva de vagas também nos cursos de pós-graduação, sendo reservadas em cada curso: 1 vaga para pessoa com deficiência, 1 vaga para negros e 1 vaga para indígenas. Para a avaliação e controle dos resultados foi instituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas.</p>	<p>-</p>
<p>Portarias de nomeação de Grupos de Trabalho (GTs)</p>	<p>GT Acessibilidade: tem por objetivo fazer um estudo sobre as condições de acessibilidade do IFRS, a pedido do Comitê de Ensino (COEN), em razão da avaliação dos cursos superiores, indicando adequações necessárias sobre a ótica da legislação vigente.</p> <p>GT de acessibilidade para surdos: criado em 2015, deu origem a Comissão Permanente de Estudos Surdos, que tem por objetivo discutir e propor soluções para demandas institucionais referentes à inclusão das pessoas surdas, tendo como base a Política de Ações Afirmativas do IFRS e a Legislação vigente sobre a temática.</p> <p>GT currículo inclusivo: tem por objetivo discutir, acompanhar, orientar e assessorar a instituição nas temáticas relacionadas ao currículo inclusivo, tanto nas questões que dizem respeito ao acesso ao currículo quanto nas adequações, principalmente para atender pessoas com necessidades educacionais específicas.</p>	<p>GT Tradução: tem por objetivo elaborar proposta de atuação e atribuições dos professores e intérpretes de Libras/Português e da formação de tradutores e intérpretes.</p> <p>GT Ensino de Libras: tem por objetivo elaborar proposta de ensino e difusão da Libras e de orientações para as unidades curriculares de Libras nos cursos de graduação.</p>
<p>Nota Técnica nº 04/Pró - Reitoria de Ensino/IFSC - Ensino de Libras, educação de surdos e tradutor/intérprete de Libras</p>	<p>-</p>	<p>Apresenta definições sobre os aspectos linguísticos e legais da educação de surdos, ressaltando que a tradução e interpretação poderá ocorrer de forma simultânea ou através da preparação dos materiais através da tradução e</p>

		<p>registro escrito (legenda em português) ou filmado, apresentando a janela em Libras. Além disso, faz referência a importância da pedagogia visual e a diferença da escrita do português dos estudantes surdos, tendo em vista que por não terem a oralidade, a maioria dos surdos não acessam a língua portuguesa dentro dos padrões da gramática. Com relação aos processos seletivos de ingresso e as avaliações, é destacado que devem ser disponibilizadas as provas traduzidas em Libras ou a presença do tradutor/intérprete de Libras. Também, podem ser adotados mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos. Nas provas com questões dissertativas ou redação, a correção dos textos deve valorizar o aspecto semântico e reconhecer a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da língua portuguesa.</p>
Plano de Inclusão	-	<p>Documento elaborado a partir das discussões advindas do Seminário de Políticas de Inclusão do IFSC, realizado em 2009, apresentando a necessidade de incluir as pessoas com necessidades especiais no Programa de Ações Afirmativas e já destacando a necessidade de adaptar mecanismos de linguagem inclusiva e estratégias didático-metodológicas conforme as necessidades dos estudantes. Nesse documento é citado que antes de ser IF, enquanto ainda era Centro de Educação Tecnológica, já existia a preocupação com a educação de surdos, sendo criado em 1998 o Núcleo de Educação Profissional para Surdos na unidade de São José/SC.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos documentos normativos publicados no site do IFRS e do IFSC.

Com a análise podemos perceber que ambas as instituições se comprometem com a educação inclusiva, apresentando a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas⁹ como princípio norteador da Instituição, retratando esta informação no Estatuto ou no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Com relação a estrutura organizacional, a responsabilidade pelas ações de acessibilidade e inclusão estão em Pró-reitorias distintas, mas em ambas, as informações estão contidas no Regimento Geral. No IFRS existe a Assessoria de Ações Inclusivas que está vinculada a Pró-reitoria de Extensão e no IFSC, as ações inclusivas estão vinculadas à Pró-reitoria de Ensino, onde tem o Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne), que faz parte da Diretoria de Assuntos Estudantis. Da mesma forma todos os *campi*, tanto do IFRS como do IFSC têm Napnes para assessorar e fomentar os processos de inclusão. Outro ponto que chama a atenção é que nas duas Instituições esses órgãos têm entre as suas funções sensibilizar e assessorar os gestores nas necessidades relacionadas à inclusão e, também, promover a capacitação dos servidores voltada ao atendimento das pessoas com necessidades educacionais específicas.

Após analisar a estrutura organizacional e os princípios institucionais, é possível identificar no PDI objetivos estratégicos relacionados à temática. No IFRS entre os objetivos estratégicos estão: promover, fomentar e subsidiar as ações de inclusão e verificar anualmente a manutenção da acessibilidade virtual no Portal do IFRS. Já no IFSC, entre os objetivos estratégicos estão: atender as pessoas com necessidades educacionais específicas e aprimorar o processo de ingresso dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Ainda no PDI, está representado o compromisso em buscar remover as barreiras atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e programáticas, buscando um currículo inclusivo que garanta formas de acesso adequadas e busque estratégias de permanência e êxito para os estudantes com necessidades educacionais específicas.

A partir dos principais documentos norteadores, passei a analisar documentos mais específicos que tratam da operacionalização das políticas institucionais, destacando nessa análise a presença de diretrizes na Organização Didática e no

⁹ Cada documento utiliza termos diferentes para fazer referência ao mesmo público. Em alguns documentos está como “pessoas com necessidades educacionais específicas”, em outros como “pessoas com necessidades especiais”, ou ainda, “pessoas com deficiência”. No quadro mantive os termos que estão nos documentos, no entanto, nas análises utilizarei o termo “pessoas com necessidades educacionais específicas”.

Regulamento Didático Pedagógico, que reconhecem o direito e a necessidade de estratégias diferenciadas para o atendimento e para a avaliação de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, além de reconhecer que estes estudantes precisam de tempo diferenciando para integralização do curso, considerando as adaptações curriculares.

Ressalto aqui, um documento de fundamental importância, de uma das Instituições, que é a Política de Ações Afirmativas, onde são estabelecidas cotas para pessoas com necessidades educacionais específicas. Conforme Gomes (2005) as ações afirmativas são voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade e à neutralização dos efeitos de toda e qualquer discriminação, seja racial, de gênero, de idade, de origem nacional ou por causa de características físicas. Assim, “a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.” (GOMES, 2005, p.49).

Nesse sentido, a Política de Ações Afirmativas é um dos documentos de maior relevância encontrados nesta pesquisa, pois a Lei nº 12.711/2012 estabelece apenas cotas para estudantes oriundos de escola pública, para estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos per capita e para pessoas autodeclaradas negras, pardas e indígenas, não fazendo referência as pessoas com necessidades educacionais específicas, ou com deficiência. Assim, ter cotas para pessoas com necessidades educacionais específicas é uma grande conquista, pois estas pessoas, e principalmente as pessoas surdas, poderão não ter as mesmas condições de acesso, pois elas têm outra língua e as provas não são elaboradas pensando nas necessidades e características dos surdos. Para tanto, com a aprovação da Política de Ações Afirmativas em 2014, a Instituição iniciou com a reserva de 5% das vagas por curso técnico e de graduação para pessoas com necessidades educacionais específicas, e, em 2015, com o início dos cursos de mestrado, ampliou a reserva de vagas também nos cursos de pós-graduação, sendo destinada 1 (uma) vaga de cada curso para pessoas com necessidades educacionais específicas.

Após analisar os documentos relacionados à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, é importante apresentar a análise dos documentos referentes às pessoas surdas. Na investigação foi possível identificar alguns Grupos de Trabalho relacionados à inclusão e entre eles grupos específicos

relacionados aos estudos surdos, o que demonstra que as Instituições vêm se preocupando com a temática e que isso já vem sendo discutido entre o grupo gestor.

No IFRS foi identificado um Grupo de Trabalho relacionado a acessibilidade e inclusão dos surdos, que deu origem a Comissão de Estudos Surdos, que é composta por representantes da gestão, professores surdos, professores de Libras ouvintes, Professores de Tradução e Interpretação de Libras e tradutores/intérpretes de Libras, e que tem por objetivo discutir e propor soluções para demandas institucionais referentes à inclusão das pessoas surdas. Já no IFSC, foram identificados dois GTs, um relacionado à tradução e outro ao ensino da Libras, ambos com o foco na capacitação e formação de profissionais para atuarem na área e também com o objetivo de propor meios para o ensino e difusão da Libras, sem falar ainda no potencial formativo do *Campus* Palhoça Bilíngue.

Para concluir a análise dos documentos internos do IFRS e do IFSC é importante apresentar as principais diretrizes institucionais relacionadas especificamente aos estudantes surdos, sendo destacado nos documentos:

- a) a necessidade de disponibilizar tradutores/intérpretes de Libras em todos os espaços institucionais;
- b) a importância de disponibilizar as provas dos processos seletivos e provas avaliativas em Libras, através de vídeos;
- c) as possibilidades de tradução e interpretação para Libras que poderão ser realizadas de forma simultânea, ou através da preparação dos materiais por meio de tradução e registro escrito (legenda em português) ou filmado, apresentando a janela em Libras;
- d) a importância da pedagogia visual e o reconhecimento da diferença da escrita do português dos estudantes surdos, tendo em vista que por não terem a oralidade, a maioria dos surdos não acessam a língua portuguesa dentro dos padrões da gramática, sendo que nas provas com questões dissertativas ou na redação, a correção dos textos deve valorizar o aspecto semântico e reconhecer a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa; e
- e) a possibilidade de adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos.

Com a apresentação dessas diretrizes presentes nos documentos do IFRS e do IFSC tem-se o embasamento para iniciar a análise dos processos institucionais relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos.

5.3 Considerações referentes à análise documental

A realização da análise documental, tanto dos documentos normativos que constituem as Políticas Públicas Educacionais Brasileiras, como as Leis, Decretos, Resoluções e Pareceres normativos relacionados à acessibilidade e à inclusão de pessoas com necessidades específicas e as pessoas surdas, quanto dos documentos internos do IFRS e do IFSC, permitiu a identificação dos principais fatores que estão envolvidos nos processos de inclusão e que deverão ser identificados nos processos de gestão realizados nestas Instituições.

Entre os principais fatores estão:

- a) criar estratégias de divulgação dos IFs para a comunidade surda;
- b) garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição de ensino;
- c) estabelecer cotas para pessoas com necessidades educacionais específicas nos processos seletivos de ingresso;
- d) proporcionar a acessibilidade do ingresso dos estudantes surdos, envolvendo para isso a tradução do edital, disponibilização de formulários, sistemas de inscrição, provas e processo de matrícula acessíveis, além de adotar critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa surda;
- e) pensar em estratégias para contratação de tradutores/intérpretes de Libras e fomentar a revisão da legislação referente aos pré-requisitos do cargo;
- f) realizar programas de capacitação e formação de servidores para atenderem os estudantes surdos, dando principal atenção à formação de professores;
- g) estabelecer estratégias para a formação de profissionais através da oferta de cursos de Letras/Libras e de cursos para formação de tradutores/intérpretes de Libras;
- h) desenvolver um currículo inclusivo e realizar a adaptação curricular, quando necessários;

- i) adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos;
- j) potencializar as atividades e os programas e projetos de pesquisa e extensão para desenvolver conhecimento e atender as demandas da comunidade surda, ampliando estas ações que atualmente estão restritas à alguns *campi*;
- k) pensar em estratégias para instigar nos estudantes surdos o desejo de fazer pesquisa e extensão, oferecendo a estes estudantes as mesmas oportunidades de formação; e
- l) desenvolver programas que possibilitem a integração das pessoas surdas na vida em sociedade e a inserção destes estudantes no mundo do trabalho.

6 GESTÃO POR PROCESSOS E AS POSSIBILIDADES DE ACESSO E INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS

Proporcionar aos estudantes surdos a acessibilidade nos processos de ingresso e permanência nos IFs, bem como, buscar estratégias que permitam a inclusão destes estudantes, a conclusão dos cursos e a inserção na sociedade e no mundo do trabalho é um dos desafios para a gestão educacional e corresponde ao compromisso legal e social implícito no papel do gestor.

Conforme pode ser verificado no capítulo 5 a legislação e as políticas internas dos IFs indicam alguns fatores importantes para viabilizar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos, no entanto, faltam estudos e diretrizes que apontem como isso pode ser operacionalizado. Nesse sentido, trago o mapeamento e a gestão dos processos como uma alternativa para buscar atender as necessidades dos estudantes surdos.

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar a gestão por processos como ferramenta de gestão, sistematizar os dados obtidos por meio das entrevistas, e a partir de um diálogo com os autores, discutir sobre os resultados obtidos e propor processos que possibilitem a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos IFs.

Nesse contexto, cabe ressaltar que a gestão por processos surge como uma metodologia consolidada tanto na iniciativa privada como nas organizações públicas, que visam alcançar melhores resultados através do aperfeiçoamento dos processos de trabalho. Desempenhado por todos os servidores e de forma contínua, a gestão de processos envolve conhecer, analisar, mudar e monitorar as rotinas de trabalho.

No entanto, cabe ressaltar, que processo não se restringe a atividades rotineiras e padronizadas, pois conforme Hammer (2013, p. 11) “processo significa posicionar atividades de trabalho individuais – rotineiras ou criativas – no contexto mais amplo das demais atividades com as quais ele se associa para gerar resultados”, assim, conhecer os processos é fundamental para pensar a gestão educacional.

Essa abordagem surgiu no intuito de “propor uma visão interfuncional das atividades e quebrar com o paradigma funcional, onde cada atividade é vista isoladamente” (PAVANI JÚNIOR, SCUCUGLIA, 2011, p. 103).

O Guia BPM CBOK¹⁰ - *Business Process Management Common Book of Knowledge* (2013), define a gestão de processos de negócio ou BPM – *Business Process Modeling* – como uma abordagem disciplinada para identificar, desenhar (ou projetar), executar, medir, monitorar e controlar processos, automatizados ou não, para alcançar consistência e resultados alinhados com os objetivos estratégicos da organização, envolvendo ainda, com a ajuda de tecnologia, formas de agregar valor, melhorias, inovações e o gerenciamento dos processos ponta a ponta, levando a uma melhoria do desempenho organizacional. Ainda, segundo o Guia BPM CBOK® (2013), um processo é uma lista definida de atividades ou comportamentos desempenhados por pessoas ou máquinas e tem um ou mais resultados que podem finalizar no encerramento do processo ou em uma entrega para outro processo, com o propósito de atingir uma ou mais metas.

Laurindo e Rotondaro (2006, p. 27) complementam o conceito trazido pelo Guia BPM CBOK, enfatizando que a gestão por processos tem por intuito qualificar os serviços prestados:

A gestão por processos pode ser entendida como um enfoque de desenvolvimento organizacional que tipicamente objetiva alcançar melhorias qualitativas de desempenho nos processos, tomando uma visão objetiva e sistêmica das atividades, estruturas e recursos necessários para cumprir os objetivos críticos do negócio. (LAURINDO e ROTONDARO, 2006, p. 27).

Para Thieves Jr. (2001), a estruturação da instituição em torno de seus processos de gestão significa uma mudança na postura administrativa tradicional, cujo enfoque estava no gerenciamento de como as atividades são executadas individualmente para uma visão global e dinâmica de toda a Instituição. Desta forma, possibilita a compreensão de como os processos são executados, permitindo, assim, uma melhor compreensão do todo organizacional.

Para compreender a gestão de processos (BPM), é necessário entender o que é um processo. Segundo o Guia BPM CBOK® (2013, p. 20):

[...] um processo é uma lista definida de atividades ou comportamentos desempenhados por pessoas ou máquinas e tem um ou mais resultados que podem finalizar no encerramento do processo ou em uma entrega para outro

¹⁰ O Guia BPM CBOK é uma referência importante na gestão por processos, sendo que grande parte dos livros sobre a temática fazem traduções a partir deste guia. Ele foi elaborado pela Associação Internacional de Profissionais da área de Gerenciamento por Processos e foi traduzido para a língua portuguesa em 2009.

processo, com o propósito de atingir uma ou mais metas. (GUIA BPM CBOK® 2013, p. 20).

Gerir processos é útil para qualquer tipo de organização, inclusive para instituições de ensino, já que a necessidade de coordenar deriva da ação de dividir e organizar o trabalho. Assim, segundo Pavani Júnior e Scucuglia (2011) a gestão por processos passa pelo estudo, entendimento, otimização e manutenção da divisão e organização das atividades que compõem o trabalho, mas não se resume a isso.

Os mesmos autores enfatizam que enxergar a organização sob a ótica de processos e geri-los de maneira a promover resultados é uma abordagem recente e que ainda enfrenta a resistência de muitos gestores. Essa abordagem surgiu no intuito de “propor uma visão interfuncional das atividades e quebrar com o paradigma funcional, onde cada atividade é vista isoladamente” (PAVANI JÚNIOR, SCUCUGLIA, 2011, p. 103).

Conforme Pavani Júnior e Scucuglia (2011), a gestão por processos envolve as etapas apresentadas na Quadro 09.

Quadro 09 – Etapas previstas na gestão por processos

ETAPA	DESCRIÇÃO
Estudo do trabalho	Processo de observação e levantamento de informações de um fenômeno, com o objetivo de detalhar sua lógica de funcionamento. Envolve a coleta de informações relacionadas com as atividades e trabalhos desempenhados.
Entendimento do trabalho	Mecanismo pelo qual se observa determinado fenômeno já existente, após o levantamento de informações obtidas no estudo do trabalho, com o objetivo de compreender suas particularidades e entender sua lógica de existência. Trata-se da transformação das informações colhidas em conhecimento do processo.
Otimização do trabalho	Procedimento contínuo de aperfeiçoamento sistêmico e sistemático da estrutura do trabalho com base nos conhecimentos obtidos no entendimento dos mesmos.
Manutenção do trabalho	Conjunto de práticas relacionadas a manter o trabalho dentro de padrões de eficácia e eficiência previstos.

Fonte: Pavani Júnior e Scucuglia (2011, p.61).

A apresentação destas etapas é importante para justificar que a gestão por processos não se resume ao mapeamento de processos. Conforme apresentado por Pavani Júnior e Scucuglia (2011) as duas primeiras etapas estão relacionadas ao

mapeamento dos processos, já a otimização e manutenção do trabalho estão relacionadas com a gestão por processos em seu aspecto mais amplo. O mapeamento de processos é importante, no entanto, “não é o único mecanismo para compreensão da estrutura atual dos sequenciamentos das atividades de um processo” (PAVANI JÚNIOR, SCUCUGLIA, 2011, p. 62).

Esta informação é importante porque não é objetivo deste estudo apresentar um mapeamento detalhado dos processos, tendo em vista a quantidade de processos envolvidos com a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos, mas sim, mapear as atividades principais que possibilitem o entendimento lógico da sequência de atividades e da conexão entre os processos.

Mesmo assim, é importante atender as áreas do conhecimento previstas no BPM CBOK (2013) para a aplicação da gestão por processos, conforme apresentado na Figura 12.

Figura 12 – Áreas de conhecimento em Gestão por Processos



Fonte: Pavani Júnior e Scucuglia (2011, p.104).

Assim, considerando as áreas do conhecimento cabe destacar a relevância da análise dos processos, onde devem ser identificados os processos mais importantes para que se possa pensar em propostas de melhoria. Pavani Júnior e Scucuglia (2011, p. 162) destacam que “otimizar processos talvez seja a principal atividade na gestão por processos” e que os processos identificados como prioritários é que deverão ser considerados na proposta para melhoria de resultados.

Não tem como falarmos em gestão dos processos sem darmos atenção a gestão estratégica, pois a gestão dos processos será realizada no intuito de atingir um resultado que será importante para alcançar as metas e os objetivos. Nesse sentido, destaca-se a importância da gestão estratégica no estabelecimento dos processos que irão possibilitar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos, pois parte da definição de uma política de inclusão, passa pela descrição dos processos necessários e se concretiza pela identificação das atividades necessárias para atingir os resultados.

Conforme Campos (2003) a gestão por processos, através da identificação, desenvolvimento e administração das suas principais atividades, implementa e viabiliza os objetivos estratégicos da instituição.

Conforme Weindling (2008), o planejamento sempre foi uma das funções gerenciais de maior importância para uma organização. Weindling (2008) complementa que os gestores estratégicos das organizações sem fins lucrativos devem saber combinar habilidades políticas e interpessoais com um conjunto claro de valores, direcionando e fazendo julgamentos entre as necessidades e interesses conflitantes.

Campos (2003) ainda acrescenta que um dos conceitos principais associados à gestão por processos é vermos a organização como um sistema integrado, onde o trabalho é executado através de seus processos.

Segundo a abordagem de Rummler e Brache (1992) quando examinamos com atenção uma organização, a primeira coisa que vemos são as diversas funções. No entanto, a visão sistêmica sugere que essa perspectiva não nos permite compreender o modo como o trabalho é realmente feito, e isso é um precursor necessário ao aperfeiçoamento do desempenho. Para ter essa compreensão, precisamos olhar os processos.

Os autores complementam que a falta de visão sistêmica dos processos da organização, aliada a uma preocupação das equipes apenas com suas áreas, são alguns dos fatores que criam um conjunto desalinhado de esforços, que podem fazer com que não sejam atingidos os resultados com eficácia.

Conforme Campos (2003) o processo é o nível menos entendido e menos gerenciado de uma organização e cabe aos gestores optar por ignorar os processos e esperar que os resultados sejam atingidos ou compreendê-los e gerenciá-los.

Rummler e Brache (1992) afirmam que não melhorar o desempenho do processo implica não melhorar o desempenho da organização e que não gerenciar os processos de maneira efetiva significa não gerenciar efetivamente os negócios.

Campos (2003) identifica em seus estudos alguns benefícios trazidos pela gestão por processos, como por exemplo, facilitar a gestão do conhecimento organizacional e a gestão de competências, instrumentalizar a aplicação de abordagens inovadoras, conferir objetividade e agilidade às atividades e facilitar a gestão através da identificação de indicadores de desempenho e medição de melhorias nos processos.

Nesse sentido, a gestão por processos se torna de fundamental importância para que se possa compreender quais são os macroprocessos e os processos necessários para possibilitar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos IFs. Cabe conceituar que os macroprocessos são conjuntos de processos executados de forma ordenada no intuito de realizar os objetivos e metas organizacionais. (GUIA BPM CBOK® 2013).

É fundamental destacarmos que o acesso e a inclusão dos estudantes surdos são um direito social, conquistado por Lei, conforme descrito no capítulo 5, cabendo aos gestores das Instituições de Ensino buscarem estratégias para garantir esse direito.

6.1 Identificação dos atuais processos de gestão e considerações dos atores da pesquisa

Para poder estudar os atuais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos IFs, partimos para o relato dos dados obtidos através das entrevistas. Essa é uma das etapas mais importantes da pesquisa, pois, como afirma Creswell (2010, p. 216) “o processo de análise de dados envolve extrair sentido dos dados”. Assim, considerando ser um estudo de caso, antes de identificar as categorias de análise, se fez necessário descrever os dados, buscando analisá-los a partir de temas centrais. (CRESWELL, 2010).

Para dar significado aos dados de uma pesquisa qualitativa, Creswell (2010) sugere uma abordagem linear, hierárquica, construída de baixo para cima, mas que na prática, seus estágios são inter-relacionados e envolvem: a organização e

preparação dos dados para a análise, a leitura de todos os dados, a codificação, que é o processo de organizar os dados antes de atribuir significado para as informações, e a partir da codificação, a definição das categorias ou temas de análise e a narrativa, que comunica os resultados, a interpretação dos dados e os seus significados.

Conforme descrito no capítulo 3, no intuito de dar voz a todos os protagonistas envolvidos nos processos de acessibilidade e inclusão e de atingir o objetivo proposto para esse estudo, foram entrevistados estudantes surdos, tradutores/intérpretes de Libras, professores e gestores, tanto do IFRS como do IFSC, ficando a amostra assim distribuída:

Quadro 10 – Participantes da pesquisa

CATEGORIAS DE PARTICIPANTES DA PESQUISA	QUANTITATIVO*
Estudante surdo	6
Tradutor/intérprete de Libras	2
Professor	2
Gestor	4
TOTAL	14

*Para a escolha dos participantes da pesquisa foi considerada a divisão paritária entre o IFRS e o IFSC em todas as categorias de participantes.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da proposta metodológica da pesquisa.

Para melhor compreensão dos dados e posterior relação entre os discursos de cada categoria de participantes a sistematização dos resultados das entrevistas será apresentada em subseções distintas sendo possível identificar o objetivo e a metodologia de análise de cada grupo de entrevistas, principalmente considerando que as perguntas iniciais realizadas para cada categoria de participante são diferentes umas das outras, com exceção das entrevistas dos tradutores/intérpretes de Libras e dos professores, que por ser o mesmo roteiro de questões, os resultados serão apresentados na mesma subseção.

6.1.1 A acessibilidade e a inclusão nos IFs a partir do olhar dos estudantes surdos

Ao tratar da temática de acessibilidade e inclusão de estudantes surdos, não podemos deixar de dar voz aos principais atores desse processo que são os próprios estudantes surdos. Os processos de gestão abordados nessa pesquisa devem ser

estruturados no intuito de atender as necessidades desses sujeitos e só podemos compreender que necessidades são essas conhecendo suas características e buscando identificar quais são as expectativas que eles têm relacionadas aos IFs e o que essas instituições podem fazer para se tornarem efetivamente inclusivas.

Conforme previsto nos objetivos específicos, para mapear e analisar os atuais processos de gestão e poder propor melhorias é fundamental identificar as principais necessidades dos estudantes surdos, considerando suas características culturais e linguísticas e verificar se as ferramentas de comunicação institucional e a prova do processo seletivo, estão acessíveis aos estudantes surdos. Assim como foi discutido no capítulo 4, tendo como base os argumentos de Lopes (2010), somente permitir o acesso não basta para ser uma instituição inclusiva, no entanto, se não pensarmos no acesso desses estudantes não teremos como discutir a permanência, tendo em vista que sem equidade nos processos de ingresso os surdos provavelmente não se tornarão estudantes dos IFs.

Logo, é importante que as Instituições de Ensino Superior “se mostrem preocupadas e atentas ao imperativo da inclusão, abrindo-se para processos mais inclusivos e investindo em sujeitos que ainda são invisíveis na comunidade acadêmica.” (PROVIN, 2013, p. 103).

Para tanto, buscando atender aos objetivos específicos supramencionados, foram entrevistados 6 (seis) estudantes surdos – 3 (três) de cada uma das Instituições - e na conversa foram abordados assuntos referentes ao acesso e a permanência nos IFs. Cabe destacar que desses estudantes, cinco estão com os cursos em andamento e um concluiu o curso em 2015. Nas entrevistas foi questionado desde como eles conheceram o IF, até como foi para realizar a inscrição no Processo Seletivo, a prova, a matrícula e como foi ou está sendo efetivamente o dia a dia em sala de aula.

Os estudantes surdos participantes da pesquisa têm entre 18 (dezoito) e 26 (vinte e seis) anos, sendo dois homens e quatro mulheres, e destes, 1 (um) já concluiu o curso de nível superior, 3 (três) realizam curso de nível superior e 2 (dois) realizam cursos técnicos de nível médio. No decorrer do relato da pesquisa serão utilizadas para identificação dos entrevistados letras do alfabeto, assim sendo, “estudante A”, “estudante B”, “estudante C”, “estudante D”, “estudante E” e “estudante F”.

As entrevistas como os estudantes surdos foram realizadas em dois blocos, no primeiro foi questionado como esses estudantes conheceram a instituição – para

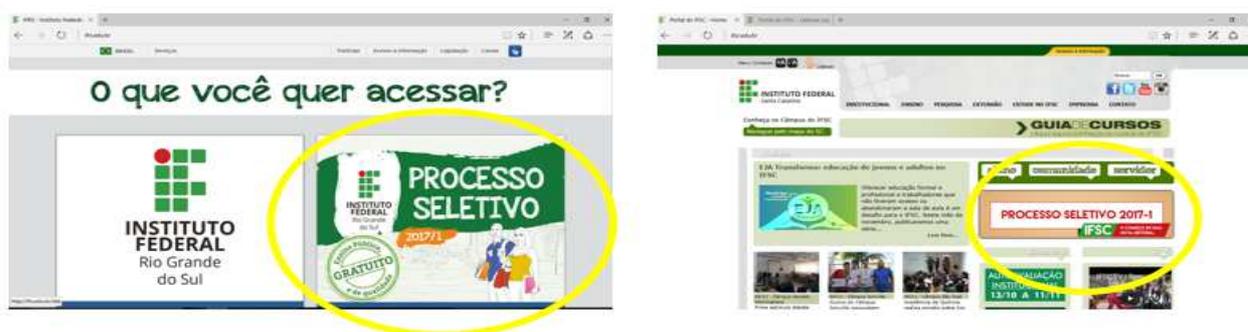
poder identificar o que pode ser realizado na divulgação institucional – e em seguida foi proposto que eles realizassem a simulação da inscrição no Processo Seletivo de cada uma das Instituições, sendo estimulados à explorar o *site* institucional, bem como, o portal de ingresso e os documentos relativos aos procedimentos de inscrição e matrícula.

Com relação ao como conheceram os IFs, 66,7% dos estudantes entrevistados relataram que alguma pessoa ouvinte comentou sobre o processo seletivo, na maioria deles familiares, e 33,3% conheceram por intermédio de amigos surdos que já estudavam na Instituição, no entanto, nenhum deles realizou a sua inscrição, todos tiveram auxílio de um ouvinte, familiar ou amigo. Dos estudantes entrevistados, 50% disseram que seria importante que na escola, no ensino médio, falassem para eles da possibilidade de estudar em um IF, porque senão eles perdem a oportunidade.

Na sequência, considerando que todas as informações para o ingresso são disponibilizadas no *site* das Instituições, através de documentos oficiais, e que ambas as Instituições no período da coleta de dados estavam com o Processo Seletivo de ingresso para o ano de 2017 em andamento, foi proposto aos estudantes que eles pudessem simular sua inscrição e que apresentassem a sua percepção sobre a acessibilidade das informações disponibilizadas atualmente, e que a partir dessa simulação apresentassem sugestões do que poderia ser feito para tornar os sistemas e os documentos mais acessíveis.

Em ambas as instituições os estudantes ressaltaram a importância da utilização do *banner* do Processo Seletivo na página principal, conforme pode ser visualizado na Figura 13.

Figura 13 – Banner para acesso ao Processo Seletivo de ingresso no IF



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens capturadas do *site* do IFRS e do IFSC.

Justificando a importância da utilização do *banner*, os estudantes relataram a dificuldade que enfrentam para encontrar as informações quando é utilizado muito texto e poucas imagens, principalmente porque o vocabulário do surdo em português é reduzido se comparado ao vocabulário de uma pessoa ouvinte. Tal exemplificação foi apresentada por um dos entrevistados, identificado como “estudante A”, quando apontou que, caso não tivesse o *banner* teria que procurar a palavra “ingresso” no menu, conforme Figura 14.

Figura 14 – Informação sobre o ingresso apenas no menu



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens capturadas do *site* de uma das Instituições.

O entrevistado ainda relatou que só a palavra “ingresso” não tinha sentido, citou que:

“[...] ingresso uso para ir show, ir cinema, eu ia procurar a palavra vestibular [...] percebi que ingresso e processo seletivo eram as palavras usadas para fazer prova e estudar no IF quando vi a imagem com essas palavras juntas e a figura dos estudantes, assim que aprendi que usam processo seletivo no lugar de vestibular”. (Estudante A).

Com o relato desse estudante podemos perceber a importância da imagem e do visual na construção do sentido do texto escrito em português. Esta constatação vai ao encontro do que foi afirmado por Reily (2003, p. 169), quando ela destaca a

importância do canal visual para o surdo e afirma “o poder constitutivo da imagem, tanto no sentido de ler imagens quanto no de produzi-las”. Essa é uma importante contribuição para a pesquisa, pois retrata a necessidade de explorar o visual e refletir sobre a utilização de termos mais compreensíveis em todos os processos relacionados ao acesso e a permanência dos estudantes surdos no IFs.

O “estudante B” também fez um apontamento interessante quanto à utilização das palavras em português, apresentando sua preferência pelo uso do termo “vestibular” ao invés de “processo seletivo”, ressaltando que “a palavra ‘seletivo’ pouco confuso porque depende do contexto. Pode ser usada, por exemplo, para escolher alguma coisa.” (Estudante B).

Dando continuidade à análise, os estudantes acessaram a página do Processo Seletivo de Ingresso 2017/01 das duas instituições e fizeram novamente apontamentos com relação à importância das informações visuais. Em um dos sites as informações estão disponibilizadas usando palavras principais e na outro o texto explicativo é extenso e os entrevistados relataram dificuldade em encontrar as informações. Essa diferença pode ser percebida na Figura 15.

Figura 15 – Página de acesso ao Portal de Ingresso das Instituições



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens capturadas do site do IFRS e do IFSC.

Após acessar Portal de Ingresso todos os estudantes participantes da pesquisa foram diretamente para o local onde estava escrito “inscrição”, sendo que nenhum

deles buscou informações no Edital ou no Manual do Candidato. Quando questionados se eles sabiam como estava organizado o processo seletivo, quando seriam as provas ou o que eles precisavam fazer para ter intérprete de Libras, apenas “estudante E” relatou que essas informações deveriam estar no edital, mas ao mesmo tempo que demonstrou saber o que era o edital disse que o mesmo *“é muito complexo, tem muitas informações e é muito difícil de entender.”* (Estudante E).

O “estudante C”, que relatou saber o que era o edital, disse que seria bom fazer vídeo em Libras com as informações principais, mas que esse vídeo precisa estar visível, não adianta estar em outras abas, onde o candidato surdo vai ter que procurar. Ainda citou que quando fez a prova para ingressar no IF, em 2015, *“tinha o vídeo com as informações referentes ao período de inscrição, data e local da prova, e, também, que tinha um outro vídeo que explicava como fazer inscrição de graça.”* (Estudante C). O entrevistado concluiu dizendo que ficou surpreso que nesse ano não tinha o vídeo para o Processo Seletivo.

Nesse relato surgem dois pontos muito importantes, o primeiro deles é a incontinuidade das ações, sendo que as instituições avançam proporcionando mecanismos de inclusão, como por exemplo, as informações sobre o edital em Libras, mas nos anos seguintes estas ações deixam de ser realizadas, o que de certa forma é incoerente, considerando a exigência legal estipulada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicado em 2015, que declara como dever das Instituições de Ensino Superior disponibilizarem os editais de Processos Seletivos traduzidos para a Libras, conforme foi destacado no capítulo 5. O outro ponto que chamou a atenção nesse relato foi que os surdos não conhecem sobre a possibilidade de solicitar isenção da taxa de inscrição, sendo que 100% dos estudantes entrevistados disseram não conhecer nem mesmo o significado da palavra “isenção”. Ao explicar o significado da palavra, o “estudante C” disse que essa informação é muito importante para os surdos, que já têm um custo adicional para realização das provas, pois, segundo ele:

“O surdo paga mais caro para fazer prova e para entrar nos IFs porque precisam pagar a inscrição e também precisam entregar atestado médico para provar que é surdo, e sempre pedem para o atestado ter sido feito pelo médico no máximo há 90 dias. Assim pagamos inscrição, pagamos consulta do médico, e tem vezes, que precisamos mandar o atestado médico pelo correio, por Sedex, assim o surdo precisa de mais dinheiro para poder fazer a prova e têm surdos que não se inscrevem para fazer a prova porque não tem dinheiro.” (Estudante C).

Mesmo o “estudante C” que relatou ter visto o vídeo em Libras em anos anteriores explicando sobre a inscrição gratuita não relacionou a possibilidade de gratuidade com a palavra “isenção”. Assim, frente ao desconhecimento sobre a palavra “isenção”, os entrevistados foram questionados se sabiam o que significava a palavra “cotas”, e mais uma vez 100% dos estudantes participantes da pesquisa declararam não conhecer a palavra. Essa é uma situação muito delicada e merece a atenção dos gestores, pois as cotas são criadas como política pública para dar oportunidades às pessoas que por inúmeras razões ficam excluídas da sociedade, sendo que para os surdos as cotas para pessoas com necessidades educacionais específicas são de extrema relevância, pois na forma como as avaliações são elaboradas o surdo dificilmente terá a mesma condição de acesso, mas, essas informações não chegam até eles.

Ainda com relação à importância do vídeo em Libras com as informações principais constantes no edital, ao acessar a página do *Campus Palhoça Bilíngue*, verificamos que apenas nesse *Campus* tem a informação em Libras, conforme segue na Figura 16.

Figura 16 – Vídeo em Libras sobre o edital do Processo Seletivo – *Campus Palhoça Bilíngue*



Fonte: Imagens capturadas do *site* IFSC, *Campus Palhoça*.

Destaco que essa metodologia de apresentação das informações deveria ser utilizada por toda Instituição, e não apenas pelo *Campus Palhoça Bilíngue*, pois o

candidato surdo pode querer fazer um curso na mesma Instituição mas em outro *campi*. Ao mostrar aos entrevistados esse vídeo todos eles disseram que essa mesma metodologia poderia ser utilizada em todas as informações, sendo realizados vídeos curtos e colocando a imagem de identificação em Libras, “*isso atrai a atenção do surdo, faz com que ele se sinta respeitado e ele não vai deixar de consultar a informação*”. (Entrevistado F).

Farias (2004) comprova a importância da utilização de vídeos na mediação com os estudantes surdos, ressaltando que a tradução do texto escrito para a Libras, apresentado através de vídeo, representa a possibilidade para muitos surdos de acessar informações e interagir com a comunidade.

Na sequência, os entrevistados realizaram a simulação da inscrição e foram apontando quais eram as palavras desconhecidas e sugerindo alterações no sistema de inscrição. Tendo em vista que muitas informações se repetem no sistema e nos documentos tanto do IFRS como do IFSC, apresento aqui quais foram os pontos de maior relevância destacados pelos estudantes entrevistados, considerando as dificuldades, os pontos positivos e as sugestões de alteração, não identificando a instituição.

Ao acessar a primeira página da inscrição os candidatos surdos já se depararam com alguns desafios, conforme apontado na Figura 17.

Figura 17 – Página de inscrição para o processo seletivo

Formulário de Inscrição

Escolha do curso

Integrado/Concomitante Técnico Subsequente Superior

Identificação

Endereço

Modalidade de Seleção

Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens capturadas do *site* do IFRS e do IFSC.

Os entrevistados relataram não conhecerem as palavras “integrado”, “concomitante” e “subsequente”, sendo necessária a explicação dos seus significados. Como alternativa, 66,7% dos estudantes entrevistados sugeriram que poderia ser utilizado vídeos em Libras explicando cada uma dessas palavras, sendo que esses vídeos poderiam ser disponibilizados por meio de *links* na própria palavra. Além disso, sugeriram que no lugar da palavra “superior” fosse utilizada “graduação”.

Na página de identificação do candidato, os estudantes entrevistados apresentaram dúvidas sobre o significado de “nome social”, sendo que sugeriram também, a utilização do vídeo explicativo em Libras. O estudante E citou que “a utilização dos vídeos é importante porque tem como dar exemplos ou mostrar imagens.” (Estudante E).

Ainda, os entrevistados questionaram sobre o significado das palavras “destro” e “canhoto”, onde o “estudante C” disse que “seria melhorar utilizar a pergunta: você escreve com a mão direita ou com a mão esquerda”. Esses apontamentos podem ser visualizados na Figura 18.

Figura 18 – Página de identificação do candidato

Identificação

Atenção: conforme o item 2.2 do manual do candidato, não são considerados válidos os documentos onde se lê “não-alfabetizado” nem os com fotografia desatualizada. Se for o seu caso, providencie até o dia da prova um documento atualizado.
<http://www.agenda.tuofacil.rs.gov.br/taewebpublico/index.asp>

Nome

Desejo utilizar nome social, de acordo com minha identidade de gênero, assumindo inteira responsabilidade e ciência de que este constará em lista de chamada, prova e demais documentos referentes a esse processo. (Portaria MEC 1.812/2011; Resolução CNCU/LGBT 12/2015; Resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCU/LGBT 12/2015). Conforme o Art. 11 –parágrafo único- da Resolução nº 054 do Conselho Superior do IFRS –CONSUP- os menores de 18 anos deverão ter a autorização do responsável legal. A autorização deverá ser preenchida e assinada e enviada para o e-mail psicologias@ifs.edu.br até o dia 08/11/2015.

Nome Social

Nome da Mãe

Nome do Pai

Data de Nascimento exemplo: 10/04/1994

Sexo

Você é

CPF: Caso aprovado, é obrigatório o candidato ter CPF próprio para fazer a matrícula.
<https://www.comecos.com.br/para-voce/comecos-de-a-a-citpf-cadastro-de-pessoa-fisica>

CPF

Identidade: Não são considerados válidos os documentos onde se lê “não-alfabetizado” nem os com fotografia desatualizada. <http://www.tuofacil.rs.gov.br/servico/292/carteira-de-identidade>

Identidade

Confirmação da Identidade

Órgão Expedidor

Fone fixo 000 + número

Celular 000 + número

Nacionalidade

E-mail

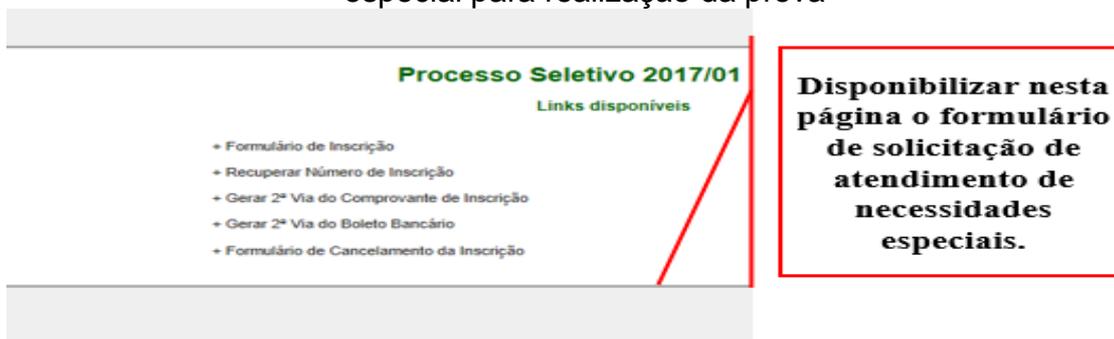
Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens capturadas do *site* do IFRS e do IFSC.

Ainda, para que o candidato surdo tenha garantida a presença do tradutor/intérprete de Libras durante a realização da prova e para que concorra a vaga para pessoa com necessidade educacional específica, no caso da instituição ter cotas para esta finalidade, ele precisa preencher um formulário específico e apresentar um laudo médico com a identificação do Código Internacional de Doença (CID), este procedimento é padrão e consta em todos os editais de Instituições de Ensino Públicas e Privadas.

No entanto, muitos dos candidatos não leem esta informação no edital. No sistema de inscrição apresentado na Figura 28 foi apresentado como estratégia utilizar um lembrete sobre a necessidade de enviar o formulário, só que, os estudantes participantes da pesquisa tiveram muita dificuldade em localizar o documento, sendo que todos eles precisaram do auxílio da pesquisadora, porque este formulário é um anexo do Manual do Candidato, que é um documento que fica em uma das abas do Portal de Ingresso, junto com o edital, sem contar que, o formulário de solicitação de condição especial é um dos últimos anexos do documento e fica após os anexos referentes aos documentos necessários para a matrícula. Além disso, em uma das instituições, após localizar o formulário e ter o laudo médico, o candidato surdo deve enviar este material por *sedex* para a Comissão Central organizadora do Processo Seletivo.

Nesse sentido, 100% dos estudantes entrevistados sugeriram que o formulário esteja mais acessível, estando disponível, por exemplo, na página inicial do sistema de inscrição, conforme identificado na Figura 20, ou que no lembrete utilizado atualmente esteja o *link* direto para o formulário.

Figura 20 – Sugestão de disponibilização do formulário de solicitação de condição especial para realização da prova



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens capturadas do *site* do IFRS e do IFSC.

Outro ponto importante destacado foi que em uma das instituições os documentos não precisam ser enviados pelo correio, mas sim, devem ser anexados no próprio sistema de inscrição o que foi considerado pelos estudantes entrevistados como de extrema importância, pois facilita o envio e diminui os custos para o candidato surdo.

O último passo da inscrição é a modalidade de seleção, que está relacionada ao sistema de cotas e a reserva de vagas. Nesse item, são utilizados termos complexos até mesmo para os candidatos ouvintes. Conforme apresentado na Figura 21, o termo “acesso universal” é o que causa maior estranhamento aos candidatos.

Figura 21 – Identificação da modalidade de seleção

Modalidade de Seleção

Clique nas opções abaixo para visualizar a ajuda de cada item

1. Acesso Universal

2. Acesso Universal e Reserva de Vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo por pessoa

3. Acesso Universal e Reserva de Vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo por pessoa e autodeclarado preto ou pardo

4. Acesso Universal e Reserva de Vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo por pessoa e autodeclarado indígena

5. Acesso Universal e Reserva de Vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo por pessoa

6. Acesso Universal e Reserva de Vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo por pessoa e autodeclarado preto ou pardo

7. Acesso Universal e Reserva de Vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo por pessoa e autodeclarado como indígena

8. Acesso Universal e Reserva de Vagas para Pessoa com Deficiência

Esta modalidade de ingresso é destinada para pessoas com deficiência que se enquadrem no item 1.4 do Edital 024 ou Edital 025 ou Edital 026

finalizar inscrição

Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens capturadas do *site* do IFRS e do IFSC.

No sistema de inscrição de uma das instituições essa dificuldade é minimizada por ter reserva de vagas para pessoas com deficiência, assim, o candidato surdo vai direto nessa opção, essa foi a atitude de 100% estudantes entrevistados. No entanto,

na Instituição que não tem reserva de vagas, os estudantes entrevistados ficaram confusos na escolha. Após a pesquisadora explicar o que significa “acesso universal” os entrevistados sugeriram que se fizesse vídeo em Libras com essa explicação e que não fosse repetido o termo em todas as opções. Outra palavra desconhecida pelos surdos é “egresso”, sendo que após a explicação da pesquisadora, 66,7% dos estudantes entrevistados sugeriram a substituição de “egressos de escola pública” por “estudantes que estudaram em escola pública”. O “estudante A” relatou que *“a palavra egresso muito difícil, pensei que tinha relação com deficiente porque na mesma frase escrito reserva de vaga”*. (Estudante A).

Outros termos desconhecidos aos entrevistados foram: renda familiar bruta, autodeclarado e pardo, sendo sugerido a utilização de vídeos ou de imagens. Ainda na Figura 21, foi apontado como positivo utilizar o *link* que direciona diretamente aos Editais, sendo ressaltado que para os vídeos explicativos em Libras poderia ser utilizada a mesma metodologia.

Para finalizar a inscrição, foi sugerido pelo “estudante A” que tivesse a opção de anexar o formulário para solicitação de condição especial para realização da prova e o laudo médico no próprio sistema de inscrição, ou que, caso não tenha essa possibilidade, tenha um novo lembrete dessa necessidade. Ainda, este entrevistado ressaltou que *“as instituições precisam lembrar que os surdos não falam no telefone e que se precisarem se comunicar com o candidato surdo precisam enviar e-mail ou mensagem de texto no celular (SMS)”*. (Estudante A).

Finalizada a inscrição, os estudantes entrevistados manifestaram outra preocupação com relação a divulgação das informações sobre a realização da prova. O “estudante F” relatou que quando fez a sua inscrição no Processo Seletivo não conseguia entender o que significava a palavra “homologação”, e disse que ficava assustado porque essa palavra aparecia muitas vezes, até que pediu para sua mãe explicar o que significava. A sugestão dos entrevistados é que tanto na divulgação sobre a prova, como no momento da matrícula, seja utilizado pouco texto e muitas informações visuais, com imagens, para possibilitar que o surdo, mesmo não conhecendo a palavra, consiga compreender pelo contexto.

Após simular a inscrição, os estudantes entrevistados foram questionados em como foi a prova do processo seletivo quando eles ingressaram na Instituição. Com relação a esta informação cabe destacar que, dos participantes da pesquisa, 66,7%

deles realizaram a prova para ingressar na Instituição e os outros 33,3% ingressaram em cursos técnicos e a forma de seleção foi por meio de sorteio público. Ainda, se faz necessário esclarecer que no *Campus* Palhoça Bilíngue, são utilizadas estratégias que priorizam o ingresso de estudantes surdos, sendo que nos cursos técnicos onde é realizado sorteio público, um dos cursos é para a formação de tradutores/intérpretes de Libras, sendo exclusivo para ouvintes, o outro curso tem uma turma para ouvintes e uma turma para surdos. Já nos cursos superiores, onde é realizada a prova, as vagas são prioritárias para os candidatos surdos, sendo esta possibilidade amparada pelo Decreto 5.626/2005, por serem cursos relacionados à formação de profissionais para atuarem na educação de surdos. Nos demais *campi* não existe diferenciação e na prova é garantido a presença do tradutor/intérprete de Libras.

Dos candidatos que realizaram a prova para o ingresso em um dos IFs, o “estudante D”, que já concluiu o curso, relatou que conseguiu ingressar na Instituição após três tentativas, sendo que nas duas primeiras ele não obteve a aprovação principalmente porque a sua nota na redação era muito baixa. Na terceira tentativa ele teve o tradutor/intérprete de Libras durante a prova e a redação foi corrigida por equipe de profissionais graduados em Letras/Libras, que conhecem a singularidade linguística dos surdos e assim ele obteve a aprovação, destacou que nesse período ainda não tinham cotas para pessoas com necessidades educacionais específicas, mas que, mesmo assim, conseguiu ingressar no curso superior. Com relação à prova objetiva, declarou que *“a prova é bastante difícil para o surdo, principalmente as questões de gramática do português.”* (Estudante D).

Ao analisar o discurso do “estudante D” trago novamente o princípio da equidade, sendo importante refletirmos como a falta de recursos adequados e de processos inclusivos interferem na vida pessoas, pois esse estudante levou 3 (três) anos para conseguir ingressar em um curso de nível superior, e o que faltava para que ele tivesse ingressado na 1ª tentativa era uma solução simples – ter o profissional adequado para correção da redação. Agora eu pergunto: o que esse estudante deixou de viver nesses 3 (três) anos? Que oportunidades ele perdeu?

Logo, a gestão educacional ao pensar nos processos não pode apenas olhar para as atividades institucionais, mas deve refletir de que forma as ações ou omissões institucionais impactam na vida da sociedade.

Dos outros estudantes surdos entrevistados que realizaram a prova, 33,3% fizeram a prova em Libras e destacaram que a experiência foi muito importante e que se sentiram muito respeitados. Realizaram a prova em um laboratório de informática, cada um em um computador e as questões eram apresentadas no vídeo em Libras, mas que, mesmo assim, tinham a prova em português e o tradutor/intérprete de Libras.

O “estudante A” relatou que *“isso foi muito importante, pois como a Libras tem sinais regionalizados às vezes o surdo não conhece um sinal que foi utilizado no vídeo, assim podiam conferir na prova escrita em português o que aquilo significava.”* Esse estudante ainda complementou dizendo que *“realizar a prova em Libras foi uma oportunidade de conhecer novos sinais e novas palavras”*. (Estudante A).

O “estudante C” destacou que seria importante ter acesso a essas provas em Libras para o surdo poder se preparar, assim como os ouvintes também estudam resolvendo questões de provas anteriores. Ainda, disse que é importante ter as duas opções de provas porque têm surdos que vão preferir a prova em Libras e têm surdos que vão preferir a prova em português.

“Na minha opinião seria bom fazer as provas em Libras como vídeos e em português porque tem alguns surdos sabem mais escrever em português do que Libras, seria bom prova de português e se for o surdo não sabe em português e seria bom o vídeo”. (Estudante C).

Com relação a sugestão de disponibilizar as provas anteriores, na Instituição que realiza a prova em Libras, essas provas estão disponíveis, conforme apresentado na Figura 22. No entanto, com o relato do “estudante C” percebe-se que se faz necessário pensar em alternativas para que os estudantes surdos tenham essa informação, pois não adianta ter todo um esforço institucional na produção de materiais acessíveis se esses materiais não chegam até o público de interesse.

Cabe destacar que a elaboração e disponibilização das provas do processo seletivo em Libras é uma ação inovadora e merece ser divulgada, pois, a metodologia utilizada para a apresentação dos conteúdos pode servir de modelo para produção de outros materiais didáticos, informativos e comunicacionais imprescindíveis em todos os espaços formativos. Além disso, esta atitude de elaboração de conteúdos acessíveis é uma demonstração de respeito e aceitação da cultura surda, indo ao encontro das afirmações de Lopes (2011) quando ela ressalta que a aceitação da

diferença cultural do surdo acontece a partir do momento em que o caráter bilíngue da educação para surdos é reconhecido, conforme exemplificado na Figura 22.

Figura 22 – Prova em Libras disponibilizada no *site*

The image shows a screenshot of the IFRS website. On the left, under the heading 'Provas e Gabaritos Anteriores', there is a 'Processo Seletivo 2016/2' section with several buttons: 'Prova dos Cursos Subsequentes', 'Gabarito Cursos Subsequentes', 'Prova dos Cursos Superiores', 'Gabarito Cursos Superiores - Espanhol', 'Gabarito Cursos Superiores - Inglês', and 'Prova em Libras'. A red arrow points to the 'Prova em Libras' button. The main content area features a video player showing a person signing, with the number '15' in the top left corner. To the right of the video player, the text reads 'Prova LIBRAS 2016/2', 'ComunicaIFRS', and 'REPRODUZIR TUDO'. Below the video player, there is a list of four videos:

Índice	Título	Duração	Visualizações
1	IFRS LIBRAS - Ciências da natureza e suas tecnologias - PS 2016/2	18:29	10:29
2	IFRS LIBRAS - Ciências Humanas e suas Tecnologias - PS 2016/2	23:41	23:41
3	IFRS LIBRAS - Linguagens, códigos e suas tecnologias - PS 2016/2	14:16	14:16
4	IFRS LIBRAS - Matemática e suas tecnologias - PS 2016/2	10:12	10:12

Fonte: Site do IFRS – Portal de Ingresso.

Após a realização da prova ou do sorteio, ainda relacionado ao ingresso, vem os procedimentos para a matrícula, sendo outro desafio para o surdo. Prova disso é que dos estudantes entrevistados, 100% precisaram do auxílio de um familiar ou de um amigo ouvinte para a realização da matrícula. Todos relataram que isso acontece porque os documentos referentes à matrícula são muito complexos, tem muitas palavras diferentes, precisam de várias declarações e o surdo tem muita dificuldade de entender. Assim, os estudantes entrevistados sugeriram que, da mesma forma como para a inscrição, poderiam ter vídeos explicativos em Libras, além de ser fundamental quando o surdo for fazer a matrícula ter o tradutor/intérprete de Libras, pois esse profissional não é necessário apenas na sala de aula.

Após analisar os fatores que interferem para o ingresso dos estudantes surdos nos IFs, passei para o segundo bloco da entrevista, onde conversei com esses estudantes sobre a permanência na Instituição, buscando identificar como se dá a inclusão atualmente, o que está faltando e qual a percepção destes estudantes surdos do que precisaria ter em seu processo de formação para que pudessem de fato se sentirem incluídos e preparados para as posteriores vivências profissionais. Para tanto, foram realizadas 7 (sete) perguntas e os discursos de maior relevância e frequência estão apresentados no Quadro 11.

Quadro 11 – Dados referentes às entrevista realizadas com os estudantes surdos

PERGUNTAS	ELEMENTOS PRINCIPAIS	FREQUÊNCIA	%
O que o surdo precisa na sala de aula para que tenha acesso ao conteúdo?	Intérprete de Libras	6	100
	Usar bastante o visual/imagens	6	100
	Utilizar exemplos para explicar o conteúdo	6	100
	Atividades práticas, não adianta só ler	4	66,7
	Passar conteúdo em <i>slides</i> ou no quadro, não pode ditar e nem explicar ao mesmo tempo em que o surdo está copiando	3	50
	Professor explicar conteúdo pensando em como o surdo aprende, ser objetivo e claro	5	83,3
O que é importante para que o surdo se sinta incluso na instituição?	Que os colegas e professores tentem se comunicar com os surdos sem dependerem da intérprete	6	100
	Que sejam realizadas aulas de Libras para os colegas e servidores da instituição	5	83,3
	Que os colegas ouvintes aceitem os surdos nos grupos para realizar trabalhos	3	50
	Que os colegas e servidores tenham interesse em conhecer a cultura surda	6	100
	Que tentem organizar materiais acessíveis para as aulas e se preocupem com a acessibilidade das informações nos sites e murais	5	83,3
	Que o surdo tenha as mesmas possibilidades de participar das atividades que acontecem além da sala de aula	4	66,7
Quais são as dificuldades encontradas nas atividades avaliativas?	Uso de palavras formais que o surdo desconhece	5	83,3
	Textos longos e complexos	6	100
	Professor precisa entender que surdo escreve diferente, por isso os surdos poderiam responder as questões em Libras ao invés de escrever, ou quando professor não entende o que o surdo escreveu precisa perguntar	5	83,3
	Dificuldade em compreender as questões escritas em português, precisa de intérprete e em casa a família também ajuda	4	66,7

	Precisa usar dicionário ou ter bastante exemplos	4	66,7
Como se dá a relação dos estudantes surdos com os servidores da instituição e com os demais colegas?	Poucos têm interesse em conversar com os surdos	4	66,7
	Só tentam conversar com os surdos quando assunto é importante ou sério	3	50
	No início é difícil, as pessoas têm medo de tentar conversar com os surdos, porque têm falta de informação, mas depois que conhecem os surdos tentam aprender Libras	2	33,3
	As pessoas tentam escrever para se comunicar	4	66,7
	Difícil, pessoas precisam entender que surdo não é mudo	3	50
	Pessoas ignoram a presença do surdo	3	50
	Algumas pessoas tentam aprender Libras	2	33,3
	Deixam o surdo de lado, falta respeito e não aproveitam aprender com o surdo	1	16,7
	Ouvintes dão risada, conversam e o surdo não sabe o que está acontecendo	2	33,3
	O que faz com que o surdo pense em desistir do curso?	Não ter tradutor/intérprete de Libras ou ter tradutor/intérprete sem qualificação	6
Quando o surdo não se sente respeitado		6	100
Quando tem dificuldade de aprender e percebe que ninguém se importa com isso		4	66,7
Quando se sentem excluídos, ignorados ou desprezados		6	100
Quando não tem acessibilidade nos conteúdos, quando não é utilizado o visual, vídeos e exemplos		4	66,7
Quando o professor não entende que o surdo é diferente e aprende de forma diferente		4	66,7
O que é feito quando uma palavra não tem um sinal em Libras?	O surdo e o tradutor/intérprete pesquisam com outros surdos se conhecem o sinal	6	100
	Pesquisam com surdos formados em Letras/Libras ou com surdos que fizeram pós-graduação na área	3	50
	Se ninguém souber o sinal combinam que sinal usar com o tradutor/intérprete e se troca o tradutor/intérprete ou chega um novo surdo mostram o sinal que estão utilizando	6	100
Na sua opinião, o que os surdos precisam para terem acessibilidade e para que sejam incluídos no Instituto Federal?	Não faltar tradutor/intérprete de Libras nunca	6	100
	Ter tradutor/intérprete de Libras qualificado	6	100
	Oferecer curso de Libras para todos e o professor precisa ser surdo	5	83,3
	Quando o surdo começa a estudar no IF é importante conversar com ele para saber o que ele precisa para ter acessibilidade, porque um surdo é diferente do outro	4	66,7
	Ter mais estudantes surdos para que não se sintam sozinhos e tenham mais facilidade de participarem dos grupos	4	66,7
	Professores saberem um pouco de Libras	6	100

	Ter informações no <i>site</i> com vídeos em Libras para o surdo conhecer a Instituição e não perder oportunidades	5	83,3
	Provas serem em Libras, tanto as perguntas como as respostas	4	66,7
	Adaptar os materiais utilizando mais imagens e vídeos	5	83,3
	Demonstrar interesse em entender como o surdo aprende, assim o surdo também vai ter mais interesse em estudar	3	50

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas realizadas com seis estudantes surdos.

Assim, com o relato dos estudantes surdos podemos perceber que o que eles mais precisam é sentirem-se aceitos e respeitados pelos colegas, professores e demais servidores da Instituição, sendo que o interesse em querer se tornar uma Instituição inclusiva já é um ponto positivo identificado pelos estudantes surdos entrevistados. A aceitação da diferença cultural e linguística é outro fator de fundamental importância, sendo que a comunicação em Libras é princípio básico para o ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes surdos. Além disso, apontam a necessidade em ter tradutores/intérpretes de Libras qualificados, e que esse profissional é fundamental e imprescindível, mas que só ele não proporciona a acessibilidade e a inclusão, que outros movimentos institucionais devem acontecer para que a inclusão se efetive.

Outro fator importante em destaque nos discursos é a percepção desses estudantes quanto ao sentirem-se ignorados, como se fossem invisíveis. Essa constatação representa a linha tênue entre a inclusão e a exclusão e reflete que o fato do estudante ter ingressado na Instituição não significa que ele esteja incluído e que tenha acesso as mesmas oportunidades, pois “[...] qualquer sujeito, dentro de ‘seu nível de participação’ poderá, a todo momento, estar incluído ou ser excluído de determinadas práticas, ações espaços e políticas”. (LOPES, 2010, p. 5-6).

Mas, o que realmente quero destacar, é como as necessidades apresentadas pelos estudantes surdos são simples e vão ao encontro das determinações legais, tudo o que foi sugerido por esses estudantes está previsto como direito na legislação e já integram as políticas institucionais, logo, a solução para esses problemas está nas pessoas e na forma em como a gestão pode conduzir esses processos de sensibilização, capacitação/formação e mobilização, tanto dos servidores como dos demais estudantes.

6.1.2 A acessibilidade e a inclusão nos IFs a partir do olhar dos tradutores/intérpretes de Libras e dos professores

Além dos estudantes surdos, são atores fundamentais dessa pesquisa os profissionais da Instituição que convivem com esses estudantes e compartilham suas experiências e angústias, sendo eles os tradutores/intérpretes de Libras e os professores.

Assim, foram entrevistados 2 (dois) tradutores/intérpretes de Libras, um de cada uma das Instituições, e 2 (dois) professores que atuaram ou que atuam em sala de aula com estudante surdo incluso, também selecionando um de cada uma das Instituições. A entrevista com os profissionais supramencionados teve por objetivo compreender as necessidades e os desafios que envolvem à educação dos surdos, bem como, identificar os atuais processos relacionados ao atendimento desses estudantes.

A coleta de dados foi embasada em 4 (quatro) questões norteadoras que são apresentadas nos Quadros 12 e 13, juntamente com a descrição dos discursos de maior relevância e frequência de cada categoria de participantes. Cabe explicar que na sistematização foi identificada a essência dos relatos e estes foram descritos por mim considerando as falas principais e as que foram comuns entre os entrevistados de cada categoria de participantes. Essa metodologia de apresentação dos dados foi motivada considerando o propósito metodológico do estudo de somar as ações desenvolvidas de cada uma das Instituições participantes da pesquisa, não sendo necessário assim identificar o entrevistado.

Quadro 12 – Dados referentes às entrevistas realizadas com os tradutores/intérpretes de Libras

PERGUNTAS	PRINCIPAIS RELATOS
Qual é a sua percepção sobre a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos na instituição?	Ainda precisam ser realizadas muitas ações, pois apenas ter tradutor/intérprete de Libras em sala de aula não garante a inclusão dos estudantes surdos
	A relação dos estudantes surdos, muitas vezes, acontece apenas entre o tradutor/intérprete de Libras e o estudante, sendo necessário pensar em estratégias para que os professores e colegas tenham uma relação mais efetiva
	Percebo um grande interesse institucional e preocupação institucional em ter estudantes surdos e proporcionar a sua inclusão. Mesmo não tendo as melhores condições de acessibilidade a Instituição já tem várias ações para que isso se torne possível

	Mesmo o estudante surdo que já concluiu o curso deixou de vivenciar muitas coisas no processo de formação, pois ele não participava, por exemplo, de visitas técnicas e semana acadêmica
O que está sendo feito atualmente para atender aos estudantes surdos nas etapas de acesso, permanência e pensando no êxito destes estudantes?	Disponibilizar a prova em Libras para os estudantes surdos
	Disponibilizar o tradutor/intérprete de Libras, sendo que em alguns <i>campi</i> é servidor efetivo e em outros colaborados terceirizados. No entanto, na maioria dos <i>campi</i> a disponibilização do profissional só acontece após o ingresso de um estudante surdo
	Conversar com os professores sobre as diferenças dos estudantes surdos e sobre as principais necessidades metodológicas (tem que escrever, deixar registrado, disponibilizar resumos)
	Estudar o material das aulas com antecedência, sendo que estes materiais são disponibilizados por alguns professores no <i>moodle</i>
	Criar sinais juntamente com o estudante surdo nos casos em que os mesmos não são conhecidos, principalmente para terminologias específicas de cada área
Quais são as principais ações que devem ser adotadas pela Instituição para melhor atender aos estudantes surdos?	Ter tradutor/intérprete de Libras
	Preparar os tradutores/intérpretes de Libras, tanto servidores efetivos como colaboradores contratados por empresas terceirizadas, deixando claro o que se espera do profissional, quais são as suas atribuições, o que ele pode fazer no tempo em que não está com o estudante surdo e esclarecendo como é o funcionamento da Instituição
	Ter a disposição do estudante surdo dois tradutores/intérpretes de Libras, para manter o revezamento e qualificar o trabalho de tradução tendo em vista que um servirá de apoio para o outro
	Trabalhar na adaptação do material das aulas e na acessibilidade dos murais e informações disponibilizadas em meios eletrônicos
	Montar dicionário com sinais criados pelo estudante surdo e pelo tradutor/intérprete de Libras, referentes às terminologias específicas de cada curso
	Todos os <i>campi</i> deveriam ter professor de Libras para promover cursos de Libras à comunidade acadêmica e externa, para proporcionar a acessibilidade aos surdos, para estimular, motivar os colegas a aprenderem Libras. A Libras tem que fluir naturalmente na escola, só assim os estudantes surdos vão se sentir incluídos
	Proporcionar a capacitação e formação da comunidade acadêmica, principalmente com relação a aprendizagem da Libras, podendo ser realizadas parcerias entre os <i>campi</i> ou com outras instituições de ensino
	Conhecer as estratégias da gestão que amparam as ações inclusivas
	Conhecer as possibilidades Institucionais relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão
	Ter a presença do tradutor/intérprete de Libras em outros espaços além da sala de aula

	Buscar formas de motivar o estudante surdo para que ele se sinta bem na Instituição e queira ir no horário de atendimento ao aluno
	Importância na assistência estudantil e do apoio pedagógico
	Importância de reuniões periódicas com os professores para identificar necessidades e acompanhar o andamento dos estudantes
	Divulgar mais as ações, sendo que projetos que já vem sendo desenvolvidos em outros <i>campi</i> podem ser replicados e as ações podem ser qualificadas com o compartilhamento de informações, experiências e conhecimentos
Quais são os principais desafios e dificuldades relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos na instituição?	Dificuldade na contratação de tradutores/intérpretes de Libras e na relação com estes profissionais, tendo em vista que a negociação não é realizada diretamente com o colaborador, mas com a empresa contratada por meio de licitação
	Dificuldade na preparação os tradutores/intérpretes de Libras para as aulas
	Grande rotatividade de tradutores/intérpretes de Libras
	Dificuldade em sensibilizar e envolver toda comunidade acadêmica nos processos de inclusão
	Dificuldade em ter acesso às informações e compreender o funcionamento institucional
	Dificuldade em detectar porque os estudantes surdos desistem ou porque estão reprovando com frequência em algumas disciplinas
	Dificuldade dos estudantes surdos que não tem apoio em casa, não tem apoio da família
	Desafio em perceber o estudante surdo
	Dificuldade em sentir-se preparados, pois cada estudante surdo é diferente e cada um terá necessidades diferentes

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas realizadas com dois tradutores/intérpretes de Libras.

No relato dos tradutores/intérpretes de Libras foi possível constatar que esses profissionais percebem o interesse e a preocupação institucional em ter estudantes surdos e proporcionar a inclusão. No entanto, mesmo já desenvolvendo algumas ações para tornar isso possível, muitas outras ações ainda precisam ser materializadas. Os profissionais destacam que a presença do tradutor/intérprete de Libras é fundamental, mas que não garante a inclusão, pois a relação do estudante surdo acaba sendo apenas com o tradutor/intérprete e o fato do estudante não se sentir incluído resulta na perda de muitas oportunidades.

Essa constatação é muito importante para essa pesquisa, pois demonstra que os IFs ainda não estão conseguindo proporcionar a plena acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos, no entanto, o fato de ter a intenção de incluir e já estar

realizando algumas ações voltadas à inclusão, abre caminhos para a implementação de novos processos que visem a efetivação da acessibilidade e da inclusão dos estudantes surdos.

Seguindo as apresentações dos dados, foram realizados os mesmos questionamentos à 2 (dois) professores que têm ou tiveram a experiência de ter estudantes surdos inclusos em sala de aula, sendo que os principais relatos constam no Quadro 13.

Quadro 13 – Dados referentes às entrevistas realizadas com os professores que tiveram experiência com estudantes surdos em sala de aula

PERGUNTAS	PRINCIPAIS RELATOS
Qual é a sua percepção sobre a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos na instituição?	Em termos de acessibilidade de estudantes surdos, os IF é uma das instituições que mais tem se preocupado com isso, sendo uma referência e suporte para os estudantes surdos da região, mas ainda não estamos plenamente preparados para dar um completo acesso a esse aluno surdo
	Não saber o quanto a mais o estudante surdo poderia ter aproveitado do curso se os professores estivessem mais preparados
	A importância do esforço do estudante surdo e do apoio da família
	A Instituição está se esforçando para ser acessível e proporcionar a inclusão, mas essa acessibilidade ainda precisa ser melhorada
	A relação do estudante surdo com os colegas é bastante positiva, ele realiza trabalhos acadêmicos em equipe, mas ainda sentimos algumas limitações, pois normalmente é o mesmo grupo e as comunicações são pontuais
O que está sendo feito atualmente para atender aos estudantes surdos nas etapas de acesso, permanência e pensando no êxito destes estudantes?	Curso de Libras, onde participaram professores, técnicos-administrativos e estudantes
	Preparar os materiais com antecedência e disponibilizar no <i>moodle</i> , sempre que possível, para que o estudante surdo e o tradutor/intérprete de Libras possam estudar antes das aulas
	Inclusão no PPC dos cursos da disciplina de Libras, como disciplina optativa
	Adaptar os materiais da disciplina buscando explorar mais os recursos visuais
	Os instrumentos de avaliação são os mesmos para estudantes surdos e ouvintes, a única diferença é que o surdo tem um tempo maior para a realização da avaliação, quando tiver necessidade. Além disso, existe a tentativa de fazer questões mais objetivas e sempre levar em consideração a forma da escrita dos surdos nas questões descritivas, não considerando o certo ou errado da gramática, mas sim o entendimento do conteúdo
Reunião entre os professores e supervisão pedagógica, para buscar alternativas e trocar experiências	

	Assessoramento do Napne
	Realização de palestras sobre educação de surdos e cultura surda
Quais são as principais ações que devem ser adotadas pela Instituição para melhor atender aos estudantes surdos?	Preparar os professores para receber e trabalhar com estudantes surdos
	Preparar pessoas para o acesso dos surdos na Instituição
	Política de acesso de professores de Libras na Instituição
	Trabalhar com a comunidade para que mais estudantes surdos tenham acesso aos IFs
	Proporcionar aulas de reforço, atendimento extraclasse
	Contratar tradutor/intérprete de Libras por concurso público para que com a constância do atendimento possa se manter um acúmulo de conhecimento e aprendizagem
	Disponibilizar tradutor/intérprete de Libras no horário de atendimento ao estudante
	Promover programas/projetos de pesquisa e extensão para gerar conhecimento
	Elaborar programas institucionais de ensino, pesquisa e extensão pensando na formação do estudante surdo e no retorno para a comunidade
	Envolver o tradutor/intérprete de Libras, nas horas em que não estiver atendendo estudantes surdos, em ações de ensino, pesquisa e extensão
	Proporcionar ao estudante surdo os mesmos conhecimentos que os demais estudantes, pois estes conhecimentos serão exigidos no mundo do trabalho
	Proporcionar nas reuniões entre professores e equipe pedagógica o compartilhamento de experiências de outras instituições
	Realizar pesquisa para desenvolvimento da Libras, considerando sinais inexistentes para terminologias específicas e oficializar e divulgar esses sinais para que possam ser utilizados em outras regiões e no mundo do trabalho
Quais são os principais desafios e dificuldades relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos na instituição?	Experiência totalmente nova e não tive uma preparação para isso
	Grande problema com a contratação de tradutores/intérpretes de Libras, principalmente nos casos em que são contratados serviços terceirizados
	Inexistência de relações diretas, desafios na mediação (professor – intérprete – surdo)
	Mesmo disponibilizando o material com antecedência, nem sempre o estudante surdo e o tradutor/intérprete de Libras conseguem acessá-lo antes das aulas
	Atender as necessidades específicas dos estudantes surdos em turmas com outros 30 ou 40 alunos
	Dificuldade na preparação dos tradutores/intérpretes de Libras, pois eles são formados em Libras e não tem conhecimento de cada uma das matérias específicas dos cursos
	Dificuldade na formação dos tradutores/intérpretes de Libras pela rotatividade, principalmente quando o serviço é terceirizado

	Dificuldade em manter uma sintonia entre o ritmo do desenvolvimento das atividades e em perceber quando o conteúdo estava sendo passado rápido demais, ou estavam faltando recursos visuais
	Desafio em envolver os estudantes surdos nas ações de pesquisa e extensão
	Dificuldade em manter o estudante surdo na instituição e de identificar as causas da retenção e evasão
	Falta de sinais para terminologias específicas de cada área

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas realizadas com dois professores que tiveram estudantes surdos em sala de aula.

Com a análise do relato dos professores percebi que muitas das percepções identificadas nas falas são semelhantes as percepções dos tradutores/intérpretes de Libras, principalmente com relação à inclusão desses estudantes. Como constatação, aparece o esforço das Instituições para proporcionarem a acessibilidade e a inclusão, mas ao mesmo tempo, é destacado que muitos processos ainda precisam ser melhorados.

Além disso, os professores relatam que não se sentem preparados para receberem os estudantes surdos, pois em seu processo formativo nunca tiveram contato com a temática. Assim, ressaltam a importância de serem disponibilizados cursos de Libras e atividades que possibilitem a compreensão da cultura surda.

Ainda, entre as dificuldades, apontam a contratação, a preparação e a formação do tradutor/intérprete de Libras, ressaltando a necessidade de pensar em estratégias que fortaleçam a complexa relação entre estudante – tradutor/intérprete – professor – tradutor/intérprete – estudante.

Além de proporcionar essas constatações, os dados obtidos através das entrevistas com esses profissionais foram fundamentais para identificar as ações atuais relacionadas à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos e assim auxiliar no mapeamento dos atuais processos de gestão. As sugestões de ações que a Instituição pode adotar para melhor atender aos estudantes surdos e a identificação das dificuldades e desafios do processo inclusivo se constituem como partes fundamentais da proposta de intervenção desta pesquisa, e serão exploradas no capítulo 7.

6.1.3 A acessibilidade e a inclusão nos IFs a partir do olhar dos gestores: mapeamento dos atuais processos de gestão

Após identificar as características e necessidades dos estudantes surdos, e compreender os desafios que envolvem à educação dos surdos - a partir do olhar dos tradutores/intérpretes de Libras e dos professores -, no intuito de mapear os atuais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos e de analisar como esses processos estão atendendo as necessidades desses sujeitos, apresento nessa subseção a sistematização do dados obtidos nas entrevistas com os gestores.

Participaram da pesquisa 2 (dois) gestores do IFRS e 2 (dois) gestores do IFSC que estão diretamente envolvidos nos processos de acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos e a partir da transcrição e da análise das entrevistas com esses gestores, descrevo os atuais processos de gestão do IFRS e do IFSC apresentando os dados no Quadro 14. A escolha da metodologia de apresentação dos dados referentes aos processos de gestão foi motivada levando em consideração que atualmente os processos funcionam como ações isoladas, o que dificulta o mapeamento destes como atividades sequenciais. Cabe ressaltar que, como o intuito da pesquisa é agregar ações e não fazer comparações, não é necessário identificar a origem das falas.

Nas entrevistas os gestores demonstraram muito comprometimento com as ações de acessibilidade e de inclusão e destacaram a necessidade de promover a inclusão, considerando ser esse um compromisso legal e social dos IFs, mas, ao mesmo tempo, 100% dos gestores entrevistados relataram que ainda são poucas as ações efetivas voltadas à temática, e que a cada ano estão sendo aprimorados os processos, conforme vão surgindo as demandas.

Ainda relataram a importância de toda a Instituição estar comprometida com os processos inclusivos, desde o Reitor e Pró-reitores, a direção dos *campi*, os professores, os técnicos-administrativos e, também, os estudantes, pois a inclusão envolve o comportamento das pessoas e só se torna uma realidade se as pessoas tiverem dispostas a concretizá-la. Nesse sentido, os entrevistados relataram que a gestão é a peça chave para proporcionar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos, e que é função dos gestores buscarem caminhos para materializar o que está

previsto na Lei e nas políticas internas dos IFs. No entanto, ressaltaram que para isso os gestores precisam de auxílio de uma equipe técnica, que conheça as necessidades dos estudantes surdos e que possa assessorar os gestores na tomada de decisão.

Além de conversar sobre a percepção desses gestores com relação aos processos de acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos, foi solicitado que eles descrevessem como alguns desses processos básicos são realizados atualmente, no intuito de mapear os atuais processos de gestão, sendo que as informações estão apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14 – Mapeamento dos atuais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos

PERGUNTAS	PROCESSOS DO IF “A”	PROCESSOS DO IF “B”
Como é realizada a divulgação da Instituição para a comunidade surda?	É feito um vídeo em Libras com a divulgação do Processo Seletivo e esse vídeo é disponibilizado no <i>site</i> e nas redes sociais da Instituição	Visita as escolas públicas de Ensino Médio que têm estudantes surdos matriculados e às associações de surdos
	Na região metropolitana, são realizadas visitas nas escolas públicas bilíngues de Ensino Médio	Divulgação nas redes sociais. No <i>Campus</i> Bilíngue é feito o vídeo de divulgação do Processo Seletivo em Libras e esse vídeo é disponibilizado no <i>site</i> e nas redes sociais do <i>Campus</i>
	Em 2016, na região metropolitana, foi realizada a primeira Feira das Profissões para os estudantes surdos no intuito de apresentar a Instituição e os cursos	No <i>Campus</i> Bilíngue tem o Programa Visita Guiada, onde pessoas ou grupos fazem o agendamento pelo <i>site</i> , conforme datas disponibilizadas e, além de conhecer o <i>Campus</i> , recebem informações a respeito dos cursos
Como é realizado o processo seletivo para ingresso de estudantes surdos na Instituição?	É garantida a presença do tradutor/intérprete de Libras durante a realização da prova, mesmo não tendo recebido o laudo médico, no intuito de não prejudicar o candidato surdo	É garantida a presença do tradutor/intérprete de Libras durante a realização da prova
	As provas são traduzidas para Libras por um grupo de profissionais formado por tradutores/intérpretes de Libras, professores de Libras surdos e ouvintes e professores de tradução e interpretação da Libras. Cada uma das questões é estudada e traduzida para Libras, posteriormente é filmada e editada, onde são acrescentadas legenda e imagens, quando	A Instituição tem diferentes modalidades de ingresso, conforme o curso escolhido pelo candidato. Para os cursos técnicos existe a possibilidade do sorteio público e, em alguns casos, a prova do processo seletivo. Já para os cursos superiores é realizada a prova. No <i>Campus</i> Bilíngue, dos cursos técnicos é formada uma turma de estudantes surdos e uma turma de

	<p>necessário. Após, essas questões são revisadas por professores surdos, e caso não estejam compreensíveis são regravadas. Assim, o candidato surdo recebe a prova em Libras e também a prova em português. São entregues nas duas línguas por dois motivos, o primeiro é que têm surdos que preferem as questões em Libras e têm surdos que preferem a prova em português e a segunda, porque os sinais na Libras são regionalizados, assim, caso o candidato não conheça algum sinal pode consultar a palavra em português</p>	<p>estudantes ouvintes. Já no curso superior, por serem cursos voltados à formação bilíngue e à educação de surdos, as vagas são prioritárias para os surdos. Nos outros <i>campi</i> os estudantes recebem a prova em português e o tradutor/intérprete de Libras realiza interpretação de forma simultânea</p>
	<p>Conforme previsto na Política de Ações Afirmativas são reservadas 5% das vagas para estudantes com necessidades educacionais específicas, das quais o surdo também tem direito</p>	<p>No <i>Campus</i> Bilíngue, os surdos são convidados a irem até a Instituição para realizar sua inscrição para o processo seletivo no local, caso tenham dúvidas</p>
<p>Como é o processo de matrícula desses estudantes?</p>	<p>É enviado <i>e-mail</i> para o estudante surdo, informando sobre o período de matrícula e quais são os horários que o tradutor/intérprete de Libras estará no <i>campus</i>. Essa ação tem por intuito garantir a presença do tradutor/intérprete de Libras no momento da matrícula</p>	<p>O estudante surdo deverá consultar na página do Processo Seletivo de ingresso a sua classificação e providenciar os documentos solicitados no edital. Os modelos de declarações necessárias para a matrícula estão disponíveis no <i>site</i> da Instituição.</p>
	<p>O estudante deverá trazer os documentos que estão descritos nas orientações para a matrícula, anexas ao manual do candidato</p>	<p>Se achar necessário, o estudante surdo poderá mandar um <i>e-mail</i> solicitando tradutor/intérprete de Libras no momento da matrícula</p>
<p>Quais ações a instituição vem adotando para possibilitar a acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos?</p>	<p>Nomeação por meio de concurso público de tradutor/intérprete de Libras, conforme disponibilidade de código de vagas e solicitação dos Diretores de cada <i>Campus</i></p>	<p>Nomeação por meio de concurso público de tradutor/intérprete de Libras, conforme disponibilidade de código de vagas e solicitação dos Diretores de cada <i>Campus</i></p>
	<p>Contratação de tradutor/intérprete de Libras para atuar em sala de aula, de acordo com o parecer da Procuradoria Jurídica, o que não garante a presença do profissional desde o início do curso</p>	<p>Contratação de tradutor/intérprete de Libras para atuar em sala de aula, de acordo com o parecer da Procuradoria Jurídica, o que não garante a presença do profissional desde o início do curso</p>
	<p>Nomeação de professor de Libras nos <i>campi</i> que tem cursos de licenciatura</p>	<p>Nomeação de professor de Libras nos <i>campi</i> que tem cursos de licenciatura</p>
	<p>Fomento a realização de cursos de Libras, através de ações de extensão</p>	<p>Auxílio aos <i>campi</i> através do Napne, que está vinculado à Diretoria de Assuntos Estudantis, na Pró-Reitoria de Ensino</p>

	Sensibilização e formação de servidores através de palestras e oficinas relacionadas à educação de surdos e à inclusão	No <i>Campus</i> Bilíngue as aulas são ministradas em Libras para as turmas de estudantes surdos e quando o professor não é fluente em Libras um intérprete realiza a tradução simultânea da aula
	Auxílio aos <i>campi</i> através da Assessoria de Ações Inclusivas que está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão	

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas realizadas com quatro gestores que atuam em temas relacionados à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos.

Com o mapeamento dos atuais processos de gestão pode ser verificado que ambas as Instituições vêm desenvolvendo ações no intuito de viabilizar o ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes surdos. Além disso, nos relatos constatei que essas ações estão sendo ampliadas a cada ano, o que comprova a intenção dos gestores de tornar a Instituição inclusiva. No entanto, percebe-se que essas ações são isoladas e que a eminência dessa temática só surge a partir do momento que o *campus* tem um estudante surdo. Ainda, a partir dos relatos, é possível reparar que os gestores não têm plena consciência da importância das ações que estão sendo realizadas e não notam que estas ações devem ser institucionalizadas e que são úteis e indispensáveis para todos os *campi* da Instituição.

A entrevista com os gestores ainda possibilitou a identificação das dificuldades percebidas no momento de definir e conduzir os processos de gestão, sendo apontado nas entrevistas a dificuldade na contratação de tradutor/intérprete de Libras, sendo relatado pelo Gestor A que:

“A Instituição não têm códigos de vagas disponíveis para contratação desses profissionais, e que mesmo tendo os códigos encontram dificuldade em sensibilizar os Diretores de campus da necessidade de nomeação de servidores efetivos. Ainda tem um parecer da AGU que proíbe a contratação de empresas terceirizadas para prestação desses serviços, logo corremos o risco de ter o estudante surdo e não ter o tradutor/intérprete de Libras.” (Gestor A)

Além da dificuldade em contratar esses profissionais, os gestores relataram a carência de tradutores/intérpretes de Libras com formação e conhecimentos necessários para atuarem, principalmente nos cursos de nível superior. Somado a isso, são percebidos como desafios a necessidade de formação de professores para

atender aos estudantes surdos e de formação dos demais servidores da Instituição, além da sensibilização e preparação dos colegas do estudante surdo. Ainda, os gestores apontam a importância de serem estabelecidas estratégias que envolvam os estudantes surdos nas ações institucionais de pesquisa e extensão e que estimulem os servidores da Instituição à desenvolverem programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à educação de surdos e a surdez.

Assim, essa subseção encerra a apresentação dos dados obtidos nas entrevistas e introduz a análise e discussão dos dados, considerando que os resultados de cada uma das categorias de participantes serão relacionados e a partir dessa relação surgem as categorias de análise e os princípios norteadores da pesquisa, que embasam também a elaboração da proposta de intervenção.

6.2 Discussões e análise dos dados

A realização das entrevistas com categorias distintas de participantes possibilitou a análise dos processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos por diversos olhares, desde as percepções e os sentimentos do próprio estudante até o gestor, que muitas vezes não chega a ter contato com o estudante surdo. Dessa relação entre os dados das entrevistas pode constatar que muitos dos relatos dos diferentes grupos se repetem e se complementam, o que dá consistência e validade aos resultados desse estudo.

Reforço que o intuito desta pesquisa é apontar caminhos e responder a algumas inquietações de “como” tornar a acessibilidade e a inclusão possíveis, tanto no ingresso, permanência e êxito, como na inclusão desse egresso surdo no mundo do trabalho e na sociedade, fator esse que surgiu no andamento da pesquisa.

Ressalto ainda, que por ser uma temática inédita, considerar o olhar e as percepções apenas de um grupo seria muito arriscado, pois nenhuma das categorias de participantes dessa pesquisa tem a visão sistêmica dos processos envolvidos na acessibilidade e na inclusão dos estudantes surdos, assim, os processos estabelecidos pelo gestor podem não atender as necessidades do estudante surdo, bem como, a sugestão de ação vinda do estudante surdo pode não ser passível de execução pela gestão. Logo, compreendendo as necessidades, as dificuldades, os

desafios e as sugestões de cada um dos grupos, se torna possível propor processos passíveis de serem colocados em prática.

Mas, antes de pensar nos processos de gestão, foi necessário explorar os dados obtidos e por meio da análise dos documentos e dos principais relatos dos entrevistados foi possível chegar nas seguintes categorias de análise: o acesso, o respeito, a formação e o compromisso social dos Institutos Federais, conforme pode ser verificado no Quadro 15, que além de apresentar as categorias de análise descreve os principais elementos relacionados em cada uma das categorias, bem como, a frequência com que esses fatores surgiram na fala dos entrevistados, considerando os 14 (quatorze) participantes da pesquisa. Cabe ressaltar que os temas relacionados ao acesso, à formação e ao compromisso social dos IFs são citados também nos documentos institucionais.

Quadro 15 – Categorias de análise e identificação da frequência dos itens mais encontrados

CATEGORIAS DE ANÁLISE	FREQUÊNCIA	%
ACESSO		
Igualdade de condições	11	79
Tradução do edital	10	71
Acessibilidade das informações do <i>site</i> , documentos, sistema de inscrição e formulários	9	64
Provas e processo de matrícula acessíveis	10	71
Necessidade de ter tradutor/intérprete de Libras	14	100
Dificuldade em contratar tradutor/intérprete de Libras	8	57
Recursos visuais	14	100
Informações claras e objetivas, usando exemplos sempre que possível	12	86
Mídias eletrônicas	11	79
Adaptação curricular	10	71
Avaliações alternativas considerando as singularidades linguísticas dos surdos	10	71
Produção de material didático	12	86
Institucionalização de projetos de pesquisa e extensão replicando as ações que já estão sendo realizadas para outros <i>campi</i>	6	43
Oportunidades de formação vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão	4	29
Importância do apoio da família	10	71
RESPEITO		
Sensibilização	8	57
Aceitação da diferença	9	64
Interesse pela cultura surda	8	57
Aproximação	10	71
FORMAÇÃO		
Professor	12	86
Tradutor/intérprete de Libras	10	71
Técnico-administrativo e colaboradores	8	57

Estudantes da instituição	10	71
COMPROMISSO SOCIAL		
Desenvolvimento de conhecimentos relacionados aos surdos por meio de pesquisa	4	29
Sensibilização e capacitação da sociedade por meio da extensão	6	43
Formação de profissionais por meio da oferta de cursos de formação de tradutor/intérprete de Libras e professor de Libras	7	50
Inclusão do egresso surdo na sociedade e no mundo do trabalho	8	57

Fonte: Elaborado pela autora a partir do cruzamento e análise das entrevistas.

Essas categorias de análise surgiram a partir do momento que passei a perceber, através da análise dos dados, que a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos vai além de compreender o ingresso, a permanência e o êxito, pois essas são etapas importantes para garantir a acessibilidade e a inclusão, mas, com o relato dos entrevistados, percebi que alguns fatores perpassam todas essas etapas, fatores esses elencados como categorias de análise e que serão considerados como princípios norteadores na elaboração da proposta de intervenção.

Seguindo os princípios metodológicos definidos por Bardin (1977), após a descrição objetiva, sistemática e qualitativa das comunicações, se faz necessário refletir sobre o significado dessas categorias de análise.

Quando faço referência ao acesso como categoria de análise, convido o leitor a pensar no termo “acesso” de forma ampla e na sua relevância em todos os processos relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos, pois ter acesso significa ter acesso aos direitos básicos, à informação, às mesmas oportunidades, aos conteúdos, aos espaços formativos e, também, ao mundo do trabalho. E possibilitar o acesso não é mais uma prerrogativa das Instituições de Ensino, pois conforme Provin (2013, p. 104) “o imperativo da inclusão impõe-se para as instituições educacionais que precisam criar estratégias para ‘todos’ terem oportunidades iguais na educação superior”. Logo, pensar nos processos necessários para garantir o acesso dos estudantes surdos em todos os espaços formativos é uma necessidade imposta aos gestores educacionais.

Ao falarmos em acesso do estudante surdo precisamos considerar que ele apresenta diferenças culturais e linguísticas e por isso têm necessidades específicas que demandam métodos diferentes. No entanto, muitos gestores e profissionais da educação ainda não têm esse entendimento. Essa constatação pode ser confirmada pelos argumentos de Lopes (2011, p.25) quando ela afirma que “entender a diferença surda como uma diferença cultural e admitir que a língua de sinais seja uma língua

própria dos surdos é, ainda hoje, uma dificuldade em muitos espaços educativos e sociais”. Essa dificuldade de entendimento pode ser um dos fatores que contribuem para a limitação das ações relacionadas aos estudantes surdos e se caracteriza como um desafio a ser superado pelos IFs.

Relacionado ao reconhecimento e a aceitação das diferenças culturais e linguísticas dos estudantes surdos, outro elemento importante e que merece destaque é a necessidade do estabelecimento de métodos diferentes que viabilizem a comunicação e o acesso à informação e ao conhecimento, sendo fundamental materializar essa comunicação de forma visual, pois “a cultura surda é toda voltada ao visual”. (SKLIAR, 1998, p.11).

Além de viabilizar a comunicação, os recursos visuais são importantes para a apropriação de conhecimentos e desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula e são um dos métodos pedagógicos que podem ser utilizados pelas instituições de ensino. Nesse sentido, Quadros (2008, p.15), argumenta que “devemos propor a construção de alternativas pedagógicas que se constituam em abordagens apropriadas a este espaço educacional, uma vez que o mesmo tende a diferença cultural”. Logo, ao analisarmos os processos de gestão se torna indispensável a identificação destas alternativas pedagógicas, não apenas nos processos de permanência, mas em todos os espaços que envolvam a comunicação e a disponibilização de informações.

Temos que considerar também que a diferença do surdo está principalmente na comunicação, para que ele tenha acesso precisa das informações na sua língua de direito, que é a Libras. De acordo com Santana (2007) a língua de sinais tem um papel fundamental na mediação do pensamento, logo, a amplitude do acesso disponibilizado ao surdo definirá o seu desenvolvimento. Para que ele tenha acesso a comunicação é necessária a presença do tradutor/intérprete de Libras que fará a tradução e interpretação de forma simultânea ou irá preparar essas informações por meio de vídeos. Além disso, para o acesso é importante considerar alguns fatores relacionados à língua portuguesa, sendo que as informações devem ser claras e objetivas e devem ser explorados outros recursos visuais, como por exemplo, imagens, esquemas e estruturas gráficas.

Assim, os fatores de acesso estão relacionados ao como o surdo vai conhecer a Instituição, ao que ele precisa para ingressar na Instituição, ao que ele precisa para

poder participar de forma efetiva das ações de ensino, pesquisa e extensão e, principalmente o que a Instituição pode fazer para que o estudante surdo tenha acesso ao mundo do trabalho e a vida em sociedade.

A segunda categoria identificada foi o “respeito”, fator este que envolve principalmente o respeito e a aceitação das diferenças. *O respeito é um dos valores mais importantes do ser humano e tem grande importância na interação social. (SILVA, 2009).* A Instituição de Ensino só vai falar em inclusão e pensar em ações que possibilitem o acesso a partir do momento que conhecer e respeitar as diferenças dos estudantes surdos.

Os elementos relacionados ao respeito se fizeram muito presentes nas entrevistas, principalmente nos relatos dos estudantes surdos que apontaram a importância da aproximação com os professores e colegas, o significado que tem para o estudante surdo quando um professor ou um colega aprende um sinal e consegue se comunicar com ele sem o auxílio do tradutor/intérprete de Libras, ou somente a importância de querer conhecer sobre a cultura e a identidade surda, sendo relatado pelo estudante D que *“o fato do professor demonstrar querer entender como o surdo aprende é suficiente para que o surdo também tenha mais interesse em aprender”.* (Estudante D).

Cabe ressaltar que na elaboração da proposta de intervenção o respeito deverá ser princípio básico na definição dos processos, pois, por exemplo, não disponibilizar as informações de forma acessível é uma falta de respeito com a pessoa surda, assim como, estar no mesmo espaço conversando com outras pessoas e o surdo não saber o que está acontecendo. Dessa forma todas as ações institucionais devem estar pautadas no respeito e para que isso se torne possível é de fundamental importância que a comunidade acadêmica tenha conhecimento sobre a cultura e a identidade surda.

Outra categoria que emergiu com muita força foi a “formação”, envolvendo a formação dos professores para que eles se sintam preparados para ter um estudante surdo em sala de aula, a formação do tradutor/intérprete de Libras, a formação dos técnicos-administrativos que vão atender o estudante surdo na Instituição e a formação e sensibilização dos estudantes, principalmente os colegas dos estudantes surdos. Essa formação envolve desde aprender a Libras para poder se comunicar com o estudante surdo e conhecer as diferenças e a cultura surda, até as

metodologias a serem utilizadas em sala de aula, e o que precisa ser feito de forma diferente, além da preparação dos profissionais quando ingressam no Instituto Federal, para que eles conheçam a instituição, as suas atribuições e possibilidades de atuação.

A formação se dá a partir das aprendizagens propiciadas pela interação que as pessoas têm com o meio em que estão inseridas e com as pessoas com as quais se relacionam. Conforme conceituado por Cunha (2012), a formação envolve a análise e reflexão sobre as próprias condições e experiências e tem sido mais efetiva pelas influências da prática cotidiana. Nesse sentido, a formação pode ser pensada nos IFs a partir dos próprios profissionais da Instituição e dos estudantes surdos, podendo ser organizados cursos de Libras, oficinas, palestras, ou seja, espaços que possibilitem o contato da comunidade acadêmica com o surdo e com a sua cultura. Considerando o potencial formativo dos IFs a própria Instituição pode ser promotora de atividades de capacitação e formação, podendo fazer isso através de parcerias entre os *campi* e com outras instituições, lembrando sempre de envolver os surdos nessas ações. Além de atividades presenciais, esses espaços de formação podem também ser virtuais utilizando recursos da educação à distância.

Ainda baseado no conceito de formação para Cunha (2012), onde a formação acontece através das experiências, outro importante espaço de formação são reuniões ou encontros onde as pessoas possam discutir sobre o surdo, suas características e necessidades e para que juntos, a partir da troca de experiências, possam construir conhecimento e se sentirem preparados para trabalhar com o estudante surdo.

Por fim, a última categoria de análise surgiu de forma inesperada e representa importantes contribuições para esse estudo, sendo esta, o “compromisso social dos IFs” relacionados à acessibilidade e à inclusão dos surdos em um aspecto mais amplo, não apenas na educação, mas na vida em sociedade e no mundo do trabalho. Esse é um princípio muito importante para os IFs, considerando que o compromisso social se manifesta na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania. (PACHECO, 2015).

Essa possibilidade surgiu a partir da análise da missão dos IFs e considerando a qualificação e as experiências dos servidores (docentes e técnicos-administrativos)

dos IFs, que atuam na área de educação de surdos. É papel dos IFs gerar conhecimentos e promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural, através da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Cunha (2012) descreve um relato que considera um tanto utópico, mas que poderia ser um ideal a ser perseguido, onde a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é apresentada como uma forma de superação das desigualdades sociais que expressa o papel da universidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Mesmo sendo um ideal utópico, com pequenas ações como essas que estou propondo a partir desta pesquisa, acredito que os IFs, através do ensino, da pesquisa e da extensão, podem interagir na sociedade buscando a justiça e transformação social.

Considerando a carência de estudos na área da surdez e a necessidade de colocar em prática as políticas públicas relacionadas aos surdos, os IFs podem e devem ir além da formação dos estudantes, desenvolvendo conhecimentos relacionados aos surdos por meio de pesquisa, sensibilizando e capacitando a sociedade por meio da extensão e formando profissionais por meio da oferta de cursos de formação de tradutor/intérprete de Libras e professor de Libras. Por fim, o compromisso social dos IFs está voltado também a inclusão do egresso surdo na sociedade e no mundo do trabalho, sendo que só podemos fazer referência a conclusão do curso com êxito a partir do momento em que o estudante conquiste seu espaço no mundo do trabalho, pois de nada adianta conseguirmos proporcionar o ingresso, a permanência e a conclusão do curso, mesmo formando um excelente profissional, se o mundo do trabalho e a sociedade não estiverem prontos para aceitar as diferenças e reconhecer as competências e habilidades desses profissionais, cabe ressaltar que conforme descrito por Silva (2009) as atividades de extensão são valiosos instrumentos para inserção do egresso no mundo do trabalho.

A partir da análise dessas categorias, podemos concluir que esses fatores devem estar presentes em todas as etapas, ou macroprocessos, envolvidos na acessibilidade e na inclusão dos estudantes surdos, sendo que nenhuma dessas ações por si só poderá viabilizar de fato a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais. Assim sendo, no próximo capítulo apresento a proposta de intervenção resultante desse estudo, onde são definidos os macroprocessos e os processos fundamentais para viabilizar a acessibilidade e a

inclusão dos estudantes surdos nos IFs. Cabe ressaltar que para elaboração da proposta de intervenção foram considerados os processos de gestão atuais que já vem sendo desenvolvidos pelo IFRS e pelo IFSC, acrescentando as sugestões dos atores dessa pesquisa e ações que resultaram da análise dos dados, respaldadas pela legislação, pelas políticas institucionais e por estudos da área da surdez, da educação de surdos, da gestão educacional e da gestão por processos.

7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A realização da pesquisa possibilitou a análise dos atuais processos de gestão do IFRS e do IFSC relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos, e, a partir das contribuições dos teóricos e das significativas sugestões dos atores dessa pesquisa - estudantes surdos, tradutores/intérpretes de Libras, professores e gestores - foi possível propor novos processos de gestão para os IFs, processos estes que se configuram como proposta de intervenção resultante deste estudo.

A proposta de intervenção tem por intuito apresentar uma visão sistêmica de todas as etapas fundamentais para viabilizar a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos nos IFs, sendo importante ressaltar que essas etapas foram identificadas no decorrer da pesquisa e que as categorias de análise exploradas no capítulo 6 dão embasamento e sustentação aos processos sugeridos. Em cada uma dessas etapas identificamos os macroprocessos e os processos fundamentais para alcançar os objetivos propostos, pois, conforme Campos (2003) na gestão por processos, é fundamental que o gestor identifique, desenvolva e administre todas as atividades pertencentes a cada um dos processos. Essa visão é complementada com as palavras de Pavani Júnior e Scucuglia (2011) que destacam que as atividades não podem ser vistas isoladamente e que para que os gestores possam ter eficácia em suas ações precisam ter com clareza a visão interfuncional das atividades e dos processos.

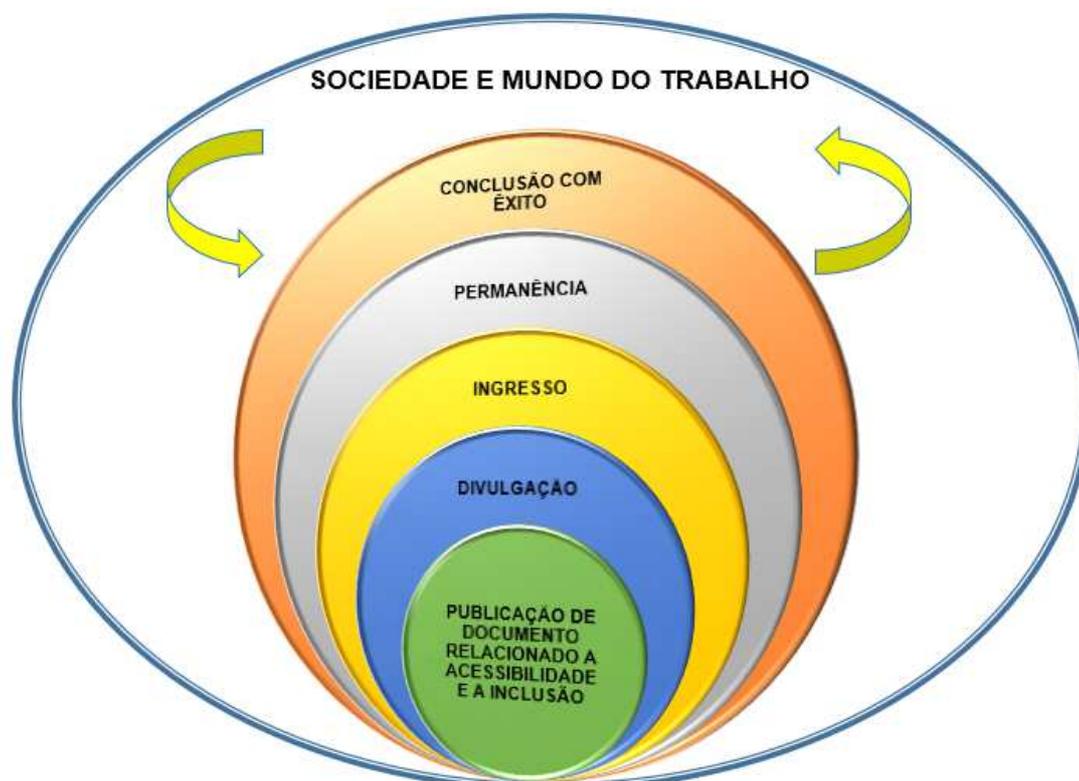
Ressalto que essa proposta de melhoria nos processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos IFs, tem a finalidade de apresentar aos gestores possíveis caminhos e, por isso, está focada na apresentação dos processos relacionados a cada uma das etapas e das principais ações e atividades necessárias em cada um desses processos, constituindo um sistema interno de processos e ações, sendo que, se uma dessas etapas não for realizada a acessibilidade e a inclusão do estudante surdo ficam comprometidas.

Assim, essas etapas envolvem: a formalização de uma política institucional de acessibilidade e inclusão através da publicação de um documento normativo; a definição de estratégias que façam com que os estudantes surdos conheçam os IFs e tenham interesse em estudar na Instituição; a definição dos processos relacionados ao ingresso e a permanência desses estudantes, buscando garantir que eles tenham

acesso as mesmas oportunidades formativas; e, não esquecendo também do compromisso social da Instituição na posterior inclusão deste egresso surdo no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Essa relação das etapas necessárias para viabilizar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos, que configuram os macroprocessos da proposta de intervenção, pode ser visualizada na Figura 23, onde está representado que o núcleo desses processos é a definição das diretrizes institucionais relacionadas à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos, que devem ser registradas em documento, institucionalizando as ações futuras. A partir da formalização e publicação das diretrizes resultam os processos relacionados à divulgação, a permanência e a conclusão do curso com êxito. Cada uma dessas etapas internas exige processos de gestão específicos, e a condução com eficácia desses processos resulta na formação dos estudantes surdos e na possibilidade do acesso e da inclusão também no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

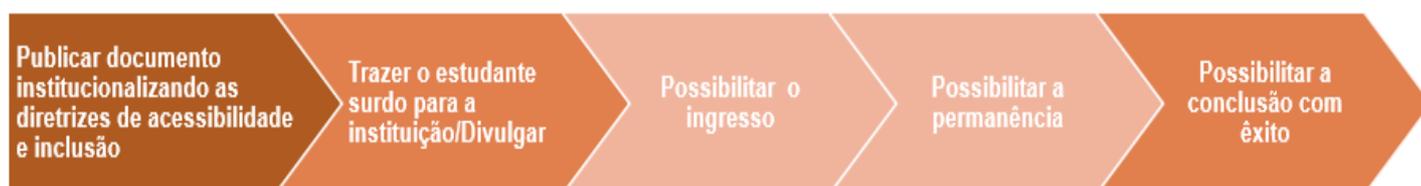
Figura 23 – Representação das etapas relacionadas à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

A partir da definição das etapas necessárias para possibilitar a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos, se faz oportuno apresentar os processos de gestão necessários em cada uma das etapas, sendo que iniciamos com a apresentação dos macroprocessos que emergem das etapas, vinculados ao ambiente interno da instituição, que são a publicação de um documento que institucionalize as diretrizes relacionadas à acessibilidade e à inclusão, e os processos necessários para divulgar os IFs para os surdos e viabilizar o seu ingresso, permanência e conclusão do curso escolhido, conforme pode ser verificado na Figura 24. Em seguida apresentamos os processos de gestão relacionados a cada um dos macroprocessos.

Figura 24 – Macroprocessos relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos IFs



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

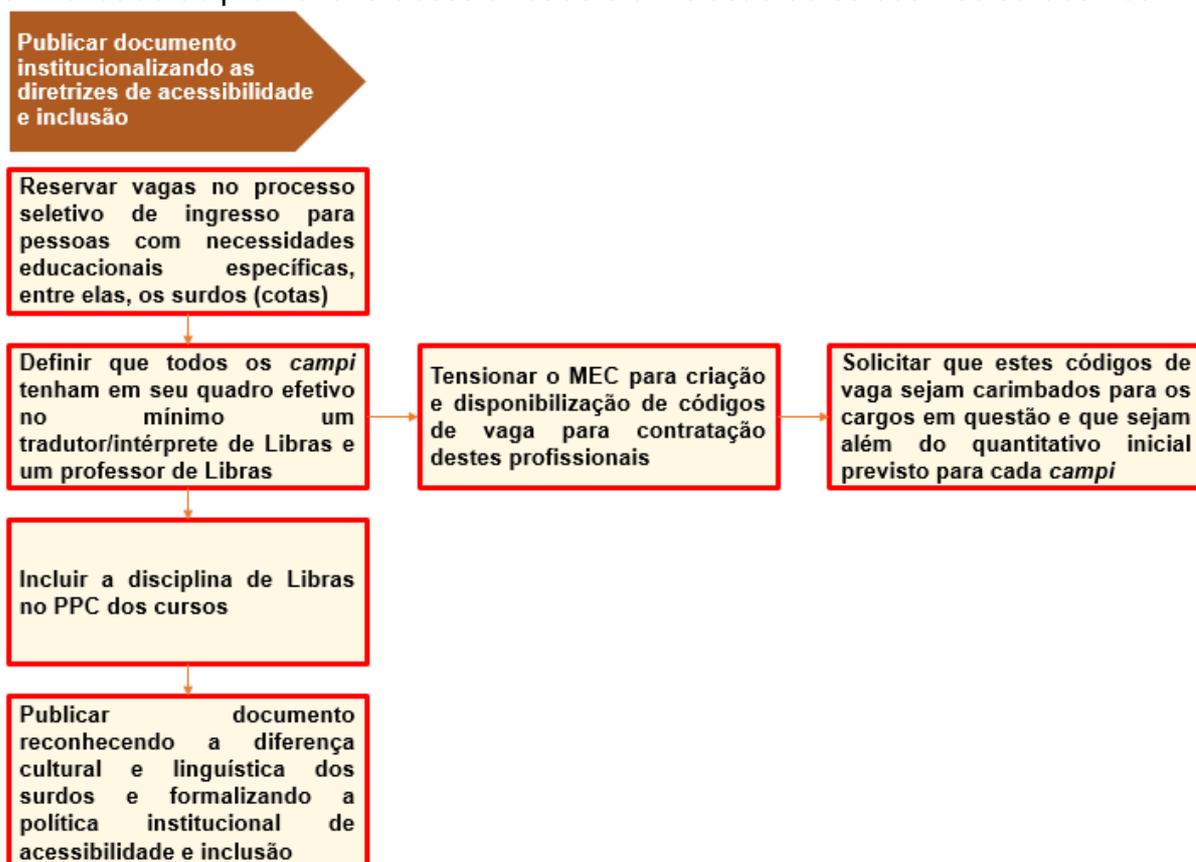
Para iniciarmos as discussões sobre a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos IFs precisamos partir de uma intenção institucional de querer ser uma instituição acessível e inclusiva, e é nesse ponto que iniciam as ações da gestão educacional que deverá fomentar e conduzir o estabelecimento de diretrizes institucionais de acessibilidade e inclusão, onde será pensado em formas de viabilizar também a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos. Nesse sentido, surge o primeiro macroprocesso proposto que é publicar um documento institucionalizando as diretrizes de acessibilidade e inclusão da Instituição. Para estabelecer essas diretrizes alguns processos são fundamentais, iniciando pela necessidade de reservar vagas no processo seletivo de ingresso para pessoas com necessidades educacionais específicas, entre elas, a pessoa surda. Essa ação se faz necessária principalmente porque os surdos, por suas diferenças culturais e linguísticas, dificilmente terão a mesma oportunidade de acesso por meio de uma prova que é elaborada em português, para estudantes ouvintes. Assim, acrescentar a reserva de vagas para pessoas com necessidades educacionais específicas em um documento normativo é de extrema relevância.

Além da reserva de vagas, é importante que todos os *campi* do IF tenham em seu quadro efetivo de servidores no mínimo um tradutor/intérprete de Libras e um professor de Libras, e essa contratação não deve acontecer apenas quando ingressar na Instituição um estudante ou servidor surdo, mas deve ser uma política institucional, pois a presença desses profissionais poderá preparar o *campus* antes de surgir a necessidade, sendo realizado cursos de Libras e sensibilização da comunidade acadêmica. Mas esta deve ser uma diretriz institucional para que não fique como prerrogativa do Diretor do *Campus*, pois este tende a contratar profissionais de outras áreas enquanto não surge a demanda específica. Assim, a nomeação do tradutor/intérprete de Libras e do professor de Libras deveria ser uma imposição para todos os *campi*, sendo disponibilizados códigos de vaga adicionais ao limite de contratação de cada *Campus*, pois como bem colocado por um dos entrevistados, se a Instituição tem uma política de acesso para estudantes surdos, a Instituição precisa ter também uma política para o acesso desses profissionais. Para que isso se torne possível é necessário que os gestores dos IFs pressionem o Ministério da Educação (MEC) para que sejam criados esses códigos de vagas, solicitando que os mesmos sejam carimbados para os cargos supramencionados.

Ainda, considerando a importância da sensibilização da comunidade acadêmica quanto às diferenças dos estudantes surdos, e tendo por base os relatos dos entrevistados sobre o respeito e a formação, outra atividade importante para se estabelecer diretrizes de acessibilidade e inclusão, considerando ter os profissionais da área de Libras, o próximo passo é incluir a disciplina de Libras, como disciplina optativa, no currículo de todos os cursos da Instituição, pois a partir do momento que a comunidade acadêmica conhecer os surdos e tiver uma noção básica de Libras a comunicação irá fluir dentro do *campus* e essa será uma forma de atrair os estudantes surdos para a Instituição. Nesse sentido, é importante que essas concepções e as ações delas decorrentes estejam descritas em um documento para oficializar, institucionalizar e tornar público as diretrizes de acessibilidade e inclusão.

O mapeamento dos processos necessários para publicar um documento institucionalizando as diretrizes de acessibilidade e inclusão nos IFs pode ser conferido na Figura 25.

Figura 25 – Processos necessários para publicar documento as diretrizes que tenha a finalidade de promover a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos nos IFs



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Após o estabelecimento de uma política de acessibilidade e inclusão, é preciso pensar nos processos relacionados ao como trazer os surdos para os IFs, partindo do pressuposto da necessidade de divulgar a instituição e fazer com que as informações cheguem até as pessoas surdas. Para isso alguns processos são indispensáveis, e sugerimos o seu início seja contratação ou nomeação do tradutor/intérprete de Libras, pois esse profissional será fundamental para desenvolver os materiais de divulgação e principalmente para entrar em contato com as pessoas surdas. Essa sugestão já é a primeira grande inovação nos processos relacionados aos estudantes surdos, pois a maioria dos gestores deixa para contratar esse profissional depois que o surdo ingressou na Instituição. No entanto, pensamos em quantos surdos perdem a oportunidade de estudar em um IF porque não sabe que ele existe, ou porque não sabe como ingressar na Instituição. Logo, sem o tradutor/intérprete de Libras, dificilmente outro profissional da Instituição vai pensar em ações de divulgação para a pessoa surda, porque não saberá como se comunicar com ela. Relacionado à contratação desse profissional é importante ressaltar que deverá ser priorizada a

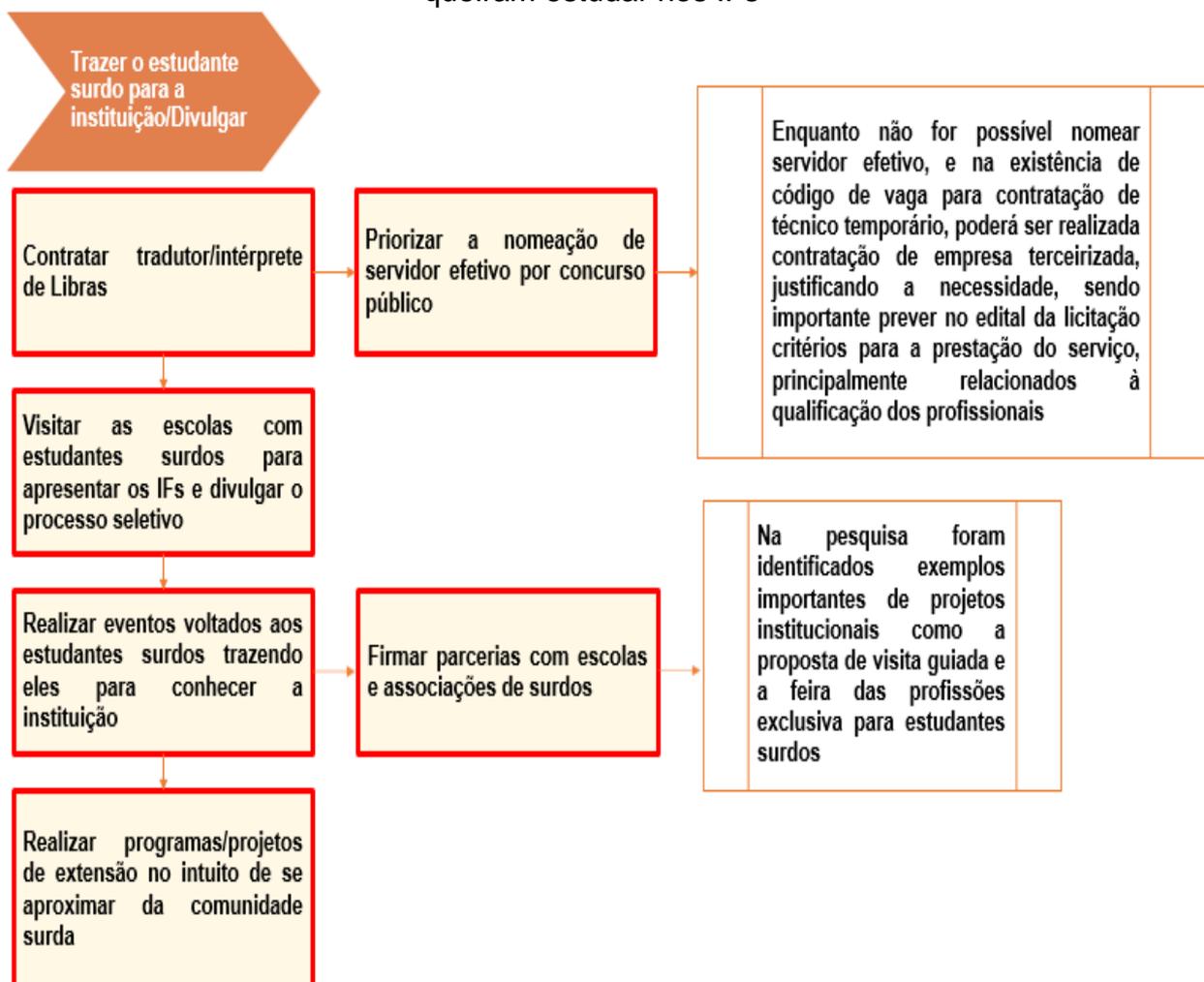
nomeação de servidor efetivo, aprovado em concurso público. No entanto, quando isso não for possível e na inexistência de código de vaga para contratação de técnico administrativo temporário, o gestor poderá contratar empresa terceirizada, por meio de licitação, apresentando como justificativa a impossibilidade de contratação por outros meios legais. Se o gestor optar por esse tipo de contratação é fundamental que no edital da licitação estejam previstos entre os critérios para a prestação do serviço a exigência de profissionais com formação adequada e qualificados para atender as necessidades institucionais, sendo importante também a exigência de continuidade do serviço, evitando a rotatividade do profissional tendo em vista o acompanhamento da evolução do conteúdo de cada curso. Ainda, na hipótese de contratação de serviço terceirizado é fundamental o acompanhamento dos gestores educacionais, que deverão realizar reuniões periódicas com esses profissionais, esclarecendo sobre as necessidades e características institucionais e acompanhando o andamento das atividades.

Além da contratação do tradutor/intérprete de Libras, outros processos que podem ser adotados pela Instituição é a visita às escolas que têm estudantes surdos matriculados e a realização de eventos institucionais que tragam o estudante surdo até o IF, como por exemplo, a Feira das Profissões voltadas para os estudantes surdos e a visita guiada, ações estas relatadas no decorrer na pesquisa. Para realizar esses eventos é muito importante estabelecer parcerias com escolas e associações de surdos.

Para finalizar, ainda podem ser realizados programas ou projetos de extensão que tenham como público-alvo a comunidade surda, pois através destas ações é possível se aproximar da comunidade e despertar nessas pessoas o desejo em estudar no IF.

Todas estas sugestões podem ser visualizadas na Figura 26, que apresenta o mapeamento dos processos necessários para divulgar os IFs para a comunidade surda.

Figura 26 – Processos necessários para fazer com que os surdos conheçam e queiram estudar nos IFs



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Depois de divulgar os IFs para a comunidade surda, a próxima etapa diz respeito às formas de possibilitar o ingresso desses estudantes na Instituição e é nesta etapa que começam os maiores desafios relacionados à acessibilidade e à inclusão. Por meio do mapeamento dos processos podemos verificar que existem necessidades de mudanças metodológicas, mas que essas ações são passíveis de serem realizadas.

Nesse sentido, ao pensar no ingresso dos estudos surdos nos IFs a primeira ação necessária é a disponibilização das informações sobre o processo seletivo de ingresso de estudantes de forma acessível, explorando a utilização de recursos visuais na organização do *site* e do portal de ingresso, sendo importante também disponibilizar as informações em Libras, por meio de vídeos. Além do acesso às informações, é indispensável a disponibilização de um sistema de inscrição acessível

aos candidatos surdos, sendo que, tanto na organização do *site* como no sistema de inscrição, podem ser utilizados como referência os apontamentos dos estudantes surdos, obtidos nessa pesquisa, que constam na subseção 6.1.1, do capítulo 6. Entre as sugestões está a elaboração de vídeos explicativos em Libras para as palavras mais complexas e que possam ser desconhecidas pelos surdos e disponibilizar um canal de comunicação *online*, para que o surdo possa esclarecer suas dúvidas, sendo que este atendimento poderá ser realizado por mensagens em português, ou, em caso do servidor ser fluente em Libras, o atendimento poderá ser em vídeo. Ao final da inscrição o candidato surdo precisa enviar um formulário de solicitação de condição especial para a realização da prova, sendo sugerido nesta proposta que esse formulário esteja de fácil localização na página de inscrição e que o mesmo possa ser anexado no próprio sistema, evitando que o candidato surdo tenha custos financeiros adicionais. Relacionado aos custos adicionais, é sugerido também que seja dispensada a apresentação de laudo médico no momento da inscrição, e que em caso de aprovação no processo seletivo, a equipe de profissionais da área da saúde do próprio IF possa realizar a perícia médica e comprovar a condição especial. Essa alteração de procedimento é relevante porque a emissão do laudo gera um custo ao candidato surdo, que muitas vezes deixa de realizar a inscrição por não ter recurso financeiro para pagar uma consulta médica.

Mesmo tornando as informações e o sistema de inscrição acessíveis, é imprescindível a disponibilização de servidor fluente em Libras para o atendimento presencial dos candidatos surdos na própria Instituição, em horários que poderão ser estabelecidos e divulgados no *site* institucional.

Após viabilizar a inscrição do candidato surdo, a gestão precisa estabelecer processos que garantam a acessibilidade da prova, buscando proporcionar a equidade entre os candidatos. Assim, sugere-se que a prova seja disponibilizada ao candidato surdo em Libras, por meio de vídeo. Além de disponibilizar a prova em Libras é necessário também a entrega da prova impressa, em português, considerando que alguns sinais podem ser desconhecidos para o candidato surdo, além disso, deve-se garantir a presença do tradutor/intérprete de Libras.

Os principais fatores que justificam a disponibilização da prova em Libras é a uniformização do instrumento avaliativo e a qualificação do conteúdo, pois considerando a carência de tradutores/intérpretes de Libras, muitas vezes pessoas

sem a formação e qualificação exigidas atuam nos processos seletivos de instituições de ensino, além disso, cada tradutor/intérprete de Libras vai interpretar e traduzir a questão de forma diferente, e o candidato surdo poderá receber a informação sobre a questão também de forma diferente. Ainda, considerando a complexidade das provas, a tradução e interpretação simultânea, sem o conhecimento do conteúdo com antecedência, prejudica na qualidade da informação repassada ao estudante, sendo que na realização da prova em Libras uma equipe de profissionais estuda cada uma das questões e, após o estudo, realiza a tradução e a filmagem.

Além disso, após as questões estarem gravadas e editadas, professores surdos fazem a revisão e verificam se as questões em Libras estão passíveis de compreensão, sendo que se as questões não estiverem claras, as mesmas são refeitas. Sendo assim, não tem como comparar uma prova seguindo essa metodologia que permite a qualificação da tradução, com uma prova que é traduzida e interpretada em tempo real, onde o profissional precisa ler a questão, compreender o seu teor e, só assim, realizar a tradução. É importante ressaltar que, essa alteração de procedimento reduz a necessidade quantitativa de tradutores/intérpretes de Libras no dia de realização da prova, pois para tradução/interpretação em tempo real é indicado a presença de dois tradutores/intérpretes de Libras por candidato surdo, sendo que com a disponibilização da prova em Libras poderá ter um ou dois tradutores/intérpretes de Libras em uma sala com vários candidatos surdos.

Além da acessibilidade da prova é fundamental o cuidado nas atividades relacionadas à correção da redação, pois essa correção deverá ser realizada por profissional graduado em Letras/Libras que irá considerar a singularidade linguística dos candidatos surdos.

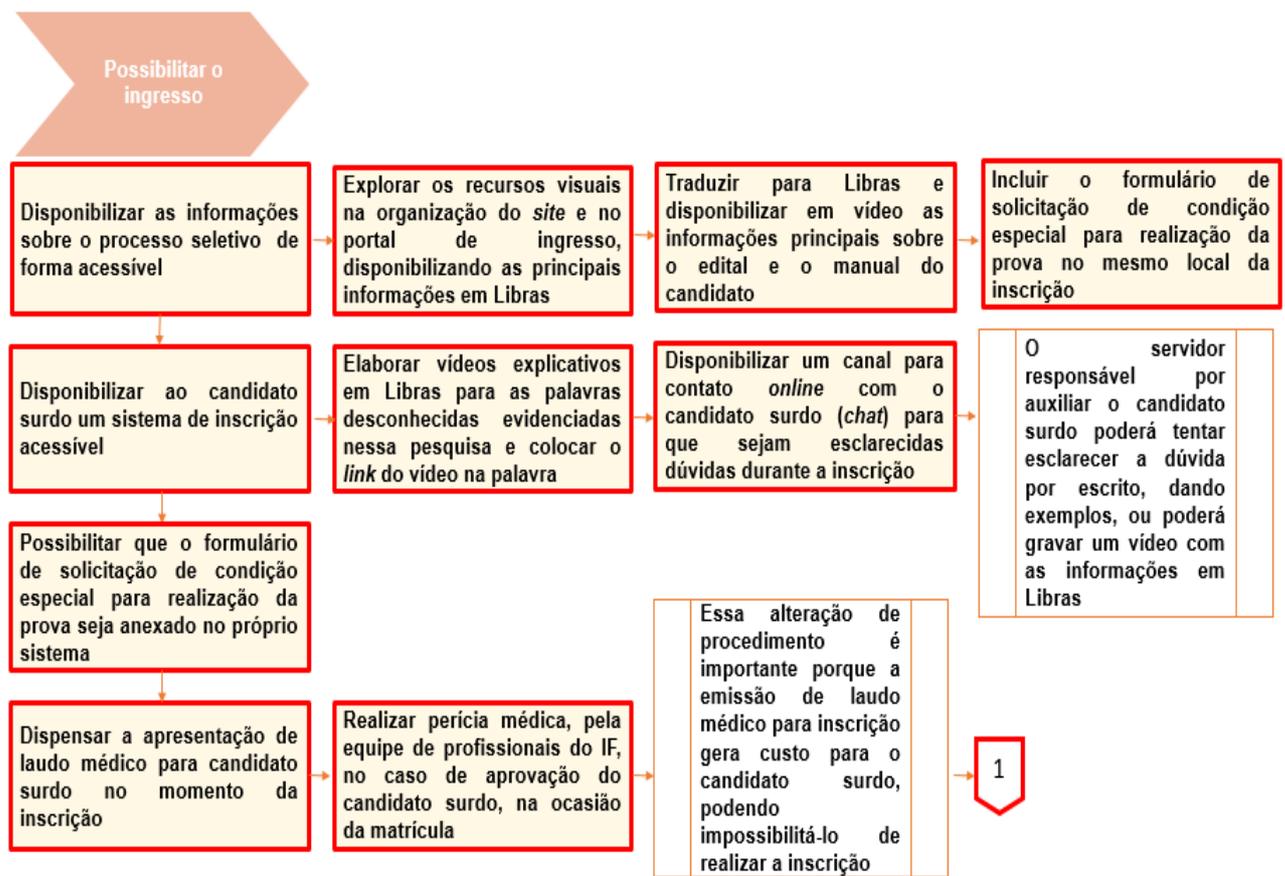
Muitos podem pensar que a acessibilidade no ingresso acaba com a realização da prova do processo seletivo, mas não, após a realização da prova, o próximo passo é pensar na forma como a pessoa surda terá acesso aos resultados do processo seletivo e aos procedimentos de matrícula. Assim, as informações referentes aos resultados e sobre os documentos necessários para a matrícula devem estar de fácil localização e, de preferência, disponibilizadas aos surdos através de vídeo, em Libras. Além disso, é sugerido que os candidatos surdos sejam comunicados que foram aprovados, sendo que esta comunicação pode ser por *e-mail* ou por mensagem de texto (SMS), esse contato direto com o surdo é importante porque muitas vezes a

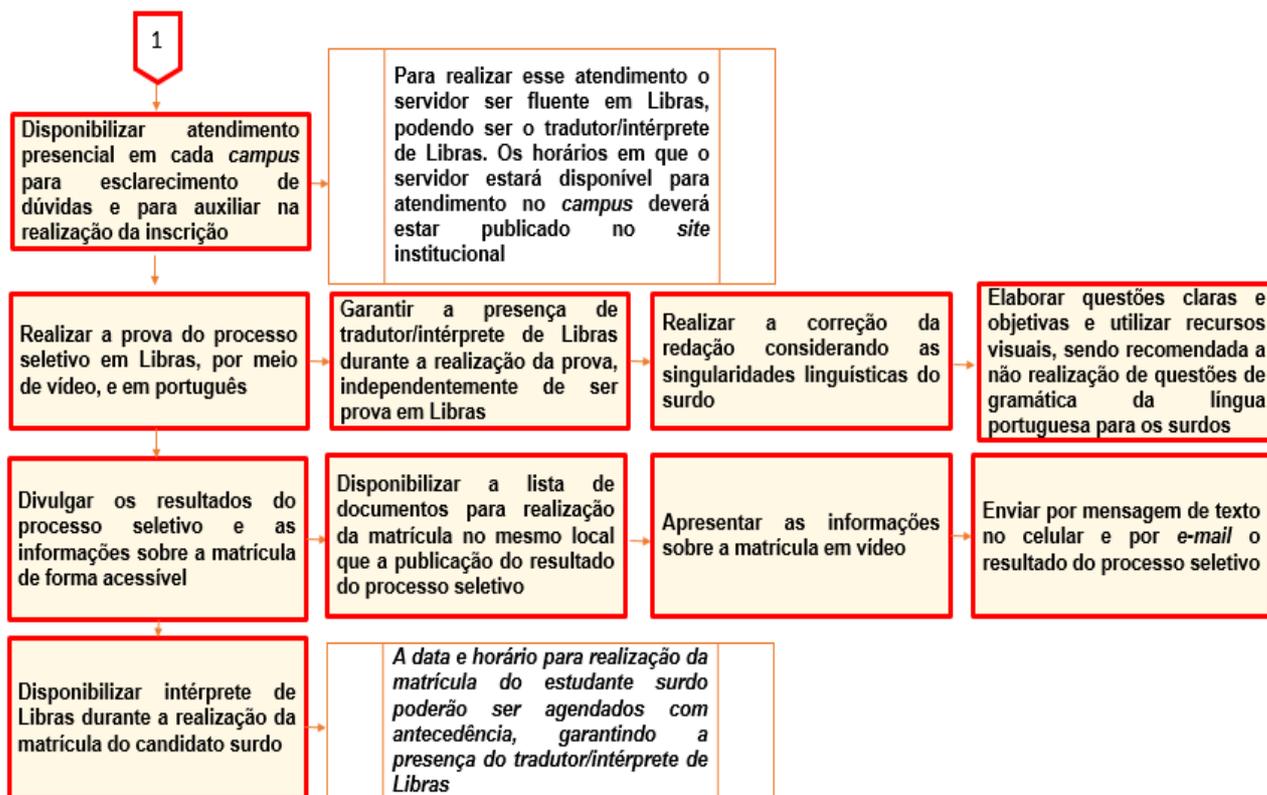
informação sobre a matrícula pode passar despercebida, quando por exemplo, o nome do arquivo referente a lista de aprovados é “1ª chamada”, texto este que não tem sentido para o surdo.

Por fim, para garantir a acessibilidade no ingresso, é fundamental a presença do tradutor/intérprete de Libras no momento da matrícula, que poderá ser o primeiro contato direto do estudante surdo com a Instituição. Para viabilizar esse atendimento a data e o horário da matrícula do estudante surdo poderão ser agendadas com antecedência.

O mapeamento dos principais processos necessários para possibilitar o ingresso dos estudantes surdos nos IFs pode ser visualizado na Figura 27.

Figura 27 – Processos necessários para possibilitar o ingresso dos estudantes surdos nos IFs





Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Superada a etapa do ingresso do estudante surdo no IF, o próximo passo é estruturar os processos necessários para possibilitar a permanência na Instituição e buscar garantir as mesmas oportunidades formativas. Para isso, inicialmente, é importante acolher esse estudante e fazer com que ele se sinta seguro na Instituição, buscando por meio da Assistência Estudantil, do Departamento Pedagógico e do Napne, dar suporte ao estudante surdo e buscar compreender quais são as suas necessidades, partindo de uma conversa para identificar o que ele precisa e seguindo com encontros periódicos para acompanhar o seu desenvolvimento e auxiliar na superação de dificuldades.

Outro ponto fundamental é disponibilizar tradutor/intérprete de Libras em todos os espaços formativos e não apenas em sala de aula, lembrando sempre que esse profissional por si só não garante a acessibilidade e a inclusão do estudante surdo, mas é o primeiro passo para que ela se torne possível. Relacionado aos tradutores/intérpretes de Libras é fundamental a atuação da gestão na preparação do profissional, sendo que no seu ingresso deverá ser informado quais são as suas atribuições e de que forma podem contribuir para o desenvolvimento da Instituição e

da comunidade surda, além de serem previstos programas de formação, pois a qualificação desses profissionais influencia na formação dos estudantes surdos.

Além de ter o tradutor/intérprete de Libras, é importante também contratar professor efetivo de Libras, por meio de concurso público, para que possam ser realizados cursos de Libras tanto para os servidores do IF, como também para os estudantes e para a comunidade externa, pois, conforme pode ser comprovado com a pesquisa, a fluência da comunicação entre os estudantes surdos e a comunidade acadêmica é fundamental para a permanência desse estudante na Instituição. Ainda, o professor de Libras poderá promover ações de pesquisa e extensão relacionadas à comunidade surda, tendo a possibilidade de incluir os estudantes surdos nessas ações, possibilitando que eles tenham acesso a todos os espaços formativos, e não apenas ao ensino. Com relação à pesquisa e à extensão, é importante ressaltar que o estudante surdo pode e deve ser envolvido em ações nas mais diversas áreas e não especificamente a projetos relacionados à surdez.

Apenas contratar tradutor/intérprete de Libras e professor de Libras não garante a permanência do estudante surdo na Instituição, sendo necessário também desenvolver programas de formação para os professores, através da realização de eventos, cursos, oficinas, e atividades que possibilitem que os professores conheçam os surdos e as suas necessidades e possam compartilhar experiências. Uma das formas de capacitação é por meio de cursos a distância (EaD) relacionados à cultura surda e às possibilidades metodológicas de atendimento das necessidades dos estudantes surdos, pois os cursos EaD possibilitam aos professores maior flexibilidade de horário, além de atingir um número maior de participantes. Esses cursos podem ser promovidos pelos próprios profissionais do IF.

Além do processo de formação de professores, é fundamental que sejam promovidas reuniões periódicas entre os professores do curso, o tradutor/intérprete de Libras, a equipe de assistência estudantil e pedagógica e o Napne, para que possam acompanhar o desenvolvimento do estudante surdo, compartilhar as experiências exitosas e buscar soluções para as dificuldades encontradas no dia a dia.

Outro processo relevante é a sensibilização da comunidade acadêmica para que todos busquem aprender Libras e que se aproximem dos estudantes surdos, para que esses venham a se sentir incluídos. Além das questões formativas e atitudinais,

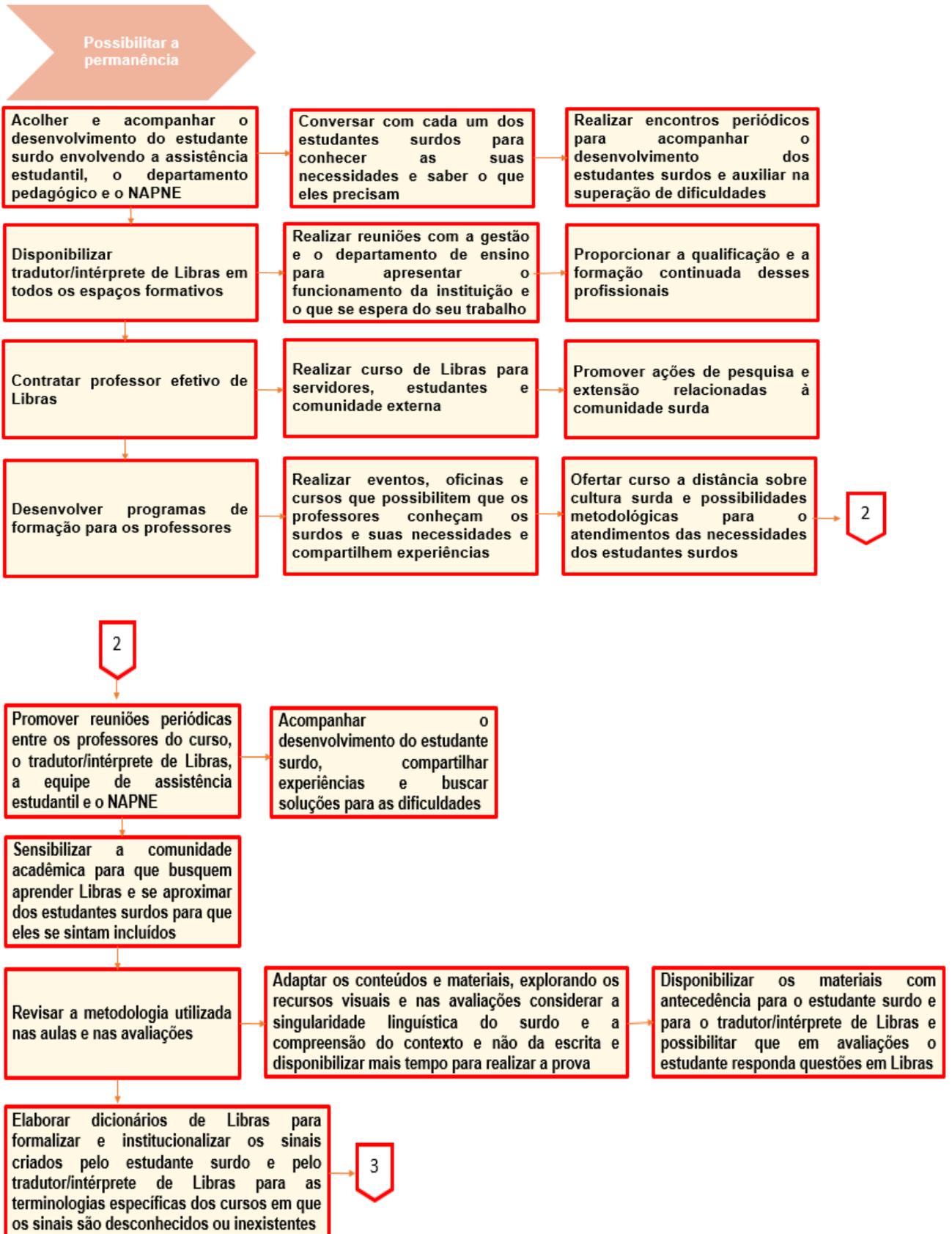
se faz necessário estabelecer processo de revisão da metodologia utilizada nas aulas e nas avaliações, sendo importante adaptar os conteúdos e materiais utilizados em aula, explorando os recursos visuais e buscando disponibilizar os materiais com antecedência para os estudantes surdos e para o tradutor/intérprete de Libras. Nas avaliações é importante considerar a singularidade linguística dos estudantes surdos, sendo imprescindível nas avaliações descritivas considerar o contexto e não o certo ou errado da gramática da língua portuguesa, sendo possível também permitir que o estudante surdo apresente sua resposta em Libras e que esta seja traduzida para o português.

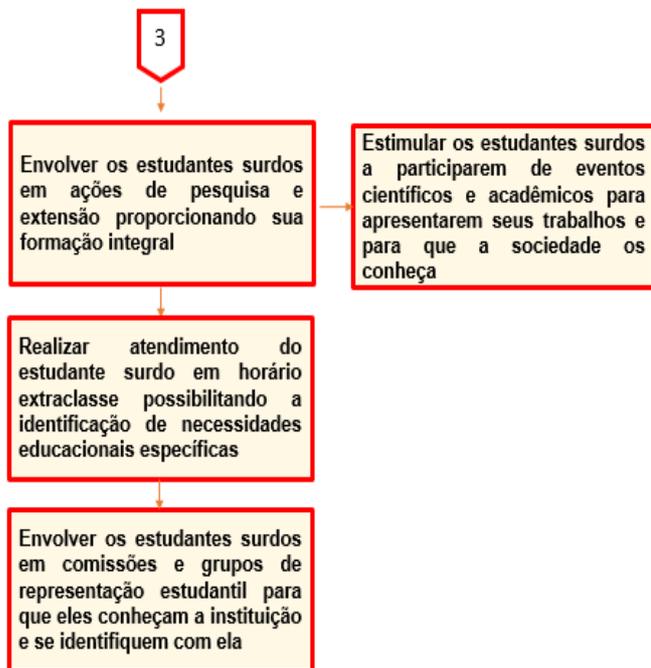
Durante as aulas muitos sinais são criados pelo estudante surdo e pelo tradutor/intérprete de Libras, principalmente para terminologias específicas de cada curso, onde os sinais não são conhecidos ou não existem. Nesse sentido, outro processo fundamental e que auxilia a permanência do estudante surdo é a elaboração de um dicionário de Libras com esses sinais no intuito de formalizá-los e torná-los institucionais. Esse dicionário pode ser elaborado por meio de fotos ou vídeos e deve ser amplamente divulgado, para que outras instituições possam utilizar os mesmos sinais e para que estes sejam adotados pela sociedade, colaborando para a posterior inserção do estudante surdo no mundo do trabalho.

Ainda, uma ação necessária para a permanência do estudante surdo no IF é realizar o atendimento do estudante em horários extraclasse possibilitando a identificação de necessidades educacionais específicas. Para isso, devem ser pensadas estratégias que motivem o estudante a permanecer na Instituição em outros horários, participando de outras atividades que vão além da sala de aula, envolvendo, por exemplo, esses estudantes em comissões e grupos de representação estudantil para que eles conheçam a Instituição e se identifiquem com ela.

O mapeamento dos processos sugeridos para que se possa possibilitar a permanência dos estudantes surdos nos IFs estão representados na Figura 28.

Figura 28 – Processos necessários para possibilitar a permanência dos estudantes surdos nos IFs

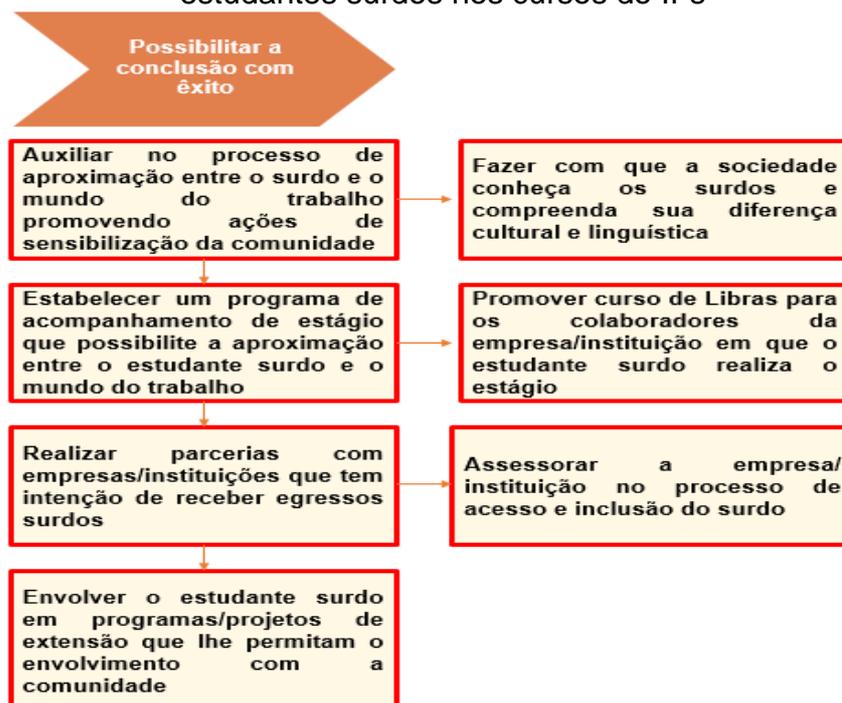




Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Concluindo as etapas internas relacionadas a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos IFs, apresento na Figura 29 o mapeamento dos processos necessários para que a instituição possa possibilitar ao estudante surdo a conclusão do curso com êxito.

Figura 29 – Processos necessários para possibilitar a conclusão com êxito dos estudantes surdos nos cursos do IFs



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Para que isso seja possível é fundamental que o IF auxilie no processo de aproximação entre o estudante surdo e o mundo do trabalho, promovendo ações de sensibilização e fazendo com que a sociedade conheça os surdos e compreenda sua diferença cultural e linguística.

Um momento importante para promover essa aproximação é durante a realização do estágio, sendo fundamental que a Instituição estabeleça um programa de acompanhamento de estágio, promovendo curso de Libras para os colaboradores da empresa/instituição. Outra ação passível de ser realizada é o estabelecimento de parcerias com empresas/instituições que tenham intenção de receber os egressos surdos, sendo possível que o IF assessore o processo de inclusão. Por fim, outra forma de aproximar o surdo da comunidade e buscar alternativas para que após a conclusão do curso ele tenha espaço no mundo do trabalho, é envolvendo esses estudantes em programas ou projetos de extensão, onde ele viverá na prática o que posteriormente irá experienciar no mundo do trabalho.

Assim, quando refleti sobre a conclusão com êxito, passei a questionar o que isso representa, e adotei como posição que a conclusão com êxito não é apenas concluir o curso, mas sim, conseguir concluir o curso e ingressar no mundo do trabalho. Nesse sentido, identifiquei que o papel dos IFs relacionado à acessibilidade e à inclusão do estudante surdo não está plenamente cumprido com a conclusão do curso, pois os IFs têm um compromisso social que vai além do seu ambiente interno, e cabe a gestão institucional buscar formas de atender a esse compromisso. Aliás, mesmo que a Instituição viabilize o acesso e a permanência do estudante surdo, possibilitando uma excelente formação, não estará atingindo o seu objetivo de efetivar a acessibilidade e a inclusão se a sociedade e o mundo do trabalho não estiverem sensibilizados para reconhecer as diferenças do surdo e suas competências e habilidades profissionais. Logo, considere importante relacionar nessa proposta de intervenção também os macroprocessos e processos que buscam atender ao compromisso social dos IFs, sendo apresentado na Figura 30 os macroprocessos que são: a produção de conhecimentos relacionados aos surdos, a contribuição no desenvolvimento social da comunidade surda, a formação de profissionais da área de Libras e, também, o compromisso em propor políticas públicas relacionadas à acessibilidade e à inclusão dos surdos.

Figura 30 – Macroprocessos relacionados ao compromisso social dos IFs de contribuir para a acessibilidade e para a inclusão dos surdos na sociedade e no mundo do trabalho

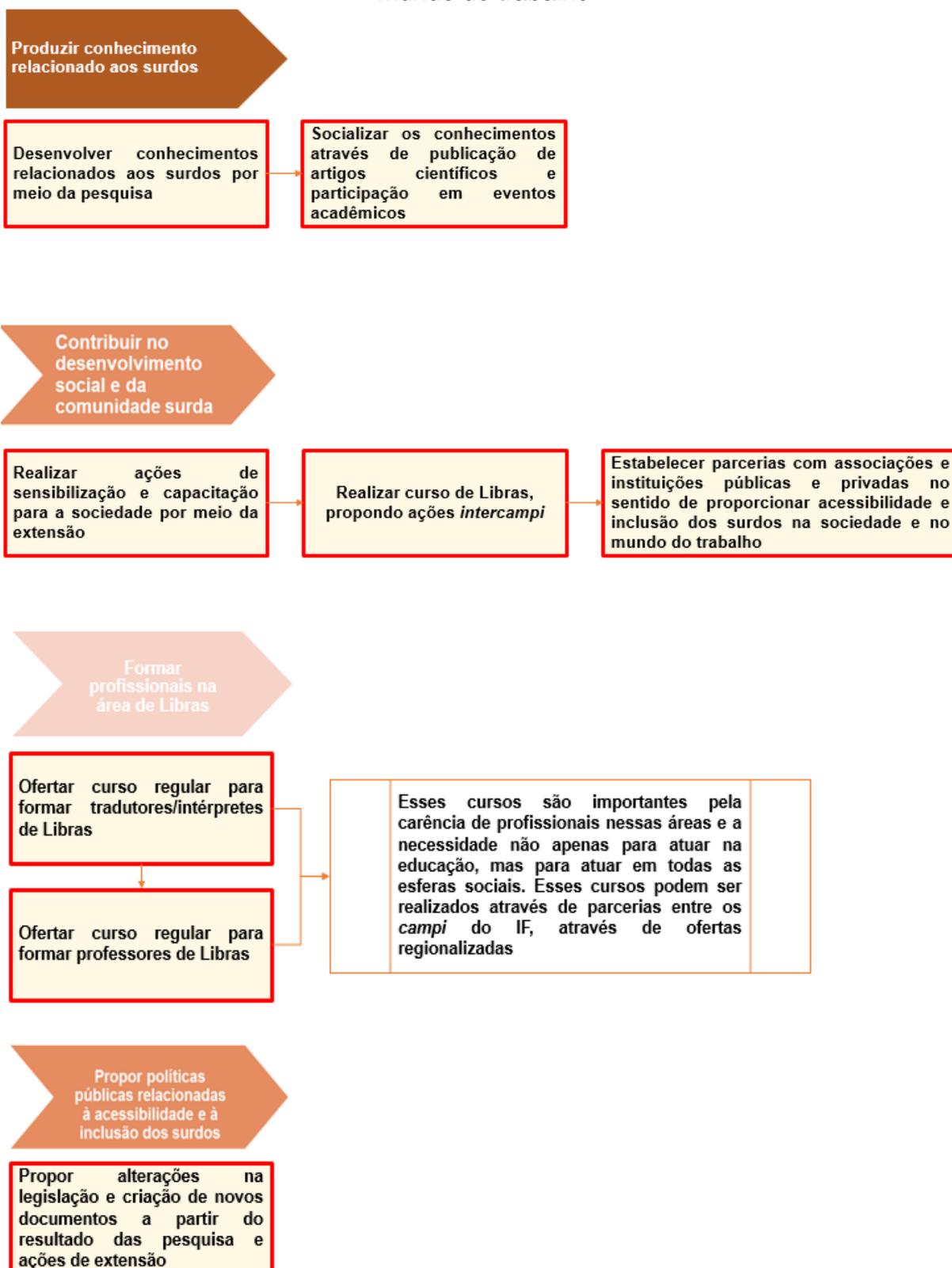


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Para atender ao proposto nos macroprocessos, considerando a carência de pesquisas na área da surdez e a qualificação dos profissionais dos IFs, sugere-se que essas instituições possam desenvolver conhecimentos por meio da pesquisa – sendo fundamental que esses conhecimentos sejam compartilhados através de artigos científicos e participação em eventos acadêmicos; que busquem realizar ações para sensibilizar e capacitar a sociedade, por meio da extensão, realizando cursos de Libras e estabelecendo parcerias com associações e instituições públicas e privadas no sentido de proporcionar a acessibilidade e a inclusão dos surdos na sociedade e no mundo do trabalho, e ainda, que possa, por meio do ensino, ofertar cursos regulares para a formação de tradutores/intérpretes de Libras e professores de Libras. Essa ação é relevante pela carência de profissionais e de cursos nas áreas supramencionadas e da necessidade desses profissionais não apenas na área da educação, mas em todas as esferas sociais. Considerando que cada *campus* tem poucos professores nessa área, esses cursos poderiam ser ofertados regionalizados, por meio de parcerias entre os *campi* do IF.

O mapeamento dos processos necessários para atender ao compromisso social dos IFs de contribuir para a acessibilidade e para a inclusão dos surdos na sociedade e no mundo do trabalho está representado na Figura 31.

Figura 31 – Processos necessários para atender ao compromisso social dos IFs de contribuir para a acessibilidade e para a inclusão dos surdos na sociedade e no mundo do trabalho



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Por fim, encerro esta proposta de intervenção trazendo a relevância e o compromisso institucional em propor políticas públicas relacionadas à acessibilidade e à inclusão dos surdos, podendo a partir do resultado das pesquisas e das ações de extensão, sugerir alterações na legislação e auxiliar na elaboração de novas regulamentações, orientações e documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes, para que com os resultados da análise pudessem ser propostas melhorias no intuito de viabilizar a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos estendendo a possibilidade para todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A apresentação desses resultados se concretiza na proposta de intervenção onde, através do mapeamento de processos, são apontados possíveis caminhos a serem seguidos pelos gestores dos IFs.

Para alcançar o objetivo dessa pesquisa foi essencial estabelecer um percurso metodológico que possibilitasse compreender a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos por diversos olhares para que os processos propostos pudessem de fato atender às necessidades desses sujeitos. Assim, os resultados foram obtidos a partir do diálogo com os estudantes surdos, tradutores/intérpretes de Libras, professores e gestores, além, da fundamental importância da análise documental, tanto da legislação relacionada à temática, como dos documentos do IFRS e do IFSC que retratam a política institucional voltada à inclusão.

A análise documental possibilitou, além de investigar como as diretrizes relacionadas à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos estão retratadas nos documentos institucionais, também a identificação de como a acessibilidade e a inclusão estão postas na legislação, sendo que a partir do levantamento e análise das leis, decretos e outros documentos normativos de caráter nacional relacionados ao tema, foi possível a identificação dos direitos da pessoa surda e das obrigações das Instituições de Ensino, especialmente dos IFs.

Considerando que os IFs são instituições públicas, criados por Lei que estabelece as suas finalidades, princípios e obrigações, não poderia pensar em uma proposta de intervenção que envolve práticas de gestão sem compreender com profundidade a legislação, pois, caso contrário, a proposta poderia ser inexecutável.

Assim, com a análise da legislação foi possível identificar que as políticas públicas brasileiras têm a intencionalidade de promover a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas, deixando claro desde a Constituição Federal de 1988 que, perante a Lei, todas as pessoas são iguais e têm o mesmo direito de acesso, cabendo as Instituições de Ensino garantir esse acesso. No entanto, nessa constatação nos deparamos com várias contradições, pois, por mais que exista essa intencionalidade, a legislação não aponta caminhos para que isso se torne viável. Além disso, o fato de considerar todas as pessoas iguais, por si só, exclui o surdo, pois o surdo é reconhecido a partir da sua diferença cultural e linguística, logo, para que ele tenha igualdade de acesso precisamos partir do princípio da equidade onde devem ser dadas condições diferentes para pessoas diferentes possibilitando assim que elas tenham as mesmas oportunidades e tenham a garantia dos seus direitos enquanto seres humanos.

A própria legislação reconhece a diferença cultural e linguística dos surdos, sendo que, em 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), foi reconhecida como língua oficial no Brasil e em 2005, o Decreto 5.626 regulamentou a Lei de Libras e ratificou que as pessoas surdas tem direito de ter acesso à educação através da sua língua, estabelecendo a obrigatoriedade da presença do tradutor/intérprete de Libras em todos os espaços formativos, a acessibilidade no processo seletivo de ingresso nas instituições de ensino e, salientou a necessidade de formação de profissionais habilitados para atuarem com surdos garantindo a educação bilíngue.

No entanto, com a análise da legislação ficaram claras algumas lacunas, pois a lei declara que o surdo tem direito de acesso à informação, à comunicação e à educação, garantindo a presença do tradutor/intérprete de Libras, mas, ao mesmo tempo, estabelece alguns mecanismos que inviabilizam o cumprimento da lei, pois nesse estudo ficou evidente a dificuldade de contratação de tradutores/intérpretes de Libras o que resulta em estudantes surdos sem o acompanhamento do profissional, ou ainda, que os surdos nem saibam da possibilidade de estudar em um IF porque essas informações não chegam até ele.

Ainda, relacionado aos desafios com a contratação do tradutor/intérprete de Libras os IFs se deparam com a carência desses profissionais que está vinculada também à legislação. De fato, temos que considerar que esta é uma profissão extremamente recente, reconhecida por lei apenas em 2010, no entanto, desde 2005

foram estabelecidas estratégias para formação de tradutores/intérpretes de Libras e professores de Libras, mas essas estratégias não foram suficientemente eficazes, sendo que atualmente poucas Instituições de Ensino oferecem cursos para formação desses profissionais, por exemplo, nos IFs, apenas duas unidades no Brasil ofertam o curso técnico em tradução e interpretação de Libras. Logo, surge como sugestão desse estudo, que os IFs possam estabelecer entre os seus eixos de atuação, a realização de cursos voltados à formação de tradutores/intérpretes de Libras e professores de Libras, podendo propor essas ações a partir de parcerias entre os *campi* ou com outras instituições e recebendo fomento do Ministério da Educação.

Partindo para a análise dos documentos do IFRS e do IFSC foi possível constatar que ambas as instituições apresentam diversas diretrizes relacionadas à acessibilidade e à inclusão e se comprometem com a educação inclusiva, apresentando a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas como princípio norteador da Instituição, retratando esta informação no Estatuto ou no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Além disso, em cada uma das Instituições foi possível identificar algumas diretrizes específicas que foram incorporadas na proposta de intervenção como sugestões para outros IFs, como por exemplo, a adoção de política de cotas com o estabelecimento de reserva de vagas para pessoas com necessidades educacionais específicas, tanto em cursos técnicos e de graduação, como também, nos cursos de pós-graduação; a criação de comissões que tenham por finalidade os estudos surdos e o estabelecimento de diretrizes quanto ao atendimento metodológico e didático dos estudantes surdos.

Logo, a análise documental, tanto da legislação como das políticas institucionais indicam a necessidade dos IFs garantirem o acesso e a permanência dos estudantes surdos, sendo fundamental para isso a acessibilidade de editais, documentos institucionais, formulários, sistemas de inscrição, provas, além da indispensável presença do tradutor/intérprete de Libras. Os documentos também apontam para a necessidade de desenvolver um currículo inclusivo, realizando adaptação curricular quando necessário, e estabelecer estratégias para formação de profissionais. Para finalizar a apresentação dos resultados da análise documental, cabe ressaltar a importância de que essas diretrizes estejam descritas em

documentos oficiais para que as ações originárias dessas diretrizes tenham caráter e validade institucional.

Além do conhecimento e compreensão da legislação e das principais diretrizes institucionais relacionadas à acessibilidade e à inclusão, o estudo possibilitou, a partir do diálogo com os estudantes surdos, a identificação das suas principais necessidades relacionadas ao acesso e à permanência nos IFs e, também, a verificação da acessibilidade das ferramentas de comunicação institucional e da prova do processo seletivo para ingresso nos IFs.

Essa etapa de verificação da acessibilidade das ferramentas de comunicação foi de extrema relevância para os resultados desse estudo, pois os estudantes surdos participantes da pesquisa simularam a inscrição no processo seletivo de ingresso de ambas as instituições e para isso verificaram a acessibilidade do *site* institucional, do sistema de inscrição, dos procedimentos de inscrição e matrícula e de importantes documentos, como por exemplo, editais e manual do candidato. Essa simulação trouxe ricas contribuições para a proposta de intervenção, pois as sugestões que esses estudantes apresentaram podem ser utilizadas para apresentação de todas as comunicações institucionais e também para a produção e disponibilização de materiais didáticos para as aulas.

Entre os principais apontamentos para viabilizar a acessibilidade estão: a disponibilização das informações em Libras, por meio de vídeos; a necessidade de explorar a utilização dos recursos visuais, principalmente imagens; a utilização de informações objetivas, tendo cuidado na escolha das palavras e a disponibilização de canais de comunicação que possibilitem o contato do estudante surdo com um atendente para o esclarecimento de dúvidas, podendo ser, por exemplo, um *chat online*, ficando em evidência a importância das tecnologias digitais como meio para proporcionar a acessibilidade.

Com relação à acessibilidade da prova do processo seletivo de ingresso ficou em destaque a importância da realização da prova em Libras, através de vídeos, sendo ressaltado pelos estudantes que com essa prova eles se sentem respeitados, além de ser uma forma de ampliarem o seu vocabulário, aprendendo novos sinais. Entretanto, mesmo com a prova em Libras eles destacam a necessidade de disponibilizar a prova em português e de garantir a presença do tradutor/intérprete de Libras, principalmente pela característica de regionalização dos sinais da Libras,

assim, quando o estudante não reconhecer um sinal poderá consultar a palavra em português. Ainda, acrescentaram que é fundamental que na correção da redação seja considerada a singularidade linguística do surdo com relação à língua portuguesa.

A verificação da acessibilidade das provas para o processo seletivo apresenta subsídios para a elaboração dos instrumentos de avaliação utilizados no decorrer dos cursos, sendo importante considerar nessas avaliações a singularidade linguística dos surdos, elaborando os enunciados de forma clara e objetiva e, se possível, disponibilizando o instrumento de avaliação em Libras. Outra sugestão que surgiu no decorrer da pesquisa, mas que não se aplica as provas do processo seletivo para ingresso na Instituição, é a possibilidade de as respostas serem em Libras, gravadas em vídeo, e posteriormente traduzidas para o português.

Assim, a metodologia utilizada para verificação de acessibilidade, relatada nos parágrafos anteriores, já possibilitou a identificação e descrição de várias necessidades e características dos estudantes surdos. Contudo, cabe acrescentar que dentre as necessidades dos surdos o que está em maior evidência é o reconhecimento e a aceitação de suas diferenças culturais e linguísticas que se resumem principalmente nas formas de comunicação e na utilização da Libras.

Os resultados apresentados até aqui foram fundamentais para poder analisar os atuais processos de gestão do IFRS e do IFSC que foram mapeados a partir da descrição das ações pelos gestores e foram complementados com os relatos dos tradutores/intérpretes de Libras e dos professores. Nesse mapeamento pode ser identificado que ambas as instituições desenvolvem ações no intuito de viabilizar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nas etapas de divulgação, ingresso e permanência, no entanto, essas ações são realizadas isoladamente, não seguem uma sequência de atividades e não é realizado o acompanhamento de resultados, o que denota a importância da proposta de intervenção resultante desse estudo, que além de registrar o que já está sendo praticado, aponta novas possibilidades.

Entre os principais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos que são realizados atualmente destaco projetos de divulgação institucional que envolvem visitas às escolas de educação básica com estudantes surdos matriculados, parcerias com associações de surdos e ações que trazem esses estudantes até os IFs, como por exemplo, a Feira das Profissões e a Visita Guiada. Com relação ao ingresso destaco a disponibilização de informações

acessíveis, por meio de vídeos e a realização da prova em Libras. Já na etapa de permanência são destacadas ações de formação, como por exemplo, cursos de Libras para a comunidade acadêmica, palestras e reuniões pedagógicas com os professores.

Encaminhando para a conclusão, com a compreensão das características e das necessidades dos estudantes surdos e com o entendimento dos princípios legais relacionados aos direitos dos surdos e às obrigações institucionais foi possível analisar os atuais processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos, sendo constatado que as ações que estão em andamento nas Instituições são muito importantes para os estudantes surdos e demonstram o compromisso institucional com a acessibilidade e a inclusão, mas que por serem ações isoladas, ainda não são suficientes e podem ser aprimoradas por meio da gestão sistemática dos processos.

A partir dessa análise foi possível compreender que a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos vão além do ingresso, da permanência e do êxito, pois essas são etapas importantes para viabilizar a acessibilidade e a inclusão, mas, outros fatores perpassam todas essas etapas e se constituem como princípios norteadores dos processos de gestão.

Esses fatores que foram identificados na pesquisa como categorias de análise são: o acesso, o respeito, a formação e o compromisso social dos IFs. O princípio do acesso perpassa todas as etapas e significa ter acesso aos direitos básicos, à informação, às mesmas oportunidades, aos conteúdos, aos espaços formativos e, também, ao mundo do trabalho. O respeito envolve principalmente a aceitação das diferenças, sendo que uma instituição de ensino só vai pautar a inclusão a partir do momento que conhecer e respeitar as diferenças dos estudantes surdos.

Assim, para que se possa conhecer sobre os surdos e ter acesso à Libras é imprescindível a formação, sendo que esse princípio envolve a formação dos professores para que eles se sintam preparados para ter um estudante surdo em sala de aula, a formação do tradutor/intérprete de Libras, a formação dos técnicos-administrativos que vão atender o estudante surdo na Instituição e a formação e sensibilização dos estudantes.

Mas, é importante ressaltar que a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos não se resume nas atividades internas da instituição, pois ao falarmos em conclusão do curso com êxito precisamos pensar também na acessibilidade e na

inclusão desse egresso na sociedade e no mundo do trabalho e, para isso, os IFs têm um papel fundamental podendo através do ensino formar profissionais para atuarem na educação de surdos e com os surdos; através da pesquisa produzir conhecimentos e, através da extensão, possibilitar que esses conhecimentos cheguem até a sociedade e que sejam capazes de promover a transformação social, essa é a síntese do princípio do compromisso social.

Por fim, encerro este estudo com a proposta de intervenção onde são sugeridos processos de gestão com a finalidade de apresentar aos gestores educacionais possíveis caminhos para viabilizar a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos nos IFs. Entendo que dos resultados dessa pesquisa e da materialização da proposta de intervenção irão surgir outros instigantes temas de pesquisa e que a continuidade de estudos relacionados a esta temática são fundamentais para construir uma sociedade mais humana e inclusiva.

Para que isso se torne possível é fundamental a divulgação dos resultados através de publicações e de apresentações em eventos relacionados à temática e, principalmente, o diálogo com os gestores dos IFs e profissionais que atuam com os estudantes surdos nessas instituições, para que juntos possamos analisar a proposta de intervenção e proporcionar a sua implementação e acompanhamento, enfatizando o aprimoramento contínuo dos processos de gestão.

Contudo, não posso deixar de relatar o quanto a realização desse estudo contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, principalmente considerando a minha aproximação inicial com a temática. A investigação científica, com rigor metodológico, possibilitou que eu saísse do meu papel de membro da comunidade surda, com o olhar fixo nas necessidades dos surdos, e assumisse a atitude de pesquisadora, ampliando de forma significativa as minhas percepções sobre os fatores que envolvem a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos e sobre a relevância do protagonismo dos gestores educacionais nesses processos. Esse novo olhar, proporcionado pela pesquisa me torna uma profissional ainda mais comprometida com a viabilização dos processos de inclusão, e possibilita que eu possa auxiliar na busca por alternativas que busquem atender de forma efetiva as necessidades dos estudantes surdos, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Parecer nº 01/2014 - **Temas relativos à carreira de servidor público**: formas juridicamente válidas de admissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Brasília, 2014a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 22 de março de 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 22 de março de 2016.

BRASIL. IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Bento Gonçalves: IFRS, 2014b. Disponível em <<http://pdi.ifrs.edu.br/site/index/index/>> Acesso em 22 de março de 2016.

BRASIL. IFRS. **Relatório de Autoavaliação Institucional do IFRS**. Bento Gonçalves: IFRS, 2015a. Disponível em <<http://cpa.ifrs.edu.br/site/noticias/ver/id/297>> Acesso em 22 de março de 2016.

BRASIL. IFRS. Resolução Nº 20, de 25 de fevereiro de 2014. **Aprova a Política de Ações Afirmativas do IFRS**, 2014c. Disponível em <[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_22_14_\(1\).pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_22_14_(1).pdf)> Acesso em 27 de abril de 2016.

BRASIL. IFRS. Resolução Nº 22, de 25 de fevereiro de 2014. **Aprova o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne)**, 2014d. Disponível em <http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210112736846resolucao_20_consop.pdf> Acesso em 27 de abril de 2016.

BRASIL. IFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Florianópolis: IFSC, 2015b. Disponível em <<http://pdi.ifsc.edu.br/download/>> Acesso em 22 de março de 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=censodemog2010_defic> Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar – Educação Básica**, 2012. Disponível em

<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior**, 2014. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm> Acesso em 28 de abril de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em 22 de março de 2016.

BRASIL. **Lei N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: 16 de março de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015c. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em 22 de março de 2016.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em 28 de abril de 2016.

BPM CBOK®. **Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio**. Corpo comum de conhecimento. ABPMP BPM CBOK V. 3.0, 2013. Disponível em <<http://www.abpmp-br.org/>> Acesso em 13 de maio de 2016.

CAMPOS, Eneida Rached. **Metodologia de gestão por processos**. Campinas: UNICAMP, 2003.

CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. **Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.8, n.2, p.127-156, maio, 2002.

CAVALCANTI, M. C.; SILVA, I.R. “Já que ele não fala, podia ao menos escrever...”: o grafocentrismo naturalizado que insiste em normalizar o surdo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Org.). **Linguística aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CERTAU, M. de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Métodos & Processos: Administrando Organizações por meio de Processos de Negócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 24ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.

CUNHA, Maria Isabel da. (Org.) **Qualidade da graduação: a relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento profissional docente**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Princípios de Direito**. Rio de Janeiro, 1998.

DALEY, E. **Expandindo o conceito de letramento**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v.49, n.2, p. 481-491, 2010.

DAVENPORT, Tomas H. Gestão de Processos no Trabalho do Conhecimento. In. BROCKE, Jan vom., ROSEMAN, Michael. **Manual de BPM: gestão de processos de negócio**. Tradução: Beth Honorato. Porto Alegre: Bookman, 2013, p. 17-36.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

DORZIAT, A. Bilingüismo e surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilingüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999, p.27-40.

FARIAS, Isabel M. S. de; BEZERRA, José E. B. Do documento ao documento: recompondo seu lugar histórico. In: NÓBREGA-TERRIEN, Silvia M.; FARIAS, Isabel M. S. de; NUNES, João B. C. (Org.). **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

FARIAS, S. A. **Em busca da inovação no marketing brasileiro: discutindo o processo de publicação de artigos em revistas e congressos**. Anais do Encontro de Marketing da ANPAD, Porto Alegre, 2004.

FERREIRA, F. A. B.; SANTANA, L. E. de L.; VARELA, S. B. L.; NUNES, J. B. C. Métodos mistos de pesquisa: contribuições para a Educação. In: NÓBREGA-TERRIEN, Silvia M.; FARIAS, Isabel M. S. de; NUNES, João B. C. (Org.). **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

FIGUEIREDO, A. de M. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS: A construção de uma nova institucionalidade.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015. Disponível em <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4178>>. Acesso em 19 de abril de 2016.

FIGUEIREDO, A. de M. ; LOUSADA, V. L. A Educação Profissional e Tecnológica como contramarcha. In: PEREIRA, Vilmar Alves; DIAS José Roberto de Lima; ALVARENGA, Bruna Telmo (Org.). **Educação popular e a pedagogia da contramarcha: uma homenagem a Gomercindo Chiggi.** Ied.Passo Fundo: Méritos, 2013, v. I, p. 101-120.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: a história das violências nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1997.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** 4 ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista.** 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

HAMMER, Michael. O que é Gestão de Processos de Negócio? In. BROCKE, Jan vom., ROSEMANN, Michael. **Manual de BPM: gestão de processos de negócio.** Tradução: Beth Honorato. Porto Alegre: Bookman, 2013, p. 3-16.

LACERDA, C. B. F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Caderno CEDES, Campinas, v.19, n.46, p.68-80, set. 1998.

LANG, H. G. **Higher education for deaf students: research priorities in the new millenium.** Journal of Deaf Studies and Deaf Education, Oxford, v.7, n.4, p.267-280, Fall 2002.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOPES, Maura Corcini et al. **Inclusão e Biopolítica.** Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, ano 8, n.144, 2010.

LORENZETTI, M. L. **A Inclusão do aluno no ensino regular: a voz das professoras.** Revista Espaço, Rio de Janeiro, n.18/19, p.63-69, 2002/2003.

MAHER, T. M. **Ser professor sendo índio: questões de linguagem e identidade.** Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1996.

MARTINS, V. R. O. **Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior**. Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.157-166, jun. 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. “**Desafios atuais na formação do professor de educação especial**”. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, R. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, M.E.A. (Org). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MORET, A. L. M.; BEVILACQUA, M. C.; COSTA, O. A. **Implante coclear: audição e linguagem em crianças deficientes auditivas pré-linguais**. Pró-Fono Revistade Atualização Científica, Barueri, v. 19, n. 3, p. 295-304, jul.-set. 2007.

NAGEL, E. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Cultrix, 1969.

OLABUÉNAGA, J. I. R. **Metodologia de La investigación cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1996.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PADDEN, C., HUMPHRIES, T. **Deaf in America: Voices from a culture**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1988.

PAVANI JÚNIOR, Orlando; SCUCUGLIA, Rafael. **Mapeamento e Gestão por Processos – BPM: gestão orientada à entrega por meio de objetos**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2011.

PERLIN, Gládis. MIRANDA, Wilson. **Surdos: o narrar e a política**. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p.217-226, 2013.

PROVIN, Priscila. Inclusão na universidade: estratégias para o ingresso de “todos” no ensino superior. In. KLEIN, Rejane Ramos; FABRIS, Eli T. Henn Fabris. (Org.) **Inclusão e Biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 99 – 111, 2013.

QUADROS. Ronice. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS. **O tradutor e o intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial – Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

QUADROS. **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

REILY, Lucia Helena. As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para pré-escolares surdos. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (Org.).

Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa.**

Evidência: Olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n.04, p.129-148, maio de 2008.

ROJO, R. H. R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola, 2009.

RUMMLER, G. A., BRACHE, A. P. **Melhores Desempenhos das Empresas:** Ferramentas para a Melhoria da Qualidade e da Competitividade. Editora Makron Books, São Paulo, 1992.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, Joel F. **Pesquisa Documental:** pistas históricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. n. 1, jul., 2009. Disponível em <www.rbhcs.com> Acesso em 20 de março de 2016.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes:** Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAMPAIO, I. S.; SANTOS, A. A. **Leitura e redação entre universitários:** avaliação de um programa de intervenção. Psicologia em Estudo, Maringá, v.7, n.1, p.31-38, jan. 2002.

SANDER, R. Questões de intérprete de língua de sinais na universidade. In: LODI, A.C.B et. al. **Letramento e minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem:** aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

SAVIANI, Demerval. A Política Educacional no Brasil. In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e Memórias da educação no Brasil.** Volume III. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, A. C.; NEMBRI, A. G. **Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

SILVA, Caetana Juracy Resende. (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008:** comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SILVA, Ivani Rodrigues, et al. O uso de jogos eletrônicos no processo ensino-aprendizagem de surdos. In. Valle, et al. **Educação digital:** a tecnologia a favor da inclusão. Porto Alegre: Penso, p. 213 – 238, 2013.

SKLIAR, C. B. **A educação para os surdos:** entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças. Anais do Seminário: Desafios e Possibilidades na

Educação Bilíngue para Surdos, 21 a 23 de julho. Rio de Janeiro: Ed. Lítera Maciel Ltda., 1997, p. 32-47.

SKLIAR, C. B. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SKLIAR, C. B. Apresentação: a localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C. B. Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p.7-14.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

THIEVES JUNIOR, Juarez Jonas. **Workflow - Uma tecnologia para transformação do conhecimento nas organizações** - Estudo de caso no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEEE. SC, 2. ed., Florianópolis: Insular, 2001.

VALDÉS, Maria Teresa Moreno (Org.). **Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil**: caminhos e desafios. Fortaleza: Eduece, 2006, 174 p

VALLE, Luiza E. L. R. do. Inclusão digital na alfabetização: importância da aprendizagem inicial na vida de todos. In: VALLE, L. E. L.R., et al. (Org.). **Educação Digital**: a tecnologia a favor da inclusão. Porto Alegre: Penso, 2013.

VALLE, Luiza E. L. R. do. **Mais alfabetização**: o prazer de aprender. Rio de Janeiro: WAQ, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13 – 38.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rev SOCERJ, 2007. Disponível em:

<http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>

Acesso em: 07 dez 2015.

WEINDLING, Dick. Planejamento Estratégico nas escolas: algumas técnicas práticas. In: PREEDY, Margaret et al. (Org.). **Gestão em Educação**: estratégia, qualidade e recursos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Tradução de Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE I – ESTADO DA ARTE
Pesquisas acadêmicas relacionadas ao acesso, permanência e êxito de
estudantes surdos no ensino superior

Quadro 16 - Pesquisas acadêmicas relacionadas ao acesso, permanência e êxito dos estudantes surdos no Ensino Superior (2006 – 2016)

Ano	Tipo de produção	Autor	Título	Temática principal
2006	Artigo	Vanessa Regina de Oliveira Martins	O que me torna invisível? A psicanálise como ferramenta para entender o “apagamento” das diferenças na inclusão escolar de surdos	Intérprete de Libras
2008	Dissertação	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re)criação do sujeito	Intérprete de Libras
2009	Artigo	José Ildon Gonçalves da Cruz e Tárzia Regina da Silveira Dias	Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades	Acesso e permanência
2009	Artigo	Monique Franco	Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade - primeiras aproximações	Política de Inclusão Educação Bilíngue
2009	Artigo	Diléia Aparecida Martins e Vera Lúcia de Carvalho Machado	Educação bilíngue para surdos: um olhar a partir da trajetória de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais	Intérprete de Libras
2010	Artigo	Cláudia Alquati Bisol, Carla Beatris Valentini, Janaína Lazzarotto Simioni e Jaqueline Zanchin	Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão	Acesso e permanência Educação Bilíngue
2010	Dissertação	Elcivanni Santos Lima	Discurso e identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de LIBRAS na educação superior	Intérprete de Libras
2011	Artigo	Marilda Moraes Garcia Bruno	Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária	Acesso e permanência
2012	Tese	Priscila Escanfella Alves de Lima	O acesso e permanência de indivíduos surdos no ensino superior	Acesso e permanência Relação da gestão e dos docentes
2012	Dissertação	Fabio Luiz Benicio Maia Nogueira	Políticas institucionais e ações inclusivas nas universidades: análise das condições de acesso para discentes surdos	Acesso e permanência Gestão Educacional Políticas de inclusão
2013	Dissertação	Rúbem da Silva Soares	Educação bilíngue de surdos: desafios para a formação de professores	Formação de professores

2013	Dissertação	Davieli Chagas Breda	A inclusão no ensino superior: um estudante surdo no programa de pós-graduação em educação	Acesso e permanência Políticas de inclusão
2013	Dissertação	Leila Santos de Mesquita	O acesso do surdo ao ensino superior: limites e avanços das políticas educacionais de inclusão	Acesso Políticas de Inclusão
2013	Dissertação	Rachel Colacique	Acessibilidade para surdos, na cibercultura: os cotidianos nas redes e na educação superior online	Permanência Ambientes virtuais de aprendizagem Tecnologia
2014	Tese	Soraia Silva Prietch	Aceitação de tecnologia por estudantes surdos na perspectiva da educação inclusiva	Permanência Ambientes virtuais de aprendizagem Tecnologia
2014	Dissertação	Marcia Ferreira Matos	A cultura surda nos cursos de licenciatura: práticas e perspectivas no ensino da Língua Brasileira de Sinais	Currículo Libras
2015	Artigo	Diléia Ap. Martins, Cristina Broglia Feitosa Lacerda	Exame Nacional do Ensino Médio e acesso de estudantes surdos ao Ensino Superior Brasileiro	Acesso, Enem
2016	Dissertação	Adelso Fidelis de Moura	Acesso ao ensino superior: a expectativa do aluno surdo do ensino médio	Expectativas de estudantes surdos do Ensino Médio Acesso e permanência

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Portal de Periódicos da Capes/MEC e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Ibct.

ANEXO I - Relação dos documentos utilizados na análise documental

Quadro 17 – Relação dos documentos utilizados na análise documental

LEGISLAÇÃO	
Documento	Link de acesso
Constituição Federal de 1988	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Declaração Universal dos Direitos Humanos	http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf
Decreto nº 5.626/2005	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
Decreto nº 7.612/2011	http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm
Lei nº 10.436/2002	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm
Lei nº 11.091/2005	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm
Lei nº 12.319/2010	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm
Lei nº 13.005/2014	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
Lei nº 13.146/2015	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
Lei nº 9.394/1996	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
Parecer nº 01 da AGU/2014	www.agu.gov.br/page/download/index/id/22146861
Portaria Normativa MEC nº 20/2010	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9962-portaria-20-2010-secadi&Itemid=30192
Resolução nº 2 do CNE/2001	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf
DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	
Documento	Link de acesso
Estatuto do IFRS	http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201476141311904estatuto_ifrs_completo_diario_oficial.pdf
Estatuto do IFSC	http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/res2009/Resolucao%20n%2028%20-%20ESTATUTOalterado.pdf
Nota Técnica Nº 04_ Pró-Reitoria de Ensino do IFSC	https://drive.google.com/file/d/0BylGVm0e76McNDhIYTQxNmUtNTIzMC00MWWILWFIYjgtYjE4MzM2YWViZjdm/view
Organização Didática do IFRS	http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014226154534913resolucao_22_consul_paf_aprovada_e_assinada_(1).pdf
Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS	http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20150261522458420150126-pdi_2014_2018_versao_final_-_sem_res.pdf
Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC	http://pdi.ifsc.edu.br/files/2015/07/PDI_completo_v3.pdf
Plano de inclusão do IFSC	http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/200972516233965plano_de_inclusao_do_ifsc.pdf
Política de Ações Afirmativas do IFRS	http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014226154534913resolucao_22_consul_paf_aprovada_e_assinada_(1).pdf
Política de Assistência Estudantil do IFRS	http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20140211323316420131118131410596anexo_resolucao_086_minuta_assistencia_estudantil_final.pdf
Regimento da Reitoria do IFRS	http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20124158422338regimento_reitoria.pdf
Regimento do IFRS	http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013102910595869anexo_resolucao_080_regimento_geral_alteracoes_final_(1).pdf
Regimento do IFSC	http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/resolucoes2010/cs_resolucao54_2010_aprova_regimento_geral_atualizado2014i.pdf
Regulamento Didático Pedagógico do IFSC	http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Consup2014/resolucao41comRDPeGLOSSARIO.pdf

Obs. Os Grupos de Trabalho foram identificados na Política de Ações Afirmativas do IFRS e no Plano de Inclusão do IFSC.

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações disponíveis na internet.

ANEXO II - Resolução de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
 Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação (UPMPG)
 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Versão agosto/2017

UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
RESOLUÇÃO 129/2016

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS analisou o projeto:

Projeto: Nº CEP 16/140 **Versão do Projeto:** 29/08/2016 **Versão do TCLE:** 29/08/2016

Coordenadora:

Mestranda Josiane Roberta Krebs (Mestrado Profissional em Gestão Educacional)

Título: A gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: impasses, possibilidades e desafios.

Parecer: O projeto foi APROVADO, por estar adequado ética e metodologicamente, conforme os preceitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisadora deverá encaminhar relatório anual sobre o andamento do projeto, conforme o previsto na Resolução CNS 466/12, item XI.2, letra d. Somente poderão ser utilizados os Termos de Consentimento onde conste a aprovação do CEP/UNISINOS.

São Leopoldo, 29 de agosto de 2016.


 Prof. Dr. José Roque Junges
 Coordenador do CEP/UNISINOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante:

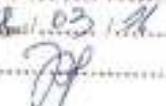
Meu nome é Josiane Roberta Krebs, sou estudante do Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e estou realizando uma pesquisa intitulada "A gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: impasses, possibilidades e desafios", sendo orientada pela Professora Dr.^a Maria Aparecida Marques da Rocha.

A acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos é um tema que vem sendo amplamente discutido tanto nas Escolas de Educação Básica como também nas Instituições de Ensino Superior, sendo um dos grandes desafios impostos à gestão educacional. Esta temática acompanha minha trajetória pessoal e profissional, sendo que há muito tempo me preocupo em como poder garantir que os surdos possam ter acesso à educação e que consigam por meio dela se desenvolver como cidadãos, sendo possível efetivamente estarem incluídos na sociedade. E, foi no meio acadêmico, através da pesquisa, que encontrei um caminho para buscar algumas respostas para estas inquietações. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes, para propor melhorias que viabilizem a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Para realizar a coleta de dados será importante dividir a pesquisa em duas etapas. Na etapa I será realizada a pesquisa documental, onde serão investigadas as políticas e normativas do IFRS e do IFSC relacionadas à acessibilidade e à inclusão, em especial dos estudantes surdos. Na etapa II, na qual sua participação é fundamental, serão realizadas entrevistas com três estudantes surdos de cada Instituição, com gestores que estão relacionados aos processos de acessibilidade e inclusão, com um tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e com um professor que tenha estudante surdo incluído em sala de aula.

É importante ressaltar que todas as entrevistas serão gravadas e, em especial, as entrevistas com os estudantes surdos serão filmadas para posterior tradução da Libras para o português. Ainda, em todas as entrevistas com os estudantes surdos está garantida a presença de um tradutor/intérprete de Libras. Além disso, nas entrevistas com os estudantes surdos será utilizado um *notebook* para mostrar aos estudantes os documentos, o site eletrônico das instituições, bem como o sistema de inscrição nos processos seletivos para ingresso de estudantes e a prova em Libras para que os mesmos possam verificar a acessibilidade destas fontes e apresentarem possíveis alternativas de melhoria. Esta fase de demonstração e testes é fundamental, considerando que para os surdos o visual é de extrema relevância. Estas gravações e filmagens serão utilizadas apenas pelo pesquisador para transcrição das entrevistas. Caso seja utilizada alguma imagem das entrevistas através de fotos ou filmagem o entrevistado será consultado anteriormente sobre a possibilidade do uso da sua imagem.

CEP - UNISINOS
 VERSÃO APROVADA

28/03/11


A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, bem como, o cargo que ocupa e a Instituição e Unidade a qual está vinculado. Logo, serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo e-mail josiane.krebs@ifrs.edu.br ou pelo telefone (54) 91288291.

Sua participação é muito importante para os resultados desta pesquisa.

Atenciosamente,

Josiane Roberta Krebs
 Pesquisadora

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

CEP - UNISINOS
 VERBOS APROVADA
 EM 28.1.2014

